

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU* EM  
ADMINISTRAÇÃO**

**DIEGO FEDERICHI DO NASCIMENTO**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: UMA  
ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO?**

**CAMPO GRANDE/MS**

**2017**

**DIEGO FEDERICHI DO NASCIMENTO**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: UMA  
ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO?**

Relatório de dissertação apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. Área de concentração: Gestão de Agronegócio. Linha de pesquisa: Agronegócio e seus aspectos socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini

**CAMPO GRANDE/MS**

**2017**

## **DIEGO FEDERICHI DO NASCIMENTO**

Essa dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão de Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Administração na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 19 de maio de 2017.

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Denise Barros de Azevedo  
Coordenadora do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores

---

Prof. Dr<sup>o</sup>. Elcio Gustavo Benini  
(Orientador)  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Prof. Dr<sup>o</sup>. Caroline Pauletto Spanhol Finocchio  
(Membro interno)  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Priscila Vargas da Silva  
(Membro externo)  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por colocar em meu caminho pessoas maravilhosas que me instigaram a buscar cada vez mais o conhecimento, e pela força nos momentos difíceis.

Agradeço aos meus pais, que possibilitaram que eu pudesse fazer o mestrado mesmo em momentos que eu não tinha condições financeiras, e que em nenhum momento deixaram de me incentivar.

Aos meus queridos amigos que participaram da caminhada junto comigo, Eziel, Yuri e Gabriel, muitos outros deram suporte e apoio para que tudo fosse mais fácil e prazeroso.

Agradeço imensamente ao meu orientador o professor Elcio Gustavo Benini, que teve grande paciência comigo e que serviu como fonte de inspiração por toda sua paixão e dedicação a sua profissão, além de instigar o conhecimento e o pensamento crítico.

Por último mas em hipótese alguma menos importante, agradeço a Rafaela Della Santa, a pessoa que sonhou junto comigo esse sonho de fazer um mestrado, que foi meu suporte em todos os momentos e quem sempre, mesmo nos momentos de turbulência, sempre me ajudou e acreditou em mim, até mesmo quando eu não acreditava, sem você eu nunca teria sonhado tão alto, obrigado.

## **RESUMO**

O presente trabalho teve como objeto de estudo o trabalho associado em empreendimentos solidários oriundos de reforma agrária. Seu objetivo foi investigar a qualidade do desenvolvimento, no que diz respeito às dimensões econômica, social e humana, que essas iniciativas coletivas de organização da produção têm produzido. Especificamente, analisa as relações e formas de controle de/do trabalho e seus níveis de alienação e; busca identificar os processos de negação da alienação do trabalho, assim como as possibilidades, contradições e limites engendrados pelos processos e tentativas de autogestão desses empreendimentos. No que diz respeito ao campo empírico, este foi constituído pelos microdados consolidados pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), sistematizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que mapeou 19.708 empreendimentos solidários no Brasil, sendo que desse montante, 10.793 atuam no ambiente rural. Com a mediação dos dados do SIES, como forma de potencializar os resultados obtidos e buscando a maior aproximação com a realidade, foi realizada uma pesquisa com dados primários, obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada com a gestora do banco social ITA, estabelecido dentro do assentamento Itamarati – maior assentamento da América Latina – , localizado a 50 Km de Ponta Porã – MS, e aplicado um questionário junto aos três maiores empreendimentos solidários existentes neste assentamento. A pesquisa empírica revelou que a economia solidária tem capacidade de apresentar-se como ferramenta/mediação capaz de propiciar um desenvolvimento abrangente e de qualidade, envolvendo as três dimensões consideradas primordiais, o desenvolvimento econômico, social e humano. Constatamos ainda ser possível basear as relações de mercado sobre um egipto distinto do que nos é apresentado pelo sistema hegemônico como sendo o único existente, baseando as negociações em relações solidárias e horizontais, modificando as relações de perde/ganha impostas pelo mercado capitalista.

Palavras-chave: Autogestão, Assentamentos Rurais, Economia Solidária

### **ABSTRACT (provisório)**

The present work had as object of study the associated work in solidary projects coming from agrarian reform. Its objective was to investigate the quality of the development, with respect to the economic, social and human dimensions, that these collective initiatives of organization of the production have produced. Specifically, it analyzes the relations and forms of control of / of the work and its levels of alienation and; Seeks to identify the processes of denial of the alienation of labor, as well as the possibilities, contradictions and limits engendered by the processes and self-management attempts of these enterprises. As regards the empirical field, this was constituted by the microdata consolidated by the National System of Information in Solidarity Economy (SIES), systematized by the National Secretariat for Solidarity Economy (SENAES), which mapped 19,708 joint ventures in Brazil, 10,793 work in the rural environment. With the mediation of the SIES data, as a way of maximizing the results obtained and seeking the closest approximation to reality, a survey was conducted with primary data, obtained through a semi-structured interview with the manager of the ITA social bank, established within the Itamarati settlement - the largest settlement in Latin America - and a questionnaire was applied to the three largest joint ventures in this settlement. Empirical research has shown that its conclusion the solidarity economy has the capacity to present itself as a tool capable of promoting a comprehensive and quality development, involving three dimensions considered as primordial economic, social and human development, proving that it is possible to base market relations on A distinct group that does the same in the hegemonic system as the only one, basing itself on negotiations in solid and horizontal relations, changing as profit and win relations imposed by capitalism.

Keywords: Self-management, Rural Settlements, Solidarity Economy

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Atividades econômicas identificadas como principais	95
Tabela 2 – Origem de matérias-primas e insumos	96
Tabela 3 – A busca de crédito ou financiamento nos últimos 12 meses	97
Tabela 4 – Fatores que impediram a busca de crédito ou financiamentos	98
Tabela 5 – Dificuldades atuais para obtenção de crédito e financiamento	99
Tabela 6 – Temas abordados nas atividades de sensibilização	101
Tabela 7 – Motivação para a criação do empreendimento	102
Tabela 8 – Conquistas e desafios identificados pelos empreendimentos pesquisados	103

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Formas de solidariedade	106
Quadro 2 – Formas de comercialização	107
Quadro 3 – Processo decisório e de autogestão	108
Quadro 4 – Desenvolvimento humano e econômico	109
Quadro 5 – Percepção de economia solidária	111



## **LISTA DE SIGLAS**

EES – Empreendimentos de Economia Solidária.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

SIES – Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária.

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CADSOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PCB – Partido Comunista Brasileiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO .....	7
Notas metodológicas: procedimentos de pesquisa e questões epistemológicas .....	11
1. O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL .....	18
1.1 O Trabalho e as mediações de uma forma de sociabilidade regida pelo capital .....	22
1.1.1 Gênese e desenvolvimento do capitalismo como modo de produção .....	23
1.1.2 O Trabalho alienado: um legado do capital.....	29
2. HETEROGESTÃO: O PAPEL DAS TEORIAS ADMINISTRATIVAS NO CONTROLE DO TRABALHO .....	33
2.1 A Teoria Clássica da Administração e o início do conhecimento sistematizado sobre as organizações. ....	33
2.2 A burguesia no poder e o desenvolvimento de teorias organizacionais fundamentadas pela heterogestão .....	37
2.3 Escolas das Relações Humanas e a superação do conceito de “homo-economicus”	42
2.4 Teorias dos Sistemas Abertos.....	45
2.5 O modelo de produção Toyotista. ....	48
2.6 O capitalismo e sua adaptabilidade na busca pela expropriação de mais-valia.....	50
3. A ECONOMIA SOLIDARIA E A AUTOGESTÃO, UMA MUDANÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: REFUTANDO A LÓGICA DA HETEROGESTÃO.	53
4. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A EXPROPRIAÇÃO DO CAMPONÊS	64
4.1 Da colonização das terras brasileiras até 1960 .....	64
4.2 A reforma agrária: dos tempos da ditadura militar até a atualidade.....	73
5. A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SEUS ASPECTOS PARTICULARES-CONCRETOS: DIALOGANDO COM AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS E A INTERPRETAÇÃO DOS ATORES.....	91
5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	116
REFERÊNCIAS .....	119

## **INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO**

A questão da luta pela terra é antiga na história brasileira. Desde o período colonial sua posse significa concentração de poder, sendo sua distribuição marcada pela desigualdade e constantes conflitos. A fim de resolver essa questão e respondendo às demandas trazidas pelos movimentos sociais, a Constituição Federal de 1988 apresentou-se como um avanço na questão da regulamentação democrática da terra. Entretanto, apesar de ter sido um avanço no que tange o período que a antecedeu, marcado pela ditadura militar, ainda assim, conforme aponta Oliveira (2004), no geral ela serviu aos interesses da bancada ruralista, barrando uma reforma agrária ampla, generalizante e irrestrita no território nacional.

A Constituição Federal brasileira, instituída em 1988, estabeleceu em seu capítulo III questões do âmbito da política agrícola e fundiária e de reforma agrária. Conforme seu artigo 184 “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (BRASIL, 1988). Ainda conforme traz a Constituição Federal, especificamente seu artigo 186, a função social da propriedade rural é cumprida quando se observa os seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988, s/p).

Quando a propriedade não atende aos requisitos citados, compete à União sua desapropriação, com exceção, conforme estabelece a lei, das pequenas e/ou propriedades produtivas. Isto é, quando a propriedade não cumpre sua função social, mediante indenização aos seus proprietários, a mesma deve ser destinada ao atendimento do interesse social por meio do processo de reforma agrária. Neste caso, a propriedade será utilizada conforme estipula lei específica.

Uma das formas de utilizações mais comuns da terra expropriada é a criação de assentamentos para pessoas que requerem, mediante cadastro e preenchimento dos pré-requisitos necessários, um imóvel rural para sua subsistência e de sua família. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 2015 o número total de famílias de trabalhadores rurais assentados em todo o Brasil era de 1.346.798 milhões, ocupando uma área de 88.819.725 hectares. Porém, ainda temos 4.000.000 milhões de pessoas que aguardam nos acampamentos o seu pedaço de terra (INCRA, 2015).

Em 2010 foi realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), juntamente com o INCRA, uma pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da reforma agrária, a qual abrangeu em seu estudo 804.867 famílias assentadas durante o período de 1985 à 2008 em todo o Brasil. De acordo com o resultado dessa pesquisa, 73,50% dos assentados afirmaram que a vida, com relação à moradia, está melhor ou muito melhor do que antes, seguidos de 64,86% com relação à alimentação, 63,29% educação, 63,09% renda e 47,28% saúde (INCRA, 2010).

Percebe-se que a qualidade de vida dos assentados melhorou com relação ao tempo em que viviam em precárias condições nos acampamentos, porém ainda são percentuais que precisam ser melhorados, gerando transformações positivas nas condições de vida desses trabalhadores rurais.

Nesse contexto, os princípios da economia solidária apresentam-se como uma orientação alternativa para a organização dos trabalhadores rurais, uma vez que buscam promover formas coletivas de organização da produção, valorizando aspectos locais, sociais e humanos. Com efeito, uma vez que esses princípios encontram-se respaldados na gestão democrática dos meios de produção, a instituição de uma distribuição mais igualitária da riqueza no campo pode possibilitar maior qualidade de vida para os trabalhadores rurais assentados.

Em breve síntese, a economia solidária pode ser compreendida pelo conjunto de empreendimentos econômicos que são organizados de forma associativa pelos seus próprios trabalhadores (RIOS, 1989; DAL RI; VIEITEZ, 1999; DAGNINO; NOVAES, 2007; MORAES, 2010; BENINI; BENINI, 2008; 2010; NOVAES, 2011; NASCIMENTO, 2015; OLIVEIRA, 2015). Pode-se ainda observar, que seu desenvolvimento mais pujante no Brasil ocorreu a partir da década de 1980, década esta marcada por crises e mudanças no mundo do trabalho, conforme apontam diversos pesquisadores (MÉSZÁROS 2002; HARVEY, 2011).

De acordo com Paul Singer (2002), ex-diretor da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), empreendimentos solidários referem-se a uma forma alternativa de geração de trabalho e renda, pautada na solidariedade entre os trabalhadores e na gestão democrática dos empreendimentos. De forma ampla, a “economia solidária compreende diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias, com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos” (SINGER, 2002, p. 105).

Por ter uma filosofia organizacional pautada em relações mais horizontais e democráticas de trabalho, a economia solidária caracteriza-se por possuir formas concretas de

organização e de gestão distintas das organizações convencionais/tradicionais/burocráticas – também chamadas de modernas –, uma vez que os trabalhadores são também responsáveis pelas decisões sobre os caminhos da organização (ARRUDA, 2001; SINGER, 2002; MANCE, 2003; NASCIMENTO, 2004; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

No que diz respeito às suas formas concretas, essas organizações tem-se constituído em cooperativas, associações, organizações informais e empresas autogeridas pelos trabalhadores (SINGER, 2002; BENINI, 2008). Importante ressaltar que tais empreendimentos acontecem em diferentes setores econômicos, entre os quais, procurou-se, neste trabalho, destacar os trabalhadores rurais que se encontram organizados sob a égide da agricultura familiar, e que residem em assentamentos oriundos da reforma agrária – o que pode ser considerada a dimensão particular da pesquisa.

O setor da agricultura familiar recebe destaque neste trabalho pelo fato de ser importante elemento de distribuição de renda no Brasil. Segundo alguns autores (GUAZIROLI *et al*, 2001), os países que possuem os melhores indicadores de desenvolvimento humano<sup>1</sup> possuem uma forte participação da agricultura familiar na formação de suas bases econômicas, o que possibilitou a formação de economias mais equitativas e dinâmicas.

Assim, tendo em vista as condições objetivas que permeiam a realidade dos assentamentos provenientes de reforma agrária, faz-se necessário identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados, no que tange o seu desenvolvimento pleno, o qual pode ser entendido como aquele que engloba as instâncias econômicas, locais, sociais, humanas e políticas.

De acordo com Silva (2004) o maior problema encontrado pelos assentados no que diz respeito à sua produção e seus reflexos é que os mesmos, em um nível geral, encontram dificuldades para inserir sua produção no mercado, uma vez que este está ancorado em princípios capitalistas, o que lhes impõe a monocultura de grande escala, além de terem que enfrentar um mercado fortemente oligopolizado. De fato, como não possuem grandes áreas para a produção, esses empreendimentos encontram-se em posição de desvantagem com relação aos latifúndios e a agroindústria, sobretudo, segundo Silva (2004), pela inexistência de políticas públicas que favoreçam os assentados.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo investigar a qualidade do desenvolvimento, no que diz respeito às dimensões econômica, social e humana, que os

---

<sup>1</sup> Os indicadores de desenvolvimento humano levam em consideração indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

empreendimentos solidários têm produzido, no âmbito da reforma agrária. Especificamente, analisa as relações e formas de controle de/do trabalho e seus níveis de alienação, buscando identificar os processos de negação da alienação do trabalho, assim como as possibilidades, contradições e limites engendrados pelos processos e tentativas de autogestão desses empreendimentos.

Para atingir aos objetivos propostos, o primeiro passo foi a elaboração de uma pesquisa bibliográfica acerca da categoria trabalho e suas contradições no sistema sociometabólico hegemônico. Embasado pelo materialista histórico dialético, buscou-se uma análise aprofundada a respeito da ontologia do ser social que encontra-se atrelada às formas de organização das relações produtivas. Posteriormente, buscou-se compreender a realidade vivida pelos trabalhadores do campo, objetivando-se a gênese histórica da luta pela terra, além de enfatizar as peculiaridades da gestão agrária no contexto da economia solidária. No que diz respeito ao campo empírico, este foi constituído pelos microdados consolidados pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), sistematizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que mapeou 19.708 empreendimentos solidários no Brasil, sendo que desse montante, 10.793 atuam no ambiente rural. Com a mediação dos dados do SIES, como forma de potencializar os resultados obtidos e buscando a maior aproximação com a realidade, foi realizada uma pesquisa com dados primários, obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada com a gestora do banco social ITA, estabelecido dentro do assentamento Itamarati – maior assentamento da América Latina –, e aplicado um questionário junto aos três maiores empreendimentos solidários existentes neste assentamento.

Assim, este trabalho traz ao seu leitor uma fundamentação teórica para que se possa refletir sobre o fato de que somente viabilizar a reforma agrária não é suficiente quando se pretende democratizar a posse da terra, pois sem que haja uma real transformação do mercado agrícola, os pequenos agricultores continuarão a mercê dos oligopólios constituídos pelos grandes latifundiários.

Para expor a pesquisa realizada, optou-se, ainda nesta introdução, por lançar algumas notas sobre a abordagem epistemológica seguida e os procedimentos metodológicos. Dando sequência, primeiramente discorreremos sobre a categoria trabalho para a teoria marxista, pois é a partir desta que, conforme Marx (2013), encontramos a categoria fundante do ser social, responsável pela mediação entre o homem e a natureza. Dessa forma, entender o modo como o trabalho tem se organizado – sentido lógico-universal – e seus determinantes é fundamental quando se pretende compreender que lugar o trabalhador assentado – sentido histórico-

singular – tem ocupado nessa forma de sociabilidade e o que isso tem implicado na sua constituição humana.

Posteriormente, na seção dois objetivou-se a compreensão das teorias organizacionais hegemônicas fundamentadas na ideologia da heterogestão, que nos traz categorias historicamente alinhadas ao controle sobre o trabalhador. Este caminho foi necessário considerando que para uma melhor compreensão dos processos de autogestão. Assim, procurou-se entender as formas de controle para uma melhor compreensão das suas formas de negação, ou ainda, das tentativas da organização e gestão do produção realizada pelos próprios trabalhadores, considerando o contexto de produção teórica sobre a economia solidária. Tal discussão constituiu a seção 3.

Já na seção quatro buscamos contextualizar a questão da luta pela terra no Brasil, seus marcos históricos e legais que servem de base para que hoje tenhamos o cenário atual marcado pelos conflitos entre agricultores rurais assentados e a agroindústria. Também, durante esse capítulo, discorreremos sobre o conceito de economia solidária, identificando seus princípios e diretrizes, para que compreendamos como a mesma tem se apresentado como uma alternativa ao modo de produção hegemônico, o capitalismo.

Por fim, expomos alguns dados, análises e reflexões sobre a pesquisa de campo, que teve como finalidade o levantamento de dados primários e empíricos a respeito da realidade da vida do trabalhador rural assentado, buscando as relações complexas das quais são síntese e identificando as mediações necessárias para entender o fenômeno a partir da totalidade a qual está posto.

Além dos objetivos teóricos e metodológicos apresentados, este trabalho busca, também, contribuir para as discussões que envolvem a democratização da terra, o empoderamento do trabalhador e, especialmente, corroborar a disseminação da administração crítica.

### **Notas metodológicas: procedimentos de pesquisa e questões epistemológicas**

Para a realização deste trabalho caminhamos por meio de quatro etapas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, incluindo a construção do estado da arte sobre os temas transversais que se relacionam com o objeto de estudo, principalmente sobre o trabalho associado, a reforma agrária e a agricultura familiar; a análise dos microdados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), fornecidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho (MTE), que abrangeu o

mapeamento de 19.708 empreendimentos entre os anos de 2010 e 2012, composto por 171 questões – etapa na qual buscou-se apropriar-se dos dados que contemplavam o nível de desenvolvimento econômico, social e humano, alcançado pelos empreendimentos analisados, e; nos valendo de técnicas de coletas de dados, um estudo de caso, tendo como referência o empreendimento com maior número de associados oriundos da política de reforma agrária, com objetivo de dialogar teoria e prática.

Sobre os procedimentos de coleta de dados, no que tange aos dados primários, situados no estudo de caso, utilizamos as técnicas de observação *in lócus* e de entrevista semiestruturada. Ressaltamos, conforme expõe Yin (2001), que o estudo de caso permite uma investigação que mantém as características gerais e significativas dos eventos da vida real. O autor expõe ainda que quando se trabalha com questões do tipo “como” e “por que”, o estudo de caso passa a ser uma das estratégias mais utilizadas quando o pesquisador tem um pequeno controle sobre os eventos estudados, ou quando os eventos encontram-se em fenômenos atuais, relacionados a aspectos da vida real (YIN, 2001). De fato, tal aproximação possibilitou uma maior flexibilidade na construção da interpretação da realidade estudada.

Para a realização da análise, que abrangeu as quatro dimensões/frentes acima apontadas, foram eleitas, *a priori* e de forma provisória, alguns eixos para serem tensionados, quais sejam: tipos de desenvolvimento (econômico, político, cultural e social); formas de solidariedade (cooperação, compartilhamento, e ações em conjunto) e; gestão democrática (processo decisório e inserção social-política). Ressaltamos que, *pari passu* com o desenvolvimento da pesquisa, tais dimensões foram sendo adaptadas – conforme exposto linhas abaixo. Procurou-se, com isso, evitar armadilhas de cujo idealista na interpretação e estruturação cognitiva da realidade.

A respeito do método de abordagem que foi utilizado é interessante deixar claros alguns entendimentos:

[...] o método é um procedimento epistemológico, na medida em que ele define como o conhecimento é produzido, sistematizado e transmitido. O método não se confunde com as técnicas de coleta de dados (quantitativos, qualitativos ou ambas), processamento, análise e tratamento de dados (ou fenômenos, fatos e informações) e tampouco com as fontes (primárias ou secundárias), embora se valha totalmente de todas elas, ao mesmo tempo (FARIA, 2011, p. 1).

Feito esta consideração, para a análise e interpretação dos dados, esta pesquisa foi orientada pelo materialismo histórico-dialético. Conforme Netto (2011), o materialismo histórico-dialético ou a pesquisa crítico-dialética objetiva, necessariamente, em conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa, ou seja, como a



reprodução da vida material organiza-se nos dias atuais, abordando seus elementos de sustentação e impedimento da ascensão da classe trabalhadora. Portanto, tendo como objeto de estudo a economia solidária no contexto da reforma agrária, que se configura como uma forma de organização dos homens oriunda da sociedade capitalista, é imprescindível situá-la em uma totalidade, a qual, por meio do método marxista, nos fornece dados relevantes para sua compreensão.

Nesse contexto, é importante ressaltar que as ciências humanas, diferentemente das ciências naturais e exatas, permitem a possibilidade de coexistência de diversos paradigmas e bases epistêmicas, portanto, a preocupação com o método de construção do conhecimento tem-se caracterizado como imprescindível para a produção científica nas ciências humanas (SUERDIECK, 2009).

Sobre o método científico, Faria (2011, p.1), a respeito do materialismo histórico-dialético na pesquisa em administração, afirma “que o método é um procedimento epistemológico, na medida em que ele define como o conhecimento é produzido, sistematizado e transmitido”. Nesse sentido, o autor explica que a problemática de toda epistemologia é compreender como o conhecimento foi produzido, organizado e transmitido.

Marx e Engels, distanciando-se do idealista Hegel, explicam que na relação entre o sujeito e o objeto do seu conhecimento, a primazia não se dá pela ideia ou a consciência do sujeito, mas, pelo contrário, a premissa básica de qualquer conhecimento é, para os autores, as relações que organizam nossa forma de sociabilidade. Portanto, qualquer interpretação da realidade desenvolvida em forma de ideia, passa, substancialmente, pela realidade material.

Sendo a ideia sobre o objeto o que constitui o objeto como tal, o conhecimento sobre a realidade não depende de como o sujeito a interpreta pela via do pensamento, mas de como o pensamento torna a realidade cognoscível, reduzindo suas formas às ideias (FARIA, 2011, p. 3)

Faria (2011) esclarece que para Marx e Engels, a elaboração de um conhecimento não deve ter como categoria exclusiva de análise a expressão do fenômeno em si. Isto é, para os autores, deve-se chegar à totalidade do objeto por meio da análise do real, pois é no real que encontramos o movimento, as relações e as contradições do fenômeno estudado. “Assim, a aparência (a forma) é inferior ontologicamente ao conteúdo (essência), mas não há como se compreender a realidade sem que se compreendam ambos, a forma e o conteúdo” (FARIA, 2011, p.6).

Dessa forma, o que o materialismo histórico e dialético se propõe é a orientar o desenvolvimento do conhecimento por meio de categorias de análise que possibilitem a compreensão do real. A realidade concreta e material é quem nos trará as relações mútuas, os encadeamentos, a gênese e o desenvolvimento de um fenômeno. Portanto, não é a interpretação de um registro ou compreensão isolada de um conjunto de significados que se constitui o caminho desvelado da realidade, mas a construção das inter-relações entre a dimensão particular da pesquisa com a totalidade concreto, portanto, inserido no conjunto das relações hegemônicas.

Por isso há a necessidade de se entender a forma como os homens têm organizado-se para a produção e a reprodução de sua existência. Faria (2011, p.6) explica que para Marx, “o conjunto de relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade sobre a qual se erige uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência”.

Assim a primazia encontra-se no real e “é na dialética sujeito e objeto que o real concreto, através de mediações sucessivas, se concilia consigo mesmo na forma de real pensado” (FARIA, 2011, p.9). Nesse sentido, o movimento entre o concreto real e o concreto pensado se dá pelo acesso às mediações que englobam o objeto. Esse acesso que, de acordo com Faria (2011, p.10), deve ser desalienado do homem: “desta maneira, não é o real que deve ser suprimido, mas a alienação que impede a apropriação da essência objetiva da coisa”. É essa desalienação que permitirá com que o conhecimento seja construído sobre determinado objeto, porém essa não é uma tarefa simples e cabe à ciência realiza-la.

Dessa forma, a pesquisa em administração não foge à regra da necessidade de se superar a dicotomia entre objetividade e subjetividade, buscando a análise do objeto em sua totalidade, ponto emblemático da pesquisa em ciências humanas. Suerdieck (2009) chama atenção para a tentativa que algumas perspectivas buscam de superar tal ruptura ao incorporar a objetividade das ciências exatas à pesquisa em ciências humanas. Sobre tal fato e sua implicação na pesquisa em administração, o autor identifica a necessidade de:

Se identificar uma estratégia para a superação de tal dicotomia, especialmente em pesquisas que busquem identificar o papel das organizações populares e de natureza social nos processos autônomos de desenvolvimento local, em áreas excluídas dos circuitos normais de valorização e acumulação do sistema capitalista. (SUERDIECK, 2009, p.114)

Como método capaz de superar a ruptura antes salientada, Suerdieck (2009) identifica o materialismo histórico dialético, que, de acordo com o autor, tem como ponto de partida da pesquisa “o sujeito com forte base teórica que observa a realidade na tentativa de analisar e alcançar a “essência” dos fenômenos verificáveis sobre seu objeto de estudo” (SUERDIECK, 2009, p. 115)

Para Suerdieck (2009), a dialética trazida pelo método de Marx e Engels é capaz de contemplar tanto as questões históricas do fenômeno como aquelas ligadas à subjetividade do mesmo.

O raciocínio dialético, composto pelo esquema “tese-antítese-síntese”, aplica-se nos estudos das Ciências Humanas e Sociais especialmente na análise dos movimentos históricos e dos conflitos sociais, fenômenos típicos dessa área do conhecimento humano, ao contrário do que ocorre nas Ciências Naturais (SUERDIECK, 2009, p.127).

Dessa forma, a contradição presente nos conflitos que marcam nossa história se apresenta como força motriz do desenvolvimento da humanidade, sendo a relação entre os contrários à expressão dos processos que evidenciam a existência de interesses antagônicos. Na administração, por exemplo:

[...] a dicotomia permanente entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem, necessidade que motivou o desenvolvimento dos primeiros trabalhos no campo da administração, os “estudos científicos” de Taylor e a estruturação das funções organizacionais de gestão de Fayol” (SUERDIECK, 2009, p.128).

Nesse mesmo sentido, Faria (2011) explica que pela existência dessas contradições marcadas pelos distintos interesses existentes dentro das organizações (trabalhadores x donos dos meios de produção), o capital investe cada vez mais na elaboração de mecanismos capazes de controlar as relações de trabalho.

A problemática que se desenvolve aqui se encontra nas especificidades ou nas peculiaridades sócio-históricas e estruturais da produção de mecanismos de controle, pelo capital, sobre o processo e as relações de trabalho nas unidades produtivas sob o seu comando. Produção esta que se define em sistemas de controle no âmbito das relações de poder (FARIA, 2011, p.17)

O autor faz referência no trecho acima às teorias organizacionais que vêm sendo desenvolvidas desde o final do século XIX e início do século XX. Tais teorias por portarem em suas entranhas os interesses do capital no controle sobre o trabalhador, têm se adaptado constantemente às novas realidades e necessidades do sistema capitalista.

Portanto, no âmbito da pesquisa em administração, Farias (2011, p.11) explica que:

O estudo da unidade produtiva exige que se estabeleça sua materialidade. Se a análise começasse pela “unidade produtiva em si”, ainda que ela seja a raiz e o motivo de todo o processo, ter-se-ia, parafraseando Marx (1974, p.37) “uma visão caótica do conjunto.

Portanto, o materialismo histórico e dialético ao buscar a compreensão da materialidade do objeto, analisando-o a partir de suas categorias, articulando as dimensões singulares/particulares e universais, buscando compreender a totalidade do fenômeno, a qual os elementos e categorias mais gerais e universais (genéricos e abstratos) balizam nossos caminhos de pesquisa, possibilitando assim a conexão das dimensões particulares observados no real (TONET, 2013, p.113).

Tonet (2013) busca exemplificar tal movimento afirmando que, embora nenhuma folha de árvore seja idêntica, existem particularidades que as unem, do contrário, não seriam todas chamadas de “folha”. Assim, por mais que exista a singularidade e concreticidade dos objetos, isso é, o que os torna únicos, sempre existiram características comuns que os caracterizam como sendo determinado objeto. O autor cita as folhas de palmeiras, que são distintas, por exemplo, das folhas de uma mangueira, no entanto, de maneira geral, todas as duas são conceituadas como folhas, e as são por características similares que as unem e as distinguem de outros objetos ou elementos em um grande grupo denominado “folha”.

Uma vez que o marxismo é a perspectiva epistêmica desta pesquisa, é indispensável destacarmos um dos seus pressupostos ontológicos mais relevantes para nosso objeto, o trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2006, p. 211).

Com isso, Marx, ao propor como caminho para a construção do conhecimento científico a compreensão do modo de produção capitalista, não o faz por acaso, o faz porque, para o autor, o trabalho é entendido como categoria fundamental na mediação entre o homem e o mundo que o circunda. Dessa forma, entender e extrair os processos constituintes da forma de organização do trabalho atual, ou seja, da maneira com que os homens têm se organizado para sua existência objetiva, é imprescindível para entender o sujeito e suas relações. Conforme afirma Netto (2011):

[...] passo necessário e indispensável para apreender a inteira riqueza dessas relações sociais consiste na plena compreensão da produção burguesa

moderna. Sem esta compreensão, será impossível uma teoria social que permita oferecer um conhecimento verdadeiro da sociedade burguesa como totalidade (NETTO, 2011 p.39).

Nesse sentido, tendo em vista que o concreto real, o empírico, é a expressão primária do objeto, para o método materialista, contemplá-lo é uma etapa imprescindível para a elaboração do conhecimento. Dessa forma, esta pesquisa tem como um de seus passos metodológicos a utilização de técnicas de pesquisa voltadas para o levantamento de dados que possibilitem o movimento entre o concreto real e o concreto pensado.

Na busca pelo objeto empírico, primeiramente fez-se uma pesquisa documental nos microdados contidos no Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), fornecidos pela SENAES. Esses dados trazem consigo informações acerca da realidade dos empreendimentos de economia solidária existentes no Brasil. Para a realização desta pesquisa, deu-se maior foco nos dados referentes aos empreendimentos agrícolas oriundos da reforma agrária, dando ênfase nas características gerais dos empreendimentos, onde foram abordadas questões como a forma de organização dos empreendimentos, e sobre as condições de trabalho dos associados, para verificar se é perceptível uma melhora econômica dos indivíduos, e posteriormente sobre a forma de gestão dos empreendimentos, onde observamos a qualidade da autogestão praticada.

Em um segundo momento foi realizada uma pesquisa de campo em um assentamento de reforma agrária. Para isso, foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada. Não obstante as dimensões de análise *aprioristicamente* formuladas, a realidade empírica e os registros obtidos limitaram a análise às seguintes dimensões: formas de solidariedade; formas de comercialização; processo decisório; desenvolvimento humano e econômico e; percepção sobre a própria economia solidária

Com tudo o que foi exposto, considerando a não existência de uma taxionomia que seja unânime sobre as diferentes perspectivas teórico-metodológicas e de natureza distintas de pesquisa (ZANELLA, 2009), apenas pontuamos que este estudo preocupou-se com os aspectos qualitativos do fenômeno estudado – o que de forma alguma se constituiu como um arcabouço excludente de instrumentos quantitativos. A questão a ponderar é que o entendimento do fenômeno enquanto síntese de múltiplas e complexas determinações difere-se radicalmente das explicações de causa e efeito típicas das metodologias quantitativas, as quais se fixam na aparência do objeto, não alcançando sua essência, dessa forma: “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1985, p. 271).

## **1. O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL**

Devemos compreender que conforme a sociedade avança, novos elementos e desdobramentos passam a fazer parte da realidade empírica de determinada época. Tal fato se torna essencial e extremamente relevante para a pesquisa que se encontra fundamentada no método materialista histórico e dialético. Uma dessas categorias que constituem a materialidade da vida objetiva é o trabalho.

Dessa forma, entender o trabalho desde sua gênese até seu desenvolvimento, torna-se como uma tarefa imprescindível para se compreender a forma de sociabilidade atual, suas mediações e fenômenos subjacentes. Apenas compreendendo o fenômeno da transformação da natureza feita pelos homens e todas suas peculiaridades, chegar-se-á ao objetivo proposto por esse trabalho.

Assim para tanto é, imprescindível que tenhamos compreensão das bases do que estudamos, ou seja, precisamos buscar a origem do trabalho. Contudo, isso não é suficiente para compreender a complexidade do trabalho: para que seja possível compreender o trabalho e suas peculiaridades atuais, devemos estudar como o mesmo é realizado nos dias atuais, pois somente dessa forma, conseguiremos lançar luz sobre o pensamento a respeito do que originalmente compreendia o trabalho.

Deste modo, a compreensão a respeito do que o trabalho representa nos dias atuais é de suma importância para esta pesquisa, uma vez que, somente dessa maneira poderemos compreender a colocação da economia solidária, como ferramenta capaz de fornecer ao trabalhador um desenvolvimento pleno, desenvolvimento este, que essencialmente deveria ser gerado pelo trabalho, se o mesmo fosse realizado de maneira emancipadora, se de fato os trabalhadores ainda nos dias atuais conseguissem compreender e praticar o trabalho emancipado.

Uma vez que este estudo encontra-se fundamentado pela teoria marxista, a qual possui como método de análise da realidade o materialismo histórico dialético, o homem aqui é compreendido como um ser social, que encontra no ato de trabalho sua categoria fundante. Vale a ressalva que o trabalho denominado por Marx de humanizador, que é capaz de desenvolver funções psicológicas humanas e fundar de fato o ser humano, em vários aspectos difere-se do trabalho vigente no modo de produção capitalista, o qual por todas suas peculiaridades e particulares que são tratadas adiante, apresenta-se como categoria

desumanizador. Dessa forma, faz-se necessário compreendermos porquê, a partir dos pressupostos materialistas histórico-dialéticos, o homem é um ser social e tem no trabalho o mediador responsável pelo seu desenvolvimento e fulcral salto qualitativo com relação aos animais.

Ao analisarmos a evolução das espécies identificamos que nos primórdios os antepassados dos *homo-sapiens*, chamados por Braverman (1974) de homens-macacos, começaram a distanciar-se gradualmente da vida típica levada pelos animais. Primeiramente podemos destacar a adoção de uma postura ereta que possibilitou a liberação das mãos para a execução de pequenos trabalhos, modificando sua coordenação motora e aumentando a destreza no trato com a natureza, fato que possibilitou a esses indivíduos a capacidade de desenvolverem ferramentas para proteção e caça, ou seja, para um modo de sobrevivência ativo frente a natureza.

Conforme nos explica Engels (1884), outra mudança significativa na história evolutiva dos homens aconteceu na alimentação, a qual com o passar do tempo e do desenvolvimento de técnicas e instrumentos de caça passa a ser composta também de carne. O hábito alimentar carnívoro ao fornecer proteína em demasia proporcionou que os homens-macacos (BRAVERMAN, 1974) atingissem certo grau de desenvolvimento cerebral antes não visto, o que por sua vez, implica em um maior desenvolvimento dos órgãos de sentido, tornando esses indivíduos capazes de realizar descobertas como o fogo e tarefas cada vez mais complexas, assim como a domesticação de animais (ENGELS, 1884).

Salientados esses importantes pontos, esses indivíduos, a partir do seu desenvolvimento biológico condicionado às condições objetivas de vida, passaram a modificar a natureza para que pudessem sobreviver nos mais variados climas, abandonando o nomadismo e fixando-se em territórios diversos.

No momento do aparecimento dos *homo sapiens* a evolução biológica já havia atingido tal nível que os mesmos já se encontravam dotados de capacidades físicas significativamente mais evoluídas com relação aos seus antepassados (ENGELS, 1844).

Nesse sentido, é pelo aparato biológico adquirido evolutivamente e posto em desenvolvimento por intermédio do trabalho que o homem diferencia-se dos animais e dá um salto qualitativo no seu desenvolvimento, pois para transformar a base natural posta precisou desenvolver funções superiores do pensamento como, por exemplo, a idealização prévia e a regulação de um comportamento para um determinado fim. Assim Marx (2013) pontua que “além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a

um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa” (MARX, 2013, p. 256).

Dessa forma, o trabalho apresenta-se como atividade reguladora do comportamento humano, que exige uma conduta orientada a um fim e que, para atingi-lo necessita de objetivos, metas e planejamentos, ações estritamente vinculadas à capacidade de abstração.

Embora por um lado a diferenciação entre homem e animal possa nos parecer simples ao ser pautado apenas na capacidade de realizar tarefas premeditadas, por outro lado, sabemos da existência de animais, como os macacos, que possuem algumas características comportamentais em comum com os seres humanos. Tratando-se de componentes genéticos, podemos mencionar os polegares e as mãos dos macacos que, embora sejam uma versão menos desenvolvida que a do homem, não deixa de ser adequada para a produção de ferramentas, ainda que rústicas. Onde, então, estaria a diferença entre esses dois seres? Braverman (1974, p.51) nos responde da seguinte maneira:

Mas não é nas mãos ou na postura erecta que reside a principal vantagem do ser humano. Entre as diferenças físicas dos homens e dos macacos está o relativo aumento de quase todas as partes do cérebro, em especial o pronunciado volume das partes frontais e parietais dos hemisférios cerebrais, o que é mais importante para explicar a capacidade humana para o trabalho conceptualizado antes e independente da orientação do instinto.

Assim, corroborando para a constatação já anunciada por Engles (1884), Braverman (1974) afirma ser no desenvolvimento cerebral, principalmente no que tange o córtex frontal, que encontramos a principal diferença entre o corpo biológico dos animais superiores e dos *homo sapiens*.

Mas, ainda podemos nos indagar sobre a capacidade de modificar a natureza em prol das suas necessidades que alguns animais possuem, e que implica em realizar atividades planejadas para um fim, assim como os homens. Entretanto, embora alguns animais apresentem capacidades construtivas, como no caso das abelhas e suas colméias ou dos castores e suas barragens, Marx (2013, P.255-256) nos explica que:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera.

Nesse sentido, o homem é capaz de imaginar antes o que pretende realizar, assim, por exemplo, pode escolher um lugar mais apropriado para a construção de sua casa ao observar que existem predadores por perto, no entanto, a abelha não possui essa capacidade, uma vez



que age por instinto, construindo sua colméia próxima a um predador pelo simples fato do local escolhido estar próximo de seu alimento.

Outro aspecto importante que distingue a modificação da natureza realizada pelos animais do trabalho realizado pelo homem é a relação intrínseca que o primeiro mantém com suas necessidades fisiológicas. Luria (1991), um importante psicólogo soviético que se debruçou sobre o estudo da evolução do psiquismo humano, afirma que embora os animais possuam capacidade de premeditar suas ações, as mesmas estão sempre relacionadas com a satisfação de uma necessidade biológica e são orientadas instintivamente em prol de sua sobrevivência.

Luria (1991) pontua três principais características do trabalho humano que o distingue daquele realizado pelos animais, são eles: 1) são atividades que não necessariamente têm como objetivo a satisfação de necessidades biológicas, e por vezes, inclusive entram em conflito com essas; 2) pode não possuir como determinantes a imagem sensorial imediata e nem suas experiências individuais passadas; 3) tem como uma de suas fontes as experiências e os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade.

Portanto, o homem tem na realização do trabalho uma categoria mediadora entre ele próprio e a natureza, abandonados as relações imediatas típicas dos animais e pautadas nos estímulos sensoriais diretos. Com o desenvolvimento de funções psicológicas exclusivamente humanas que, embora em um primeiro momento foi capaz de suprir necessidades biológicas, mais adiante, a partir de um certo grau de desenvolvimento possibilitou que o homem fosse para além disso, desenvolvendo, por exemplo, a capacidade de comunicação entre os membros de um grupo através da linguagem.

Para compreender o desenvolvimento humano o desenvolvimento da linguagem nos aparece como um elemento imprescindível, isso porque é por intermédio da mesma que, diferente dos animais, podemos nos apropriar dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. A linguagem nos instrumentaliza para a vida e perpetua o desenvolvimento humano.

Desse modo, na mediação que o trabalho realiza entre o homem e a natureza é importante observarmos que ao mesmo tempo em que o homem modifica a natureza, para determinado fim, ele próprio modifica-se durante o processo. Nesse sentido Marx (2013) pontua que o homem, por meio do trabalho, modifica a natureza em prol de um objetivo, porém, toda a interação que o ato do trabalho proporciona, entre homem e natureza, modifica não apenas a matéria natural, mas também o homem que ao fim do processo, seja pelo

aprendizado, seja pelo desgaste físico ou pelas habilidades adquiridas, já não é o mesmo do início.

Acompanhando as ideias propostas por Marx (2013) entende-se que para a realização de um trabalho, além da própria força de trabalho pertencente ao indivíduo, são utilizados meios de trabalho, que aqui podemos entender como coisas, objetos, dos quais os homens utilizam como forma de prolongar seu próprio corpo.

Esses objetos, os meios de produção, são ferramentas que auxiliam o homem em sua interação com a natureza. Como exemplo, podemos destacar a terra, o martelo, um machado, uma máquina e assim por diante. Com relação a isso, seja qual for a época estudada, sendo sempre o trabalho aspecto central do modo de produção e reprodução da vida, o mediador do homem e da natureza, Marx (2013, p.257) nos deixa a seguinte colocação: “o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, com que meios de trabalho”.

Assim, durante o processo de trabalho o homem age sobre o objeto de sua escolha, valendo-se dos meios de trabalho que dispõe naquele determinado momento histórico e de sua força de trabalho, realizando modificações na matéria, transformando-a em um novo objeto já concebido idealmente, que terá uma nova função.

Dessa maneira o trabalho sempre esteve presente na vida dos homens seja primeiramente e unicamente para mantê-los vivos, seja posteriormente para suprir necessidades que vão além da sua subsistência, sendo capaz de mediar a relação dos homens com a natureza e o desenvolvimento de faculdades psíquicas propriamente ditas humanas. O que devemos nos atentar é sobre as condições em que esse trabalho é realizado, sobre quais determinantes o mesmo encontra-se condicionado ao longo da história e quais implicações o momento traz sobre ele e os homens que o realiza.

Com isso, se faz necessário para o alcance do nosso objetivo, compreender quais as peculiaridades do trabalho regido pelas categorias econômicas provenientes do atual modo de produção hegemônico, o capitalismo.

### **1.1 O Trabalho e as mediações de uma forma de sociabilidade regida pelo capital**

O trabalho enquanto forma de produção e reprodução da vida encontra-se atrelado às necessidades econômicas, sociais e políticas de um momento histórico específico, que por outro lado, também determina a forma de organização em que o trabalho se encontra. Uma vez que esse trabalho encontra-se fundamentando teórica e metodologicamente pelo método materialista histórico dialético, compreender sobre qual égide o trabalho atualmente encontra-

se organizado se faz imprescindível, pois se, como dito anteriormente, é no trabalho que encontramos a categoria fundante do ser social, sua forma de organização traz peculiaridades que vão além das relações de mercado.

Atualmente temos como modo de produção hegemônico o capitalismo, o que significa, em outras palavras, que nossa forma de trabalho está ancorada nos princípios capitalistas que implicam peculiaridades que serão tratadas a seguir mas, para isso, inicialmente é necessário discutirmos sobre o que é capitalismo.

### **1.1.1 Gênese e desenvolvimento do capitalismo como modo de produção**

Para darmos prosseguimento ao trabalho aqui pretendido é necessário que compreendamos as características e as peculiaridades do modo de produção atual que tem como cerne a produção e reprodução do capital, o capitalismo. Para isso, recorreremos à teoria marxiana que nos traz esclarecimentos da temática a partir de uma metodologia histórica e dialética, a qual contempla a realidade levando em consideração seu movimento e sua materialidade. Desse modo, primeiramente é preciso entender o que é capital, e para isso retomamos a forma com que as relações de trocas de mercadorias eram realizadas no século XIII.

Inicialmente, antes da produção capitalista propriamente dita, as relações de comércio seguiam a produção mercantil simples, em que os trabalhadores eram os detentores de seus próprios meios de produção, não existindo nessa forma de sociabilidade qualquer relação de expropriação do controle do processo de trabalho, sobre o trabalhador, assim como nos deixa claro Netto e Braz (2006, p.81):

Na sua configuração mais geral, essa produção de mercadorias, que se designa como produção mercantil simples, assentava em dois pilares: o trabalho pessoal e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os proprietários dos meios de produção que empregavam. Originalmente, esse tipo de produção não implicava relações de exploração: o camponês trabalhava solidariamente com membros da sua família e o mestre-artesão compartilhava as condições de trabalho e vida de seus aprendizes e jornaleiros (as corporações eram, também originalmente, associações de pares: aprendizes e jornaleiros seriam os futuros mestres). Ademais, esse tipo de produção destinava-se basicamente a um mercado restrito, quase sempre de âmbito local, no qual os produtores conheciam as necessidades dos compradores.

Portanto, essas relações de produção originárias do século XIII, pelas condições objetivas as quais estavam postas, tinham como finalidade a venda da mercadoria produzida no comércio daquela localidade, visando assim a obtenção de dinheiro, que seria trocado por

outras mercadorias, com a intenção de satisfazer suas necessidades ou possibilitar a produção de mais mercadorias adquirindo novas matérias-primas.

Com o intuito de facilitar a compreensão deste movimento realizado pela mercadoria e abordado acima por Netto e Braz (2006), será feito o uso do esquema deixado por Marx (2013), que demonstra de forma clara e concisa como ocorre o ciclo da mercadoria na forma da relação supracitada, a mercantil simples. Conforme nos explica Marx (2013), na relação comercial durante o período que abrange a forma mercantil simples, a mercadoria é trocada por dinheiro para posteriormente ser trocada por outra mercadoria, processo ilustrado por Marx (2013) da seguinte forma: – M (mercadoria) – D (dinheiro) – M (mercadoria).

Desse modo, Netto e Braz (2006) nos aponta que, o dinheiro, nessa forma como organizavam-se as trocas, servia unicamente como intermediário para a obtenção de novas mercadorias, porém Huberman (1999) nos explica que com o advento das cruzadas, as relações de comércio entre oriente e ocidente passaram a ser intensificadas, promovendo o desenvolvimento da produção - que antes estava destinado apenas a supressão de necessidades locais – e, conseqüentemente, do comércio, passando a existir um novo ofício: os mercadores e os comerciantes.

Os mercadores e os comerciantes tinham seu ofício resumido na locomoção de mercadorias dos seus produtores até os seus compradores, porém, divergindo-se da produção mercantil simples, essa nova classe tinha como objetivo não mais a supressão de necessidades ou a produção de novas mercadorias, aliás, diferentemente dos artesãos e dos camponeses, os comerciantes e os mercadores já não eram os responsáveis pela produção e viam na venda das mercadorias a possibilidade exclusiva de produzir mais dinheiro. Isto é, comprando os produtos dos produtores por um preço mais baixo e revendendo para os clientes por uma quantia superior, essa prática modificou a ótica de funcionamento da circulação mercantil que passou a ter como objetivo final o dinheiro acrescido, que é justamente essa diferença percebida pelos comerciantes e mercadores no processo de compra e venda de mercadorias.

Com o dinheiro acrescido, fruto dessas relações comerciais realizadas por mercadores e comerciantes, temos o início da transformação do dinheiro em capital, uma vez que essas novas formas de organização passaram a reger novas formas de relações sociais. Assim, Marx (2013) nos explica que o esquema que ilustra a circulação da mercadoria foi modificado, passando a ser da seguinte forma: D (Dinheiro) – M (Mercadoria) – D' (Dinheiro acrescido). Ao respeito desse movimento, Marx (2013, p. 225) nos deixa o seguinte apontamento:

Na circulação M-D-M, o dinheiro é, enfim, transformado em mercadoria, que serve como valor de uso e é, portanto, gasto de modo definitivo. Já na

forma contrária, D-M-D, o comprador desembolsa o dinheiro com a finalidade de receber dinheiro como vendedor. Na compra da mercadoria, ele lança dinheiro na circulação, para dela retirá-lo novamente por meio da venda da mesma mercadoria. Ele liberta o dinheiro apenas com a ardilosa intenção de recapturá-lo. O dinheiro é, portanto, apenas adiantado.

Analisando as colocações supracitadas, com essa nova configuração o dinheiro deixa de ser intermediário nas relações de troca para tornar-se o objetivo das trocas. Dessa maneira, a busca pelo valor de uso na relação comercial deixa de existir, pois agora, o objetivo do comércio é obter o valor de troca que advém dessa relação, até que simplesmente, seja percebido apenas o valor de troca. Agora, o ciclo inicia-se pela compra de uma mercadoria com dinheiro e é finalizado com a venda dessa mercadoria para a obtenção de mais dinheiro.

Dentro dessa nova forma de organização o dinheiro tende a voltar à circulação para que possa gerar ainda mais dinheiro. Assim, esse movimento torna-se um ciclo intermitente, uma vez que se o dinheiro deixa de circular e realizar esse mesmo processo de transformação, em que tornar-se mercadoria para posteriormente se transformar em mais dinheiro, ele perderia sua característica de capital.

Quando (2013, p.230) Marx afirmou que “capital é dinheiro, capital é mercadoria” ele apenas estava demonstrando que o valor percebido nas relações mercantis capitalistas, em determinado momento apresentava-se na forma dinheiro, noutro como mercadoria, sem deixar de se expandir, ou seja, de ter mais-valor acrescido a si mesmo, antes de retornar para o bolso do capitalista na forma de dinheiro acrescido de mais valor. Marx (2013, p.230) sintetiza essa ideia com a seguinte frase: “Se não assume a forma da mercadoria, o dinheiro não se torna capital”. Com essa afirmação fica claro como o dinheiro assume a forma de valor que se transforma em mercadoria, com a intenção de acrescentar mais valor, para que no momento da venda, esse valor retorne para a forma de dinheiro, porém, não é mais encontrando apenas na forma dinheiro, e sim como dinheiro acrescido de mais valor.

Como a dinâmica da história não permite interpretações lineares da realidade, podemos observar conforme Huberman (1999) pontuou que ainda durante o Feudalismo, com o desenvolvimento do comércio e dos novos ofícios de mercadores e comerciantes, o processo produtivo e comercial sofreu grandes alterações, emergindo práticas capitalistas que foram se desenvolvendo até chegar a sua forma típica: a extração da mais-valia pela exploração do homem pelo homem.

Entretanto, para se tornar viável essa lógica de funcionamento baseada na obtenção de mais-valia, foi necessário, *a priori*, a criação de duas classes distintas: a primeira, chamada burguesia, detentora dos meios de produção; e a segunda, a classe dos proletariados, dos

trabalhadores destituídos e expropriados de qualquer meio de produção, tendo como única forma de sobrevivência a venda de sua força de trabalho. Conforme nos traz Marx (2013), no século XIV as relações de produção pautadas na servidão já estavam praticamente extintas na Inglaterra. Os servos deram lugar aos camponeses livres, que embora recebessem salário, ainda usufruíam das terras comunais para a produção dos seus meios de subsistência. Com o advento do aumento do preço da lã, conforme nos explica Marx (2013), Huberman (1999) e Netto e Braz (2006), os camponeses foram expulsos dessas terras comunais e tiveram suas lavouras substituídas pela pastagem de ovelhas.

Marx (2013) ainda pontua que para que as terras se transformassem em mercadorias rentáveis acumuladas nas mãos de poucos homens, foram utilizados diversos meios, dentre eles a Reforma Protestante do século XVI, que tendo como objetivo por abaixo o regime feudal, atacou seu cerne, a Igreja Católica, a maior detentora de terras.

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e comunal em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (MARX, 2013, p. 804).

Assim, fundou-se o princípio básico para que o modo de produção capitalista possa ser engendrado: uma mão-de-obra livre, expropriada dos meios de produção, que tem em seu corpo e em sua energia sua única mercadoria a ser vendida, a sua força de trabalho, comprada pelos donos dos meios de produção através do salário.

Todo esse processo que culminou em uma sociedade dividida entre proprietários e expropriados, que tornou possível a acumulação de capital, Marx (2013) denomina de acumulação primitiva, a qual engloba os fins das terras comunais, a concentração de riqueza nas mãos de poucos indivíduos, o imperialismo europeu, entre outros eventos que tornaram viável o sistema capitalista de produção.

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p.786).

Dessa forma, o que temos hoje é a perpetuação secular de condições objetivas de vida que promovem e tornam viável o modo de produção capitalista e é especialmente sobre a expropriação da terra enquanto um instrumento de produção e reprodução de existência que esse trabalho encontra seu objetivo, porém, primeiramente é necessário compreendermos

quais são as peculiaridades e as consequências que esse novo modo de organização do trabalho, que tem agora como ator principal um homem destituído dos seus meios de vida.

O objetivo primeiro do capitalismo é a produção de mais-valia, isto porque é a partir dela que temos a gênese do lucro, finalidade da atividade capitalista. Entretanto, para que isso aconteça é necessário a princípio a existência desse trabalhador destituído dos meios de produção da vida desenvolvidos ao longo da história da humanidade, isto é, trabalhadores expropriados de quaisquer meios de produção obrigados, para se manterem vivos, a vender sua força de trabalho, que passa a ser compreendida apenas como mais uma mercadoria para o consumo daqueles que a ela podem comprar.

Segundo nos aponta Harvey (2013), ao ser firmado o contrato entre capitalista e proletariado, faz-se necessário que duas condições sejam atendidas: a primeira diz respeito à condição de que o trabalho realizado seja supervisionado pelo capitalista, a quem o resultado do mesmo pertence, assim, portanto é o capitalista, a fim de satisfazer as necessidades de acumulação é quem determinará a forma como o trabalho deve ser executado. A segunda condição é a de que todos os produtos produzidos pelos trabalhadores sejam de propriedade do capitalista, ideia fundamentada no fato do trabalhador vender sua força de trabalho como forma de mercadoria, mediante pagamento através do salário.

Portanto, o contrato realizado entre o trabalhador, que possui exclusivamente sua força de trabalho como meio de subsistência e o capitalista, que é detentor dos meios de produção, é o de venda da força de trabalho por um determinado período de tempo, ou seja, tudo o que for produzido durante o tempo de serviço acordado não pertencerá ao trabalhador e sim ao capitalista, uma vez que, o trabalhador está sendo remunerado pela venda de sua força de trabalho, não tendo assim, nenhum direito sobre o produto que advém do seu próprio ato de produção.

Nesse sentido, quando falamos da expropriação da mais-valia, estamos nos referindo a um fenômeno que esta ancorado na base da produção, regida pelo capital, isto porque, em suma, quando falamos de mais-valia estamos nos referindo à discrepância existente entre o salário percebido pelo trabalhador e a produtividade que o mesmo oferece ao capitalista. Quanto a isso, Harvey (2013, p.125) nos explica que o:

Há uma distinção crucial entre o que o trabalho recebe e o que o trabalho cria. O mais-valor resulta da diferença entre o valor que o trabalho incorpora nas mercadorias numa jornada de trabalho e o valor que o trabalhador recebe por entregar ao capitalista a força de trabalho como uma mercadoria.

Desse modo, podemos observar mais atentamente o funcionamento do mecanismo de geração de mais-valor. Primeiramente o capitalista paga para o trabalhador um valor fixo, pela

mercadoria força de trabalho, mas essa mercadoria gera valor suficiente para pagar a si mesma e também para produzir mais-valor, o lucro, que ao fim do processo é percebido apenas pelo capitalista, dono dos meios de produção.

Portanto, o salário funciona como um aporte para a produção regida pelo capital, uma vez que mascara o verdadeiro valor gerado pela força de trabalho do trabalhador através do salário que se apresenta para o trabalhador como um valor justo, pago pelo trabalho realizado. Sobre o salário Marx (2004, p.24) afirma que:

A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível com a simples humanidade (simple humanité), Isto é, com uma existência animal.

Sendo assim, conforme nos explica Marx, o objetivo do salário é apenas ser suficiente para que o trabalhador tenha suas necessidades mínimas atendidas, porém, o mesmo deve possuir, importância o suficiente para proporcionar o sustento de sua família que possibilitará a existência de uma nova geração de trabalhadores. Deste modo, o salário deixa o trabalhador dependente dele, uma vez que, o trabalhador tem apenas sua força de trabalho para vender, ou seja, encontra no salário a única forma que lhe resta para conseguir o sustento de sua família.

Dessa maneira, como uma forma de satisfazer necessidades de subsistência, alimentação e saúde, por exemplo, necessidades não ligadas diretamente a atividade realizada, o trabalhador não mais vê na objetivação de seu trabalho, na mercadoria, um resultado que lhe agrada, que lhe proporciona prazer, e sim uma massa organizada, um objeto, que em nenhum aspecto satisfaz o desejo do trabalhador, é uma atividade de produção que não lhe dá prazer, que em nada é útil para o mesmo a não ser como intermédio para sua sobrevivência, fenômenos que Marx denominou de estranhamento. Podemos compreender que esse estranhamento vivido pelo trabalhador não se encontra apenas no objeto final em que ele não se reconhece, como a priori somos levados a acreditar, muito pelo contrário, esse estranhamento está presente durante todo o processo de trabalho, desde a concepção do objeto até o resultado final.

Temos dessa forma, diante de nós, as bases sobre as quais o trabalho se realiza em uma sociedade capitalista, deste modo para melhor compreendermos as consequências dessa forma de organização em que o trabalho encontra-se alicerçado, trataremos a seguir da sua forma típica, o trabalho alienado.



### 1.1.2 O Trabalho alienado: um legado do capital

Tendo em vista que o trabalho no capitalismo está orientado para a finalidade de acumulação de capital ele alcança esse objetivo pela extração de mais-valor ocorrida através da exploração do trabalhador que é mascarada pelo recebimento de salários. O salário, o qual não corresponde à produtividade do trabalhador, mas sim aos elementos mínimos necessários para a perpetuação da sua força de trabalho (MARX, 2004), por sua vez é a finalidade almejada pelo trabalhador quando vende sua força de trabalho.

Desse modo, o trabalho acaba se apresentando ao trabalhador de maneira alienada, isto é, desvinculado da sua subjetividade e das suas necessidades intrínsecas limitando-se a ser apenas uma forma de prover sua sobrevivência. Além do mais, pela intensa fragmentação e especialização de suas funções, o trabalho organizado pela égide do capital retira do trabalhador o conhecimento unificado do processo produtivo, resultando na impossibilidade de se reconhecer em seu produto final.

Portanto, o que temos em uma sociedade regida pelos interesses de uma parcela ínfima da população, os capitalistas, em detrimento da classe majoritária, a classe dos trabalhadores, é uma constante contradição entre capital e trabalho. Quem trabalha apresenta-se unicamente como um meio, uma ferramenta, uma mercadoria necessária para a acumulação de capital nas mãos de poucas pessoas, promovendo um abismo entre classes e consequências sociais devastadoras. Porém, para que isso aconteça de maneira harmoniosa e sem por à prova a ordem vigente e mantenedora, são necessários mecanismos sociais que têm como objetivo encobrir as contradições intrínsecas dessa forma de sociedade.

Lane (2002) afirma que uma dessas formas de controle sobre o trabalhador e sobre sua percepção da totalidade a qual se insere, é a divisão de trabalho, uma vez que existe uma divisão clara entre quem pensa e quem executa a tarefa. Podemos constatar que as pessoas que detém o poder de pensar e a sociedade são as mesmas que detém os meios de produção. Desse modo eles disseminam a ideia de que são o que são por serem merecedoras, por terem trabalhado mais do que os outros ou por terem a “sabedoria” para se destacar, dessa forma, de maneira ideológica, fomentam a meritocracia e qualificam suas atitudes validando suas conquistas perante a sociedade. Tendo em seus discursos ideológicos o objetivo de mistificar as realidades, esses discursos acabam sendo apreendidos pela sociedade em geral como verdades absolutas, impedindo que a classe trabalhadora obtenha a verdadeira compreensão sobre a realidade em que vive.

Assim como Lane (2002) enfatiza, a divisão social do trabalho, como realizada no sistema capitalista, apresenta-se como um dos elementos incumbidos de mascarar a condição de exploração exercida sobre os trabalhadores no sistema capitalista, possui também um papel imprescindível na transformação do trabalho em uma atividade alienada, uma vez que seguindo a lógica de produtividade o trabalho passa a ser idealizado e objetivado por indivíduos diferentes. A autora também salienta que a forma como esta posta a divisão do trabalho, leva os trabalhadores a equivocada percepção de que não existe então uma interação social entre os indivíduos dentro de uma fábrica, entretanto, esse é um ledó engano. Tais relações existem, porém são mascaradas pelas máquinas, que agora são determinantes do ritmo da produção. Essa situação induz o trabalhador a pensar que sua única interação é com a máquina e que todos os outros trabalhadores que estão ao seu redor, apenas interagem consigo na condição de concorrentes.

Outra situação proveniente dessa forma de organização – a divisão do trabalho - é que o trabalhador não consegue mais se reconhecer no objeto produzido, uma vez que a segmentação e especificidade do trabalho executado por eles é tão grande que a parte produzida do objeto final é tão pequena, que não mais consegue reconhecer o seu trabalho no objeto final, ele vê o resultado, mas esse não lhe implica o menor reconhecimento, assunto que será melhor abordado mais adiante.

Dessa maneira, o trabalho alienado avança e deixa para os trabalhadores a ideia cada vez mais concisa de que alguns pensam o trabalho e que ele apenas deve executá-lo não com o objetivo de se objetivar no resultado final, mas com o objetivo de perceber no fim do mês o salário, que irá assegurar sua subsistência na sociedade capitalista, assim, o indivíduo aliena-se não apenas em seu trabalho, mas também se vê alienado da sociedade.

Na busca por uma maior compreensão da divisão social do trabalho, e sua centralidade no modo de produção capitalista, iremos discorrer um pouco a respeito das ideias que nos deixou Braverman (1974). O autor ressalta que o que resta ao trabalhador é vender única e exclusivamente sua força de trabalho mediante um contrato com o empregador, resumindo sua participação no processo produtivo a sua corporeidade enquanto extensão da máquina, existindo, desse modo, a divisão de trabalhos.

Braverman (1974) salienta que, “nos seres humanos, diferentemente dos animais, não é inviolável a unidade entre a força motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo. A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida” (BRAVERMAN, 1974, p. 53) ou seja, não necessariamente realizamos um trabalho pensado por nós mesmos, temos a possibilidade de realizar um trabalho idealizado na mente de outro ser humano. Portanto, a relação de

trabalho nos moldes de produção capitalista tem como base essa ideia exposta por Braverman (1974) como central, tudo quanto o trabalhador produz em nada lhe acrescenta, não por ele foi pensado e nem a ele pertence.

Nesse sentido, persistindo no objetivo de demonstrar a verdadeira dimensão do que vem a ser o trabalho alienado e/ou estranhado, oriundo de uma sociedade organizada sob o modo de produção capitalista, analisaremos algumas características do mesmo, as quais, primeiramente Marx (2004) e, posteriormente Mészáros (2006) se debruçaram durante seus estudos.

A alienação no trabalho surge primeiramente da relação do trabalhador com o produto de seu trabalho, embora já no interior da relação de produção desse produto o homem começa a estranhar não apenas o seu resultado, mas também os objetos da natureza, conforme nos aponta Mészáros (2006) e que em outras palavras significa a alienação existente entre o homem e a objetivação da sua força de trabalho. Quanto a isso, Marx (2004) nos aponta:

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo inteiro, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio (MARX, 2004, pg. 81).

Ou seja, quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando na produção do objeto, menor fica o valor de seu trabalho, mais o homem torna-se cansado, mais sua vida passa a pertencer ao objeto, pois toda a energia de seu corpo é gasta para produzi-lo, mas ele não se da conta disso. A contradição presente nessa situação torna-se muito mais perversa se analisada com cuidado. Ora o trabalho do homem se efetiva na natureza, nela se torna real, mas a medida que, quanto mais o homem se apropria do mundo externo, dos meios fornecidos pela natureza, menos pertence a ele sua vida, uma vez que, a interação entre homem e natureza, que gera o fruto do trabalho, não mais produz um objeto que lhe pertence.

Seguindo esse raciocínio, o objeto produzido pelo trabalhador passa a ser estranho a ele, pois não satisfaz suas necessidades mais intrínsecas, mas sim, apenas, servindo de intermediário para a obtenção do salário, o qual é suficiente apenas para sua subsistência e reprodução de sua força física.

Assim, o trabalho não se apresenta mais como um meio de desenvolvimento de suas potencialidades humanas, pelo contrário, o mesmo passa a ser a única forma de garantir sua subsistência, que essa por sua vez é necessária para que ele possa trabalhar ainda mais, ou

seja, passar mais tempo realizando um trabalho que não lhe agrada, para que no final seja cada vez mais lhe extraída mais-valia.

Dessa forma, o trabalho deixa de ser uma atividade transformadora do ser social, pois passa a apresentar-se como sendo algo estranho ao homem que não agrega sentido às tarefas realizadas, realizando-as como um martírio, pois é obrigado a fazê-lo para conseguir sobreviver, deixa de ver no trabalho algo que lhe pertence e passa a sentir-se vivo, feliz, apenas quando não está trabalhando. Marx (2004) sintetiza esse fato ao afirmar que mediante esse modo de organização que a sociedade se encontra, em que o homem tem se apresentado apenas como mais uma mercadoria, “Chega-se por conseguinte ao resultado que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos e etc.” (MARX, 2004, p. 83).

No fato de se reconhecer apenas em atividades animais podemos identificar a expressão de mais uma etapa na alienação provida pela sociabilidade vigente, a qual Mézsáros (2006) denomina de alienação de si mesmo, de sua própria atividade, que se encontra atrelada à alienação do homem com o seu ser genérico, visto a existência de um contexto de completo desencontro entre as reais necessidades humanas e a supressão de necessidades que servem à perpetuação do modo de produção hegemônico.

Por fim, assim como Mézsáros (2006) afirma, temos a “alienação do homem para com os outros homens” a qual o autor afirma estar implícita nas outras categorias citadas anteriormente e que se mostra como o resultado das mesmas. Uma consequência imediata disto, de um homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo “próprio homem” (MARX, 2004, p.85). Desse modo, o que temos ao fim de um trabalho alienado é o próprio estranhamento do homem para com os outros homens, o que significa, em outras palavras, enxergar o outro não como um indivíduo dotado de suas necessidades e particularidades, mas sim, simplesmente, como um carrasco ou como um concorrente.

Todas essas peculiaridades que marcam a atividade de trabalho dentro de uma sociedade capitalista e que resulta em um processo produtivo alienado intensificaram-se no período da Segunda Revolução Industrial.

Quem se incumbiu de responder intelectualmente às novas necessidades do capital foi a chamada Teoria Clássica da Administração, ou, como é mais conhecida, Administração Científica (MOTTA; VASCONCELOS, 2006), sucedida por outras escolas que, em sua essência, continuaram a aperfeiçoar o controle sobre o trabalhador, temática que será melhor abordada no capítulo seguinte.

## **2. HETEROGESTÃO: O PAPEL DAS TEORIAS ADMINISTRATIVAS NO CONTROLE DO TRABALHO**

Entende-se como heterogestão a forma como uma organização se organiza, em que há a prevalência de lucros individuais em detrimento do coletivo, ou seja, onde os ganhos são apropriados de forma privada. De acordo com Ventura Neto (2010),

A heterogestão é forma de organização da produção e do trabalho onde o lucro é apropriado pelos capitalistas individuais ou por sociedades anônimas. A perspectiva é a maximização dos ganhos obtidos por processos de extração de mais-valia absoluta, mais-valia relativa ou combinação entre estas duas formas de apropriação (VENTURA NETO, 2010, p.12)

Várias são as teorias da administração desenvolvidas ao longo dos tempos com a finalidade de dar conta das necessidades das organizações fundadas sob a égide da heterogestão. Tais teorias têm como objetivo o desenvolvimento de um conhecimento capaz de explicar as relações inter e intraorganizacionais e a otimização das mesmas em prol da produtividade.

É a partir da consolidação da lógica do capital que essas teorias são mais expressivamente desenvolvidas, elaboradas e modificadas para a busca de soluções das diversas facetas que o capitalismo engendra na luta pela sua perpetuação (MOTTA; VASCONVELOS, 2006). Será sobre essas teorias fundadas e regidas pelas necessidades capitalistas que este capítulo se debruçará, afim de demonstrar como se dá o processo de alienação do trabalhador, conhecendo a fundo heterogestão e seus processos alienantes seremos capazes de compreender posteriormente, com a clareza necessária a autogestão.

A partir da Revolução Industrial e o conseqüente crescimento acelerado da produção desenvolveu-se a necessidade de uma teoria que pudesse proporcionar a desvinculação da produção ao imprevisto antecedente a esse momento, uma teoria capaz de oferecer subsídios teóricos e metodológicos essenciais para o manejo daquela nova realidade posta, que exigia extrema capacidade de eficiência para a obtenção de condições competitivas e lucrativas. Dessas novas condições objetivas de produção foi elaborada, principalmente por Frederick Taylor (1856 -1915) a conhecida Teoria Científica da Administração.

### **2.1 A Teoria Clássica da Administração e o início do conhecimento sistematizado sobre as organizações.**

Embasada teoricamente no pressuposto de *homo-economicus*, para a Teoria Clássica da Administração o homem é entendido como um ser racional, simples e previsível (MOTTA; VASCONCELOS, 2006), concepção que fundamentou essa vertente da administração a considerar um ambiente organizacional propício para uma boa produtividade aquele que também se resumia em características simples, como :vigilância constante e treinamento (MOTTA; VASCONVELOS, 2006). O humano enquanto um ser dotado de consciência e necessidades próprias era um fato simplesmente ignorado pelos estudiosos e implementadores da teoria clássica e científica, que apontavam a estrutura organizacional como o fator determinante do aumento ou da queda na produção.

De acordo com Motta e Vasconcelos (2006) essa concepção de *homo-economicus* fundamentou a formulação teórica de diversos estudiosos organizacionais seguidores da Teoria da Administração Clássica, os quais, além da já citada forma simplista de compreender o homem, também defendiam a ideia de que esse homem era possuidor de uma natureza humana egoísta, utilitarista, previsível e controlável em todos os seus propósitos. Apesar do compartilhamento difundido de tais pressupostos, os mesmos devem ser entendidos como resultado de determinado momento histórico, político e econômico, ou seja, a partir de sua totalidade, e não como ideias abstratas desvinculadas da objetividade a qual encontravam-se atrelados.

Conforme Motta (1986) nos explica, o surgimento das teorias microindustriais, ou seja, aquelas destinadas ao entendimento da indústria por si só, estava associado à passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, emergindo a partir desse contexto a necessidade de elaboração de uma teoria da administração que desse suporte aos episódios organizacionais que padeciam de soluções sistematizadas, que ficou conhecida como Teoria da Administração Clássica. Seus expoentes, fundamentados pelo pensamento de Descartes, deram início a implantação e disseminação da lógica de racionalidade do trabalho, realidade até então inexistente e que só foi possível após condições prévias desenvolvidas ao longo da história da humanidade, como a acumulação primitiva, responsável segundo Marx (2013) pela separação entre trabalhador e propriedade dos meios de produção, condição básica do capitalismo.

De acordo com Motta e Vasconcelos (2006), a acumulação primitiva possui quatro principais fatores em sua gênese: o rápido crescimento do volume de intercâmbios e do comércio de mercadorias no fim da idade média, o sistema de produção manufatureiro, a grande inflação de preços nos séculos XVIII e XIX, e o regime de cercamento dos campos. Elementos que juntos dão forma ao fenômeno de acumulação primitiva.

O autor ainda nos aponta que outro importante fato que contribuiu para a consolidação desse fenômeno foi a condição dos trabalhadores braçais que estavam extremamente valorizados no fim do século XIV. Com o infortúnio da peste negra na Europa a redução da quantidade de força de trabalho era inevitável, o que levou à valorização do trabalhador braçal e a intensificação do comércio, uma vez que os mesmos passaram a possuir maior poder de compra.

Mediante tais circunstância foi possível aos artesãos abandonarem a agricultura e viverem exclusivamente da sua produção artesanal. Esses artesãos eram donos da matéria prima e das ferramentas que utilizavam, treinavam seus aprendizes que, futuramente, viriam a serem, também, artesãos donos de seus próprios negócios (MOTTA; VASCONVELOS, 2006).

Motta e Vasconcelos (2006) salientam que como a Igreja Católica, ao ser a instituição que detinham o poderio econômico durante o período feudal, exercia forte influência sobre os costumes da população e identificava a prática de usura como um ato pecaminoso, a acumulação de riqueza tornava-se inviável. Desse modo os bens produzidos durante aquele período eram destinados, unicamente, para alimentar um sistema de trocas sem ter como finalidade o lucro.

Com os trabalhadores possuindo poder de compra relativamente alto e com o advento das Cruzadas (HUBBERMAN, 1981), o comércio intensificava-se e exigia dos artesãos antigos organização para lidar com a concorrência. A alternativa encontrada foi a criação das corporações de ofício que monopolizavam o trabalho e a indústria manufatureira da região, não permitindo a entrada de comerciantes que não fossem da região e impedindo a expansão da concorrência (MOTTA; VASCONVELOS, 2006).

Com a ampliação do comércio e o crescimento das exportações de manufaturas, a partir da organização de feiras e mercados regionais, consolidou-se uma economia de mercado que inviabilizou a manutenção do “justo preço” - imposto pelos dogmas da Igreja Católica – substituído pelo preço de mercado, que se originava pelas negociações entre artesãos, clientes e concorrentes (MOTTA; VASCONVELOS, 2006). A partir de então o comércio passa a não se limitar apenas nas trocas, mas a visar o lucro e a permitir, por consequência, a acumulação de riquezas.

O mercado de maneira geral foi se concentrando no entorno de algumas indústrias manufatureiras, as antigas corporações de ofício, que passaram a centralizar o poder e o controle dos recursos produtivo. Assim, os donos dessas indústrias seguiam formando uma nova classe social emergente: a burguesia (MOTTA, 1986).

Diante de todos esses acontecimentos, os reis, até então líderes políticos, começaram a perder o seu poder sobre a população e como alternativa para barrar esse movimento criaram os Estados Absolutistas, os quais, em suma, centralizavam o as decisões em suas mãos. De acordo com Motta (1986), como a burguesia ainda não se encontrava consolidada, passou a financiar esse Estado Absolutista em troca de privilégios necessários para seu desenvolvimento enquanto uma nova classe.

Como Hubberman (1981) nos explica, após esse primeiro período de favorecimentos mútuos, o excesso de imposições feitas pelos reis ao comércio, passaram a ser um incômodo para a classe burguesa, que queria maior poder, autonomia e controle.

A burguesia desejava que seu poder político correspondesse ao poder econômico que já tinha. Era dona de propriedades – queria agora os privilégios. Queria ter certeza de que sua propriedade estaria livre das restrições aborrecidas a que estivera sujeita na decadente sociedade feudal (HUBBERMAN, 1981, p.160).

Nesse momento histórico, marcado pela busca do mercado pela liberdade, são criadas as teorias liberais que convergentes com os interesses burgueses têm como maiores ícones John Locke (1632–1704) e Adam Smith(1723-1790) (MOTTA; VASCONVELOS, 2006) e possuíam como finalidade o estabelecimento de um Estado mínimo, que significa, em outras palavras, a existência de um mercado totalmente livre de intervenções estatais. Posteriormente temos o advento da Revolução Francesa, em 1789 e o Período Napoleônico, os quais marcam a consolidação do poder burguês na Europa ocidental.

Diante de tais fatos, os nobres, que permaneciam presos as suas propriedades no campo, passavam por grandes dificuldades financeiras, uma vez que a nova lógica voltada ao mercado não os beneficiava. Como solução a nobreza passou a cercar suas terras e a expulsar os antigos servos, que trabalhavam na terra em troca de tributos, para que ali pudessem criar animais e plantar alimentos para abastecer as cidades. Assim, “foram destruídas as formas tradicionais de organização dos produtores” (Motta, 1986, p.50) e os servos partiram em direção às cidades, possuindo como único meio de sobrevivência sua força de trabalho, transformando-se em mão-de-obra livre e assalariada, que eventualmente foi absorvida pelas indústrias e subordinada a ela (MOTTA, 1986; HUBBERMAN, 1981; MARX, 2013).

De acordo com Motta (1986), algumas características da economia do século XIX influenciariam diretamente o século que se aproximava, dentre elas podemos destacar o padrão internacional de ouro como base de uma organização econômica única e o mercado auto-regulável, que era a peça central do estado liberal, ao qual Motta (1986, p.50) faz o seguinte apontamento:



A subordinação do homem ao mercado significou em nível concreto a destruição das formas orgânicas de existência. Substituídas, então, por um novo tipo de organização, de natureza individualista e automatizada.

Assim podemos perceber que a ideologia imperante no século XIX, o liberalismo, possuía compromisso com a liberdade do mercado, e a favor dela, ocultou as formas autoritárias presentes na produção e o antagonismo entre capital e trabalho.

Pelo discurso liberal o trabalhador era livre para trabalhar e o empregador livre para comprar sua força de trabalho, porém como em um contrato mal intencionado, que visa enganar a outra parte, em letras miúdas estava a cláusula inexistente que estabelecia: “liberdade de trabalho sob as condições do patrão, ou então morrer de fome” (MOTTA, 1986, p.50).

## **2.2 A burguesia no poder e o desenvolvimento de teorias organizacionais fundamentadas pela heterogestão**

Com a consolidação de 1840 a 1873, na Inglaterra, da indústria e do capitalismo de livre concorrência, período marcado por um grande crescimento econômico, a Revolução Industrial, responsável por esse crescimento, no entanto, impôs aos camponeses que vieram para cidades – em decorrência do cercamento - um duro sistema que os obrigavam às exaustivas jornadas de trabalho de dezesseis horas e o recebimento de salários miseráveis. (MOTTA, 1986)

De acordo com Motta (1986) mediante tais circunstâncias de exploração em que os trabalhadores do século XIX estavam postos, várias revoltas surgiram. Como nesse momento a máquina era tida como o principal elemento do processo produtivo os trabalhadores, tomados pelo sentimento de revolta devido as condições precárias de trabalho, destruíram fábricas e máquinas como forma de demonstrar sua insatisfação.

Ainda conforme Motta (1986) salienta, diversos movimentos sindicais surgiram no período e os industriais e seus representantes políticos vendo tamanha repercussão e seu crescente poder, criaram a lei das associações de 1799, que declarava ilegais as associações de trabalhadores, alegando que deveria ser mantida a livre concorrência, inclusive no processo de compra e venda de força de trabalho.

Diante dessa realidade, ainda no século XIX, surgiram alguns movimentos filosóficos de contestação da nova ordem vigente, dentre eles o socialismo utópico com Saint-Simon, Proudhon, Robert Owen e outros, os quais, de acordo com Motta (1986) eram também

industriais e buscaram por suas próprias formas amenizar os problemas enfrentados pelos trabalhadores da época, buscando melhorar as condições de trabalho de seus empregados. Outra corrente filosófica emergente desse contexto foi o socialismo científico de Karl Marx(1818-1883) e Frederich Engels(1820-1895), fundadores do método materialista histórico-dialético.

Posteriormente à criação dessas correntes filosóficas de contestação ao *status quo* vigente no século XIX, surgem as teorias microindustriais sem um contexto de transição entre o capitalismo concorrencial e o monopolistas. É nesse momento que temos o início da racionalidade incorporado ao trabalho pelo advento da elaboração da Teoria Científica da Administração que, como dito anteriormente tem em Taylor seu principal percussor.

Taylor buscou a sistematização do processo de trabalho fracionando e cronometrando cada parte do mesmo com o objetivo de auferir o máximo de lucro a partir do controle (MOTTA, 1986). Buscando atingir esse objetivo Taylor afirmou o seguinte, “a eliminação da cera e das várias causas do trabalho retardado, desceria tanto o custo da produção que ampliaria o nosso mercado interno e externo, de modo que poderíamos competir com nossos rivais” (TAYLOR, 1980, p. 33).

Nesse período, como já dito, as ideias eram baseadas na concepção de *homo-economicus*, em que o homem era visto como um ser dotado de uma natureza egoísta e que apenas responderia a altura das necessidades da indústria se recebesse incentivos financeiros. Os fatores psicológicos, corpóreos, ou qualquer outro que remetesse a uma subjetividade do trabalhador eram ignorados naquele período.

Segundo Motta (1896), além do exaustivo controle sobre o tempo, o taylorismo foi incumbido de um grande objetivo específico: “O taylorismo tem por função essencial passar, para a direção capitalista do processo de trabalho, os meios de se apropriar de todos os conhecimentos práticos, que, de fato, até então, eram monopolizados pelos operários” (MOTTA, 1986, p. 62), ou seja, retirar, através da especialização em funções simples, a capacidade do trabalhador de pensar o trabalho como um todo, restando ao mesmo realizar funções mecânicas e braçais fragmentadas e desvinculadas da unidade geral: o produto final.

Taylor atento às mudanças que ocorriam na época da Revolução Industrial, dedicou sua vida ao estudo sobre a maximização da produção, debruçou-se sobre os problemas dos salários e, mais especificadamente, sobre o modo como os salários eram pagos (MOTTA; VASCONVELOS, 2006). Para Taylor, pagar o trabalhador por peça ou por dia, apresentava-se como um grande impasse entre operários e patrões. Taylor afirmava que essa forma com que o pagamento estava sendo efetuado era ineficiente, uma vez que transmitia ao trabalhador

a impressão de que apenas o patrão beneficiava-se do esforço do operário, gerando desconforto entre trabalhador e empregador o que impedia o primeiro de produzir conforma toda sua potencialidade (MOTTA; VASCONVELOS, 2006).

De acordo com Motta e Vasconcelos (2006) como forma de solucionar a problemática dos salários, Taylor divulgou seu estudo *piece-rate system*, que consistia em calcular o tempo que um operário, dando o melhor de si, levaria para completar uma tarefa, passando o valor da tarefa a ser fixo. Diante dessa nova metodologia o trabalhador passou a ser obrigado a produzir uma quantidade razoável de peças, de acordo com o patrão fixo, para receber um bom salário.

Taylor nessa ânsia pelo controle e pela otimização da produtividade percebeu a necessidade de dar um novo enfoque sobre o estudo que originou novas formas de pagamento, agora sobre o tempo de produção com ênfase na produtividade.

Conforme Motta e Vasconcelos (2006) pontua, Taylor elaborou uma metodologia em que dividia as tarefas realizadas pelos operários até seus elementos mais simples e básicos, depois cronometrava e registrava o tempo que os considerados trabalhadores ideias levavam para realizar uma tarefa específica. A esses trabalhadores ideias que serviam de exemplo para os demais, Taylor dava o nome de “homem de primeira classe” (MOTTA; VASCONVELOS, 2006). Após realizar essa tarefa ele definia em cima dos dados os tempos padrões em que os elementos básicos da produção deveriam ser executados por todos seus trabalhadores, determinando seu valor, assim ele poderia ter uma produção por tarefa com níveis altíssimos de controle (MOTTA, 2006).

Após esse primeiro momento marcado pelo alto nível de controle sobre as atividades dos operários, Taylor passou sua pesquisa para o estudo dos movimentos que melhor se enquadrariam na execução das tarefas, a fim de otimizar o tempo e possibilitar maior produtividade e lucro. Para isso observou cerca de 75 carregadores de barras de ferro em uma fábrica e escolheu o trabalhador que considerava mais qualificado, chamado o processo de “seleção científica do trabalhador”.

Taylor buscava com a seleção desse trabalhado ideal, elevar o carregamento de ferro de 12 toneladas/dia por homem, para 47 toneladas. Taylor chamou o trabalhador selecionado para uma conversa extremamente rude, que narra em seu livro detalhadamente, e justifica a forma como conduziu a conversa, da seguinte maneira:

“Este dialogo pode parecer um pouco áspero. E, de fato, seria, se aplicado a um mecânico educado ou mesmo a um trabalhador inteligente. Com um homem de mentalidade limitada como Schmidt, é realmente o adequado, visto que eficiente em prender sua atenção sobre o ato salário que ele

desejava e, ao mesmo tempo, em desviá-lo do trabalho maior que, percebido, o levaria a considerar a tarefa como impossível” (TAYLOR, 1980, p. 46)

Desse modo, evidencia-se a forma como o trabalhador era visto pelos pressupostos da época, como alguém ignorante e vadio, incapaz de compreender a forma que as indústrias deveriam organizar-se, como evidencia-se em outra passagem de seu livro:

“Um dos primeiros requisitos para um indivíduo que queira carregar lingotes de ferro como ocupação regular é ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição mental a um boi, que a qualquer outra coisa. Um homem de reações vivas e inteligentes é, por isso mesmo, inteiramente impróprio para tarefa tão monótona.”(TAYLOR, 1980, p. 53)

De acordo com Motta e Vasconcelos (2006) com as conclusões oriundas de seus estudos e pesquisas, Taylor conseguiu aumentar a produção diminuindo cada vez mais a autonomia do trabalhador, fato que, basicamente, se deve à noção de que o responsável pela elevação ou diminuição da produção era a própria forma como a mesma estava organizada.

Essa diminuição da autonomia do trabalhador seguiu aumentando conforme os estudos da administração clássica avançavam. Posteriormente o trabalho foi separado entre intelectual e manual, passando a existir um departamento responsável apenas por pensar o trabalho, enquanto outro ficara exclusivamente responsável pela produção, ou seja, os trabalhadores passariam a executar tarefas de maneira praticamente robótica, já que não pensavam mais o trabalho e nem mesmo tinham liberdade para trabalhar em seu ritmo ou conforme lhe fosse mais cômodo.

De acordo com Motta e Vasconcelos (2006) a busca dos pensadores da chamada Teoria da Administração Científica estava direcionada ao objetivo de produzir mais em menos tempo. Nesse sentido buscou-se, também, reduzir cada arte manual, ou ofício, a movimentos mais simples possíveis e elementares, movimentos que poderiam ser exatamente cronometrados, descritos e ensinados. Dessa maneira a destreza dos trabalhadores em funções simples seria levada ao extremo, criando-se, conseqüentemente, especialistas em funções incrivelmente simples, como por exemplo: apertar um parafuso.

Conforme Motta e Vasconcelos (2006) postula, Taylor, em um de seus equívocos, alegava que os ganhos da indústria eram proporcionais ao máximo desenvolvimento do capitalista e que o trabalhador também seria beneficiado nesse processo, supondo uma convergência de interesses entre classes distintas, mascarando as reais relações antagônicas intrínsecas ao modo de produção capitalista.

Durante esse mesmo período Henry Fayol (1841-1925) também se voltou ao estudo da administração a partir do viés clássico, porém, conforme afirma Motta e Vasconcelos (2006), direcionado para a parte gerencial. Fayol apontava a necessidade de dar forma a toda estrutura administrativa e procurava determinar o lugar e as funções de cada um dos elementos da indústria buscando a maximização dos lucros. Motta (1986) aponta que Henri Fayol apoiava a hierarquia, afirmava que cada indivíduo deveria limitar-se ao papel que lhe foi imposto dentro da organização, demonstrando compartilhamento de pressuposto com Taylor. De acordo com Fayol sua doutrina tinha como objetivo,

Facilitar a gerência de empresas, sejam industriais, militares ou de qualquer índole. Seus princípios, suas regras e seus processos devem, pois, corresponder tanto as necessidades do exército como a da indústria. (FAYOL, 1990, p. 10)

Deste modo Fayol buscou a criação de um modelo administrativo, ao qual tinha como objetivo solucionar problemas comuns a todos os organismos que necessitavam de gestão. Fayol ficou conhecido por descrever as funções do administrador, são elas: planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar; deixando novamente claro os princípios da administração clássica que considerava o trabalhador uma peça passível de substituição e uma clara influência da burocracia militar (MOTTA,1986).

Torna-se importante ressaltar que as ideias defendidas por Fayol e as formas como as organizava, evidenciam a defesa da heterogestão nos trabalhos. Sobre esse ponto Motta (1986) escreve que:

Nesse sentido, a decisão monocrática apresenta-se como absolutamente monocrática, sendo o fluxo de comunicação de cima para baixo que acaba sendo de fato legítimo (MOTTA, 1986, p.73)

Nesse período não é dada importância aos trabalhadores dentro da organização. O que de fato mostrava-se como motivo de preocupação para as empresas eram os papéis desempenhados por cada um, pensamento recorrente tanto nos trabalhos de Taylor como nos de Fayol.

Outro fato que caracteriza a íntima relação entre os trabalhos de Taylor e Fayol, é como o segundo formaliza a estrutura da organização de maneira tão rígida quanto o primeiro. Para Fayol, segundo nos relata Motta (1986), a ideia de administração passa diretamente pela “concentração de poder na cúpula, a centralização de decisão, a ordem, a disciplina, a hierarquia e a unidade de comando são fundamentais” (MOTTA, 1986, p.74).

De acordo com Faria (2011), as condições que permitiram que uma forma tão rígida de gerência e elevada produção nesse período foram a expansão da indústria automobilística,

o crescimento demográfico, acelerado crescimento da indústria manufatureira e o aumento do número de trabalhadores à disposição no mercado, principalmente com a imigração de força de trabalho advinda da Europa e a entrada dos trabalhadores negros no mercado. Obviamente que a grande concorrência por empregos, o acelerado crescimento da indústria e o grande poder de compra da classe média americana na época influenciaram e também permitiram a viabilidade de formas de controle do trabalho tão rígidas.

Com o surgimento do movimento conhecido por Escola das Relações Humanas, a Teoria da Administração Clássica passa a receber diversas críticas, principalmente com relação ao pressuposto de *homo-economicus*. De acordo com Motta e Vasconcelos (2006) Simon afirmava que restringir a concepção de homem à variável econômica impossibilitaria a obtenção de respostas adequadas, já que, a natureza do homem era muito mais complexa do que o enfoque dado a ela pela administração clássica. Sobre a Escola das Relações Humanas nos debruçaremos a seguir.

### **2.3 Escolas das Relações Humanas e a superação do conceito de “homo-economicus”**

O contexto histórico do surgimento da Escola das Relações Humanas conforme nos relata Faria (2011) permeia um momento de paradoxo proporcionado pelo crescimento econômico acelerado na década de 1920 e a grande depressão de 1930 que se seguiu.

As respostas intelectuais ao momento de crise vivido após os anos de 1930 foram imediatas, iniciando-se por uma reformulação do pensamento político-econômico que seguem as tendências dos estudos apresentados por Keynes e Kalecki.

Dentro das fábricas a automatização não mais sustentava a manutenção da antiga estrutura organizacional hierárquica imposta pelo modelo taylorista de produção, necessitando mudanças a fim de adaptar o modelo organizacional às novas necessidades daquele momento econômico. Essa nova forma de organizar da produção inicia-se com o Fordismo.

Faria (2011) pontua que os crescentes questionamentos vividos pela indústria naquele período de crise fizeram emergir a Escola das Relações Humanas, apoiada nos estudos de Elton Mayo (1880 -1949), que encontra no momento uma direção não unificada no que tange as funções de organização e coordenação. Paralelamente aos estudos de Mayo, Chester Barnard dedicava-se a estudar as funções do executivo e a propor novas formas de administração.

As concepções de Mayo eram baseadas no positivismo e Faria (2011) destaca que o mesmo acreditava que a sociedade deveria ser dirigida por uma elite de administradores, que

seria responsável por livrá-la das chagas geradas pelo conflito. Maurício Tragtenberg (1977) corrobora para o entendimento esclarecendo os pressupostos de Mayo.

A Escola das Relações Humanas surge numa época em que se funda o sindicalismo vertical, por indústria, em substituição ao de ofício, cabe ao conselho de relações humanas a supressão das resistências informais as exigências administrativas. Enquanto a Escola Clássica pregava a harmonia pelo autoritarismo, Mayo procura-a pelo uso da Psicologia convertendo a resistência em problema de inadaptação através da manipulação dos conflitos por pessoal especializado em psicologia social e sociologia industrial, ou melhor, relações industriais. (TRAGTENBERG, 1977, p.83)

Ainda a respeito da concepção de Mayo, Faria (2011) afirma que:

“O objetivo de Mayo (1933) é estudar as relações de trabalho em organizações industriais com a finalidade de melhor qualificar uma elite administrativa capaz de dirigir o processo de desenvolvimento em uma época de transformações econômicas e problemas sociais.” (FARIA, 2011, p. 66)

Deste modo, fica evidente que embora a Escola das Relações Humanas aparentemente significasse mudança com relação aos métodos da Teoria Clássica, a heterogestão permanecia. Na verdade as contribuições de Mayo eram no sentido de encontrar uma forma para que a heterogestão continuasse sendo realizada de modo que diminuíssem os conflitos ou a resistência dos trabalhadores em relação à administração, como afirma Tragtenberg (1977), manipulando os comportamentos dos grupos.

Assim, Mayo realizou uma série de entrevistas que possuíam como finalidade identificar os graus de influência de fatores ou condições externas e individuais no processo de trabalho nas indústrias. Segundo Faria (2011), no período da pesquisa, Mayo realizou 21.126 entrevistas, debruçando-se sobre os impactos do modo de trabalho tayloristas sobre a produção dos trabalhadores, observando, mais precisamente, aspectos provocados pela fadiga e a monotonia, sintomas típicos do modelo de produção taylorista.

O objetivo central de Mayo, segundo Faria (2011), era conseguir controlar os fatores internos e externos ao processo de trabalho, com a finalidade de aumentar a produtividade dentro do padrão de produção capitalista.

Em 1926 Mayo realizou outro experimento, em Hawthorne, uma fábrica da região de Chicago. Essa pesquisa buscou identificar a relação existente entre a intensidade da iluminação e a eficiência dos trabalhadores, pesquisa essa muito similar àquelas realizadas por

Taylor. Porém, segundo Faria (2011) o enfoque dado por Mayo, era nas condições externas aos trabalhadores, mas intrínsecas ao processo produtivo.

Tratava-se, deste ponto de vista, de uma pesquisa de natureza positivista do tipo causa-efeito, bastante próxima do Taylorismo, pois, enquanto este se preocupava com a economia dos tempos e dos movimentos e seus efeitos sobre a quantidade de trabalho, a descrita por Mayo investia no estabelecimento dos efeitos sobre a produtividade causados por condições externas aos trabalhadores, mas presentes no processo de trabalho. (FARIA, 2011, p. 68-69)

Como afirmamos anteriormente, o objetivo de Mayo era impor a hierarquia típica do taylorismo e sua heterogestão da forma mais sutil possível, ou seja, mascarando as formas clássicas de controle e desenvolvendo uma forma mais eficiente de elevar a produção. Faria (2011, p.71) sintetiza os objetivos de Mayo da seguinte forma:

O objetivo explícito do programa era aprender com os trabalhadores suas preferências para prover uma mais definida base de treinamento de supervisores e adicionar formas apropriadas de controle mais eficientes do trabalho, Não é sem razão que Mayo pergunta como passar de uma sabedoria do conhecimento das pessoas para uma sabedoria sobre as pessoas e como desenvolver os métodos de controle sobre as relações interpessoais.

O trecho acima demonstra claramente quais os objetivos possuíam a Escola das Relações Humanas. Essa corrente não viria com o intuito real de facilitar o trabalho dos operários, e sim, identificar os fatores externos que influenciavam a produção, a fim de aperfeiçoá-la.

Sendo impossível controlar essas influências externas em que os trabalhadores estavam susceptíveis, Mayo buscou identificá-las de forma a tomar medidas, baseadas nos comportamentos descritos, que possibilitassem a maximização da produção, quanto a isso Faria(2011) afirma que:

Em outros termos, sendo impossível controlar as relações sociais do ambiente, é preciso entendê-las e desenvolver mecanismos de controle com tal grau de eficiência que permita aos trabalhadores resistirem as mesmas. A palavra da empresa é, aqui, a palavra final, a que determina, que seleciona, que filtra, que reduz, que aliena (FARIA, 2011, p. 71-72)

Desse modo percebe-se que o objetivo final da Escola das Relações Humanas coincide com a finalidade do Taylorismo: aumentar a produção sobre as bases da heterogestão, entretanto a primeira modifica o discurso e passa a adotar conceitos de valorização das relações humanas ao compreender as necessidades do trabalhador, porém, essa compreensão não servia em prol do trabalhador, eram objetos de estudo com o intuito exclusivo de intensificação da produtividade (FARIA, 2011) (MOTTA, 1986)



Nota-se que o modelo de administração proposto por Mayo mistifica a realidade, uma vez que prega uma falsa cooperação entre operários e capitalistas, como se fosse possível a conciliação de classes com interesses tão antagônicos. Os trabalhadores vivenciavam a ilusão de participação no processo organizacional, porém a cooperação é imposta e pensada por uma elite administradora, dessa forma, “a proposta de Mayo resulta em verbalismos que procuram esconder a coerção que acompanha a heterogestão”. (FARIA, 2011, p. 73).

Embora na essência o modelo de Elton Mayo tenha os mesmos objetivos do antecedente modelo elaborado por Taylor, o primeiro deixou um legado, principalmente no que tange o “espontaneísmo e o grupalismo” (Morro, 1986, p.80), elementos fundantes da teoria administrativa posposta: A teoria dos sistemas abertos.

## **2.4 Teorias dos Sistemas Abertos**

A Teoria dos Sistemas surge na administração em um período pós-segunda guerra mundial, onde encontra condições adequadas para sua perpetuação. Entre essas condições podemos citar, segundo Motta (1986), o advento dos computadores e de técnicas avançadas de programação. O mundo encontrava-se em processo de globalização e os sistemas operacionais informáticos ocupavam papel imprescindível para a consolidação de todo esse fenômeno.

Outro fator importante é que nesse mesmo período a teoria Weberiana começa a ser divulgada como ferramenta administrativa efetiva. A teoria de Max Weber (1864-1920) é vista, segundo Motta (1986), como “capaz de livrar as organizações das “irracionalidades humanas”” (MOTTA, 1986, p, 80), ganhando força também no meio acadêmico.

À medida que a teoria weberiana passa a influenciar o meio acadêmico, inicia-se uma busca por uma teoria organizacional voltada para a administração psicológica do conflito, conforme nos relata Motta (1986):

A análise da organização como um sistema decisório conduz à manipulação, na medida em que a motivação para participar da organização e a motivação para produzir no nível desejado pela administração são vistos como altamente dependentes do controle que a administração consegue exercer sobre a evocação de alternativas de comportamento pelos trabalhadores. Isto significa, basicamente, que o controle deve ser exercido sobre as premissas das decisões dos trabalhadores (MOTTA, p. 81, 1986)

Desse modo, inicia-se uma busca por uma adequação psicológica dos trabalhadores imposta e pensada pela elite administradora. O controle atinge níveis ainda maiores, a

heterogestão é elevada a elementos novos, como afirma Motta (1986) “ é uma ideologia do controle e uma metodologia voltada para o condicionamento a nível psicológico.” (MOTTA,1986 p, 81)

Todo esse processo de adaptação é marcado por um momento histórico de internacionalização da economia. Durante as décadas de 1950 e 1960, devida a essa internacionalização, os países não podiam mais atuar de maneira isolada, emergindo no seio do estruturalismo o conceito de sistema, entendido, de acordo com Motta (1986), como um conjunto de elementos que se relacionam entre si de forma que o todo formado é maior do que a soma de suas partes em constante mudança.

O autor ainda afirma que diversas mudanças ocorreram nas décadas de 1950 e 1960, entretanto as novas teorias organizacionais desse período atuaram mais com o intuito de esconder o que não foi mudado, do que, propriamente, gerar uma modificação na forma de atuação.

Nesse mesmo período começa a ser difundida a ideia do conhecimento técnico como sendo a salvação da administração, surgindo uma nova classe, os tecnoburocratas, que seriam os detentores do conhecimento técnico na função burocrática administrativa, que na verdade, de acordo com Motta (1986), nada mais é que um sistema de poder.

Enquanto teoria do poder, a teoria dos sistemas abertos oculta seus reais detentores, na mais legítima manifestação do pragmatismo da sociologia norte-americana, fruto de uma sociedade onde predominam as organizações burocráticas, fazendo com que uma elite relativamente pequena precise legitimar o seu poder (MOTTA, 1986, p. 88).

Dessa maneira, a Teoria dos Sistemas Abertos dissemina a ideia de que as organizações são capazes de se auto-regularem, como se a divisão social do trabalho fosse algo meramente natural e não resultado de uma forma de organização respaldada na acumulação de capital. Da mesma forma a heterogestão é mistificada, uma vez que o administrador é visto como um regulador sem a opção de agir de forma diferente, já que o sistema é uma forma de organização naturalizada. Motta (1986) deixa mais clara essa ideia quando afirma que: “na visão sistêmica, a dominação é escamoteada na ideia de integração. Tudo se passa como se de fato não houvesse dirigentes e dirigidos, mas apenas supersistemas, sistemas e subsistemas a ser integrados” (MOTTA, 1986, p. 88). Desse modo, os conflitos existentes aparecem como sendo algo fora da normalidade, já que o sistema proporciona uma harmonia universal.

Os tecnocratas, vindos de uma educação acrítica, porém, sendo os detentores do conhecimento técnico, aos poucos vão tomando seus lugares de importância na sociedade da

época, conforme esclarece Motta (1986), “eles planejam tudo, da natalidade ao consumo, da produção à educação” (MOTTA, 1986, p. 88).

Percebe-se dessa forma que A Teoria dos Sistemas Abertos veio impor ao mundo das organizações uma mudança de paradigmas: agora a propriedade da organização está dissociada do controle, da figura do antigo dono, centralizador e controlador, abrindo espaço para os tecnoburocratas, que exercem as funções de controle, validados pelo conhecimento técnico. A gestão muda de mãos, mas permanece funcionando na lógica da heterogestão, agora quem planeja é o tecnoburocrata, porém, ao trabalhador, resta ainda, exclusivamente, a execução.

Ainda relacionado ao poder adquirido pelos tecnoburocratas, Motta (1986, p.89) salienta que:

A naturalização do poder burocrático é a naturalização da forma burocrática de organizar e, portanto, da subordinação do trabalho direto ao indireto, do trabalho manual ao intelectual, do saber comum ao saber técnico.

Estando, de maneira os operários subordinados a quem possui o saber técnico, responsável pela gestão da organização, o aperfeiçoamento é entendido como necessário, caso o sistema não esteja funcionando, porém, se mesmo por essas vias, do aperfeiçoamento como solução, o problema não se resolve, determina-se que o sistema deve ter ainda mais poder, dando origem a uma prática denominada por Motta (1986) como Dirigismo.

Segundo Motta (1986), o dirigismo, surge a partir de discussões realizadas no Instituto Tavistock, por Trist e Rice, onde os pesquisadores discutiam sobre a eficiência de um sistema global, sobre um simplesmente técnico.

Dentro do Dirigismo podemos situar o modelo de Homans (1910 – 1989), que buscava estabelecer pré-condições para a instauração de uma liderança mais eficaz, direcionando seus estudos para uma análise social e psicológica dos grupos inseridos no sistema (MOTTA,1986)

Nesse sentido surge a noção de grupo psicológico, compreendido como: “um conjunto de papéis, abstraindo questões vagas de diferenças individuais, é capaz de pensar a organização como um sistema eficaz de controle social, via redução da variabilidade humana” (MOTTA, 1986, p. 91), ou seja, é uma forma de dirigir não apenas as tarefas dos trabalhadores, mas também, direcioná-los para grupos sociais, que estejam de acordo com a diretrizes impostas pelo sistema. Deste modo, comportamentos individuais passam a ser estereotipados como errados, restando aos trabalhadores agir conforme as atitudes do grupo. Diversos autores trabalharam com essa lógica dirigista, entre eles podemos destacar, Kahn,

Wolfe, Quinn, Snoeck e Rosenthal, e posteriormente Katz e Kahn que elaboraram uma teoria organizacional sintetizando o que havia sido estudado até o momento.

Motta (1986) afirma que: “é na corrente do desenvolvimento organizacional, que buscamos trabalhar as idéias de organização da produção, por meio do desenvolvimento de um clima organizacional, que encontramos de forma mais explícita o “dirigismo sistêmico” (MOTTA, 1986, p.93). Deste modo, todo o conhecimento organizacional é voltado para o produtivismo e o domínio do controle social.

Esse dirigismo cria uma sociedade de papéis, onde todos desempenham uma função – o papel -pré-estabelecido e esperam, na mesma medida, uma ação da mesma forma, padronizada (MOTTA, 1986). Deste modo, podemos perceber vários elementos do dirigismo, presentes no modelo de administração flexível, desenvolvida pelos japoneses no período pós segunda guerra mundial, corrente essa que revolucionou a forma como os administradores por todo o mundo administravam seus negócios.

## **2.5 O modelo de produção Toyotista**

O Toyotismo como modo de organização da produção surgiu, conforme afirma Motta (2006), após o término da segunda guerra mundial, como alternativa ao modo de produção fordista, valendo-se dos estudos da administração clássica adaptado à realidade japonesa.

Visto o contexto pós-guerra de sua fundação, o modelo japonês – toyotista– tinha como princípio a diminuição de desperdícios e custos, o que implica, segundo nos relata Gounet (1999), uma redução no número de trabalhadores, fato que possibilitou a intensificação da exploração sobre o trabalhador. Até aquele momento, pela lógica fordista, a distribuição acontecia de um trabalhador por máquina, com o advento do toyotismo e seus pressupostos, essa realidade se transformou e o operário deveria ser capaz de operar cinco máquinas ao mesmo tempo (GOUNET, 1999).

Conforme Gounet (1999) pontua, os adeptos do sistema toyotista elaboraram uma forma de controle completamente devastadora e nova sobre os trabalhadores. O autor explicita essa afirmação pontuando que existiam três luzes que ditavam o ritmo da produção: a verde, que representava que tudo estava bem; a laranja, que indicava que a produção estava em velocidade excessiva; e o vermelho, que apontava algum problema na produção e que por isso a mesma deveria ser interrompida.

Percebe-se que aparentemente permaneceu a mesma lógica da esteira de Ford, porém o problema é ainda maior, pois a luz verde que deveria ser o objetivo dentro desse sistema

demonstrava que os trabalhadores deveriam acelerar a produção para evitar que possíveis problemas latentes pudessem vir a surgir. Conforme nos explica Gounet (1999, p.29):

A intensificação do trabalho atinge o auge. A mão-de-obra é empregada ainda mais intensamente que antes. Um exemplo é a mudança da relação um homem/uma máquina para relação de uma equipe/um sistema (onde cada homem opera em média cinco máquinas). No toyotismo, o princípio fundamental do taylorismo, ou seja, a luta patronal contra o ócio operário, atinge um patamar superior.

Outro fator importante que aponta para a intensificação da forma de exploração mostra-se evidente na maneira como o toyotismo compreendia o sindicato.

Para os fabricantes japoneses o sindicato possuía dois defeitos essenciais. Primeiro, baseia-se na solidariedade de classe e não na colaboração com o patrono. Segundo, é combativo. (GOUNET, 1999, p. 30-31)

Seguindo a linha de raciocínio do modelo japonês, o sindicato por ser um órgão que possibilitava a organização dos operários prejudicaria a empresa ao organizar os trabalhadores na luta pelos seus interesses que, evidentemente, encontravam-se em direção oposta aos objetivos dos patrões. Mediante tais princípios os fabricantes japoneses criaram novos sindicatos geridos pelas próprias empresas e eliminando os fatores combativos, ou seja, descaracterizando a função do próprio sindicato e acentuando os níveis de heterogestão. Esse novo sindicato servia ao propósito de ser um prolongamento dos mecanismos de gestão e controle da produção.

Percebe-se então que os modelos de gestão fundamentados por teorias organizacionais respaldadas nos pressupostos da heterogestão foram se desenvolvendo de acordo com as necessidades que o capital apresentava a cada fase de desenvolvimento. Mesmo que aparentemente algumas dessas teorias, como por exemplo, a Escola das Relações Humanas, pudessem transmitir uma ruptura com as teorias explicitamente focadas na produtividade, em uma análise mais aprofundada pode-se notar que os interesses ainda são os mesmos: a maximização dos lucros e a otimização da exploração. No capítulo seguinte trataremos mais especificadamente da heterogestão e sua íntima relação com a manutenção do *status quo*.

## **2.6 O capitalismo e sua adaptabilidade na busca pela expropriação de mais-valia.**

Com tudo o que foi exposto, percebemos que o capitalismo é um sistema com alta capacidade de adaptação (NETTO; BRAZ, 2006), característica essencial e primordial para sua perpetuação ao longo dos séculos e que pode ser vislumbrada nas teorias administrativas aqui supracitadas, que são desenvolvidas conforme novas demandas econômicas vão surgindo ao longo da história.

Como temos a partir da teoria marxista o trabalho enquanto categoria central na fundação do homem como ser social, em outras palavras, o trabalho como categoria que baliza nossa humanidade, ao desenvolvermos formas de organização dos modos de produção e reprodução da nossa existência que objetiva a acumulação de capital em detrimento das necessidades humanas, observa-se diversas consequências no âmbito das relações sociais e mais especificadamente na formação do sujeito fundamentado em discursos ideológicos mistificadores da realidade.

Dando ênfase à contemporaneidade do capital e suas peculiaridades Netto e Braz (2006) nos explicam que com o fim da Segunda Guerra Mundial se inicia um processo de globalização em que o mundo passa a ser entendido como um território sem fronteiras para o capital, exigindo menos rigidez e mais flexibilidade das relações intersociais ante as novas necessidades para sua perpetuação e expansão.

Nesse sentido, conforme demonstra Motta e Vasconcelos (2006), o capitalismo contemporâneo passou por um movimento de desconcentração industrial, onde as indústrias deslocaram-se para países periféricos com o objetivo de explorar, de maneira mais intensa, a força de trabalho, auferindo assim maiores lucros.

Como demonstração de flexibilidade e adaptação, características marcantes do sistema capitalista atual, o capital empenhou-se, no período pós toyotismo, em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores, com discursos que convergem o pensamento dos trabalhadores no sentido de que a empresa é sua casa e por isso seu êxito pessoal deve estar vinculado ao êxito da empresa, nesse mesmo sentido cunhou-se o termo colaborador, mais uma ferramenta utilizada pelo capital para gerar uma falsa ideia de convergência de interesses entre capitalistas (burgueses) e operários (proletariados).

Interessante indagar quais são bases que mantém esse sistema funcionando com relativa harmonia entre burgueses e proletariados. Encontramos esta resposta quando nos atentamos às questões ideológicas que permeiam nossa realidade.

Uma vez que atualmente o mercado globalizado encontra respaldo na doutrina filosófica neoliberal, a qual defende a redução do Estado em prol da consolidação de um mercado cada vez mais livre, a concepção de homem passa a ser fundamentada pela ideia de liberdade frente às condições concretas de vida. O homem passa a ser entendido como único responsável pelo seu sucesso e pelo seu fracasso, ideia que analisada a partir da teoria marxiana apresenta-se como um total equívoco, uma vez que a subjetividade humana encontra-se atrelada a objetividade e vice-versa.

Essa ideologia neoliberal que mascara as verdadeiras relações sociais enfraquece a luta do proletariado frente às explorações dos donos dos meios produção, pois mistificam a realidade que se torna impossível de conhecer e transformar.

Assim, na sociedade contemporânea, o sistema capitalista segue seduzindo adeptos com o discurso de que o êxito pessoal e da empresa caminham juntos, uma vez que a empresa é sua casa e que “vestir a camisa” se torna um comportamento imprescindível, inclusive para a própria sobrevivência do trabalhador. Junto desse pensamento o termo operário deu lugar à expressões como: colaboradores, cooperados e associados, termos que mistificam o histórico antagonismo de classes.

Interessante frisar que ainda hoje o capital possui a mesma motivação de outrora: aumentar a taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Desse modo a cooperação difundida pelo capital não busca a emancipação humana dos trabalhadores, pelo contrário, serve como mais uma forma de alienação e exploração dos mesmos.

Todas essas peculiaridades e consequências de um modo de produção implicado na produção de capital pela exploração do homem pelo homem não se limita à realidade laboral urbana, pelo contrário, se expande pelo campo e atinge fortemente o trabalhador rural.

Quando falamos do trabalho no campo temos que nos ater ao fato de que, de acordo com o censo agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi divulgado em 2009, 0,92% das propriedades detém 45% das terras do Brasil, ou seja, praticamente metade das terras estão concentradas nas mãos de poucos proprietários latifundiários, que possuem extensões de terras superiores a mil hectares, enquanto as pequenas propriedades rurais, compostas por terras com menos de dez hectares, ocupam apenas 2,3% das terras agrícolas e respondem por 48% dos imóveis rurais. Realidade que apresenta problemática, uma vez que a terra também é um meio de produção e sua propriedade privada implica na exploração do trabalhador rural.

Como já foi dito anteriormente o processo de expropriação dos meios de produção é um processo secular que com o desenvolvimento cada vez mais acelerado do capital tem gerado consequências para o trabalhador do campo que, assim como o urbano, tem como única alternativa de subsistência a venda da sua força de trabalho para grandes proprietários de terra, os latifundiários, levando uma vida embasada na alienação frente às suas necessidades. Nesse sentido, a luta pela terra tem se apresentado como uma forma de resistência à supremacia do capital em detrimento das necessidades humanas, tema que será tratado no capítulo seguinte.



### **3. A ECONOMIA SOLIDARIA E A AUTOGESTÃO, UMA MUDANÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: REFUTANDO A LÓGICA DA HETEROGESTÃO.**

Quando os trabalhadores se deparam com o desemprego e veem-se excluídos do sistema financeiro tradicional, no que tange a obtenção de crédito por exemplo, e quando poucas alternativas lhes sobram, a economia solidária surge como uma resposta imediata as mazelas impostas pelo capital.

A economia solidária surge como uma resposta ao aumento do desemprego em momentos de crises profundas, demonstrando aos trabalhadores que a lógica de produção capitalista não é a única possível. A economia solidária surge como um experimento prático que possibilita ao trabalhador encontrar um alternativa diante das “crises estruturais” pertinentes ao sistema capitalista, que demonstram sua limitação e necessidade de superação (MESZÁROS, 2002).

Quase que de modo simultâneo à consolidação do capitalismo industrial, a economia solidária foi a alternativa encontrada pelos artesãos perante o pauperismo advindo da ascensão das máquinas e da então organização fabril da produção. Isso ocorreu na Grã-Bretanha, local onde se deu o início da primeira revolução industrial, antecedida pela expulsão, em massa, de grande contingente de camponeses dos domínios senhoriais, por intermédio do cercamento das propriedades, fazendo com que esses camponeses se tornassem a força de trabalho necessária a essa indústria em ascensão (SINGER, 2002).

Fazendo uma recapitulação histórica sobre o contexto situacional originário da economia solidária, Singer (2002) afirma que a Revolução Francesa mergulhou a Europa em um longo ciclo de guerras, que veio a findar-se somente com a vitória da Grã-Bretanha sobre Napoleão, em 1815. Após o término da guerra a economia da Grã-Bretanha entrou em uma grande depressão, nesse momento Robert Owen, detentor de grande prestígio, elaborou uma proposta para retomada do crescimento, mediante uma precisa análise que realizou a respeito dos problemas que geravam a crise. Acertadamente, Owen apontou o término da guerra e, por consequência, a desaceleração da indústria bélica da região, como sendo a responsável pela crise, uma vez que, a demanda por armamentos, navios, provisões e demais produtos relacionados à guerra havia parado, gerando um grande número de desempregados.

Conforme Singer (2002) relata, Owen afirmou ser necessária a reinserção dos trabalhadores ociosos e oriundos da indústria bélica, novamente, no mercado de trabalho, para que os mesmo voltassem a consumir. Para isso, Owen sugeriu, em 1817, que os fundos de

sustento dos pobres fossem investidos na compra de terras e construção de aldeias cooperativas, que produziriam sua própria subsistência. Owen não foi atendido pelas autoridades da época, e quanto mais ele buscava explicar seus planos, mais perdia o apoio da classe alta, que passou a ver na lógica de Owen uma ameaça à indústria lucrativa(SINGER, 2002).

Desiludido com a perda de apoio, Owen mudou-se para os Estados Unidos da América, onde colocou em prática seu plano, fundando uma aldeia cooperativa que ele esperava servir de modelo para o futuro. Infelizmente, a experiência fracassou após diversas tentativas e Owen retornou para seu país de origem.

De acordo com Singer (2002), posteriormente, Keynes, durante a grande depressão de 1930, demonstrou de outra forma o pensamento de Owen. Tendo prestígios em suas colocações, Keynes conseguiu, na época, que o governo, nos Estado Unidos, passasse a adotar políticas de pleno emprego que perduraram por 30 anos. (SINGER, 2002)

Com o passar dos anos, conforme nos relata Singer (2002), as cooperativas ligadas às ideias de Owen foram multiplicando-se e ficando cada vez mais próximas dos sindicatos, o que proporcionava ao movimento uma grande radicalidade. Os trabalhadores passaram a perceber que poderiam manter-se sem os recursos dos capitalistas, como fica claro na seguinte passagem:

“Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão.” (SINGER, p.29, 2002)

Desse modo, nota-se que a economia solidária possui potencialidades para além das questão econômicas. Entretanto, antes de demonstrarmos os conceitos que devem ser apreendidos para se compreender o que é a economia solidária e suas potencialidade, sobretudo, a autogestão, devemos trazer a tona a definição de economia dentro da lógica capitalista. Compreendendo o ser pelo não ser, percebe-se mais facilmente as diferenças entre os conceitos e a práxis de cada um.

A economia de mercado, como é conhecida dentro dos moldes capitalistas, busca a competição em todos os sentidos, seja na relação entre as pessoas, na disputa por um emprego ou uma vaga na universidade, seja entre as empresas que buscam atender uma parcela maior do mercado, ou levando a situação para um cenário mais amplo, a competição existente entre os países do globo (SINGER, 2002).

Segundo Singer (2002) o grande problema está na lógica de dar atenção apenas aos vencedores, enquanto os perdedores ou derrotados, dentro dessa lógica de competição, ficam esquecidos e encontram cada vez um número menor de oportunidades, ficando esquecidos pela sociedade e excluídos dos direitos enquanto cidadãos.

Quando trazemos para a discussão os apontamentos feitos por Marx (2013) conseguimos ter uma dimensão melhor do problema. O autor salienta que nós temos nossa formação humana calcada na categoria da materialidade, nas condições materiais de vida. Isto é, se o sistema cria vencedores e perdedores, as gerações descendentes dos derrotados já nascem com um prejuízo histórico, já que o sistema acaba por excluir os derrotados e elevar os níveis de desigualdade.

Para que tivéssemos uma sociedade igualitária, teríamos que mudar a lógica da economia de mercado, ela deveria deixar de pregar a competição e passar a ser uma economia solidária. De acordo com Singer (2002), com a economia de mercado respaldada na solidariedade, teríamos as pessoas cooperando ao invés de competindo, isso seria possível com uma associação entre iguais, saindo da lógica de realizar contratos entre desiguais – vendedores de força de trabalho e detentores dos meios de produção-, como ocorre no sistema capitalista.

Dentro da lógica da economia solidária temos como primeiros empreendimentos solidários as cooperativas de produção, nelas o capital investido é dividido igualmente entre todos os membros. Além da questão econômica, a gestão acontece de determinada maneira que todos trabalhadores possuem o mesmo direito a voto, se for necessário tomar uma decisão importante, como a escolha de diretores, todos tem direito a voto. Mas não é apenas o direito a voto, caso a empresa tenha lucro, o mesmo é dividido de maneira igual entre todos os associados, caso o contrário aconteça, o prejuízo o mesmo também será dividido. Dessa forma, a competição é abolida do sistema, todos cooperam e ninguém manda em ninguém, são todos engrenagens do coletivo, onde funcionam juntos e crescem juntos. (SINGER, 2002); (SINGER, 2008).

Porém, para se compreender de fato a nova lógica trazida pela economia solidária, se faz necessário romper com concepções que naturalizam a forma atual de organização da produção. A partir das contribuições trazidas por Marx (2013), podemos chegar ao entendimento de que a competição e a desigualdade social não são fenômenos naturais atrelados a uma “natureza humana” ser egoísta e gananciosa como propunha Thomas Hobbes. Na verdade, o que temos, a partir de uma perspectiva materialista e histórica, é uma concepção de realidade em que a mesma resulta da forma como temos produzido as condições

da vida material. No capitalismo, por exemplo, segundo Singer (2002, p.10) “os princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual”

Ainda segundo Singer (2002), os princípios capitalistas, citados anteriormente, são responsáveis por dividir a sociedade em dois grupos, um que possui o capital, e outro que por não possuí-lo, é obrigado a vender sua força de trabalho. Dessa relação, apenas poderia se originar a competição e a desigualdade. Exatamente nesse ponto começamos a compreender as diferenças exorbitantes entre a economia de mercado (capitalista) e a economia solidária.

Segundo Singer (2002), “a economia solidária é outro modo de produção” uma vez que os princípios do capital são modificados. A propriedade do capital passa a ser coletiva e não mais individual, dessa forma ficamos com apenas uma classe, a classe dos trabalhadores possuidores de capital e, como consequência dessas novas relações de produção, segundo o autor originam-se relações de cooperação, solidariedade e igualdade.

Singer (2008, p. 09) conceitua a economia solidária da seguinte forma:

[...] um projeto de organização sócio-econômica por princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – mas não a eliminação - destes mecanismos pela estruturação de relações econômicas e solidárias entre produtores e entre consumidores.

O autor destaca, também, que mesmo dentro da economia solidária, seria necessário um órgão centralizador, com função similar ao do Estado, uma vez que, mesmo as cooperativas organizando-se solidariamente, algumas destacariam-se mais que outras, percebendo maiores ganhos, gerando a necessidade de mecanismo de distribuição, conforme descreve na seguinte passagem:

[...] mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável (SINGER, p. 11, 2002).

É relevante ressaltarmos que, de acordo com Singer (2002), os benefícios que os empreendimentos solidários percebem vão além dos econômicos. Além da geração de trabalho e renda, relações de trabalho pautadas na solidariedade e não na competição, têm a potencialidade de se apresentar como um mediador para o desenvolvimento humano pleno.

Tal afirmação parte do pressuposto de que as formas de gestão pautadas na economia solidária encontram-se necessariamente fundamentadas na autogestão. Por autogestão entende-se a democratização do poder de decisão da organização. Quando o empreendimento organiza-se pelos moldes da autogestão, os trabalhadores associados têm autonomia para

pensar e deliberar sobre os rumos dos negócios que desenvolvem. Fato que proporciona aos mesmos maior autonomia, emancipação e conhecimento acerca do trabalho desenvolvido, possibilitando a superação da condição de mercadoria, força de trabalho. Desta forma, pode-se afirmar que o associativismo que tem como base os princípios da economia solidária, busca gerar benefícios que ultrapassam os limites econômicos, tais como: desenvolvimento local, social e humano. (SINGER, 2008); (SANTOS,2002)

Corroborando com essa definição e colocando em contraste as empresas capitalistas com os empreendimentos sociais, Novaes (2007, p. 145) pontua que:

“Se as estratégias gerencialistas procuram reduzir a participação do trabalhador à estreita necessidade de aumentar a produtividade da empresa e, com isso, permitir a reprodução do capital, as vertentes que advogam a autogestão adicionam a necessidade de participação fora do âmbito da empresa e propõem a participação dos trabalhadores no controle da sociedade como um todo”.

Desse modo fica clara a participação dos trabalhadores em todas as fases do processo de produção, liberando-os das amarras da linha de produção e permitindo que os mesmos pensem o processo todo, as decisões são tomadas de forma coletiva nas assembleias.

Para melhor compreendermos como se dá a prática dentro de um empreendimento de economia solidária, é necessário termos ciência de alguns conceitos fundamentais que Gaiger (1999) cita como sendo as bases para esse modelo de gestão solidário, são eles:

**Autogestão:** controle da gestão pelo conjunto dos associados e autonomia diante de agentes externos. **Democracia:** decisões tomadas pelo conjunto dos associados, por meio de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas. **Participação:** regularidade e frequência de reuniões, assembleias, consultas, com elevado grau de comparecimento e mobilização, e mecanismo de renovação e alternância dos quadros diretivos. **Igualitarismo:** garantido por critério de remuneração pelo trabalho, por uma divisão equitativa dos excedentes e benefícios, pela socialização do capital e pela inexistência de outros regimes de trabalho permanentes para atividades-fim. **Cooperação:** responsabilidade partilhada no processo produtivo, relações de confiança e reciprocidade, paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais. **Auto-sustentação:** atividade produtiva geradora de viabilidade econômico-financeira, sem comprometimento do ambiente social e natural. **Desenvolvimento humano:** processos de formação da consciência e de educação integral e iniciativas de qualificação técnica e profissional. **Responsabilidade social:** ética solidária socialmente comprometida como melhorias na comunidade e com relações de comércio, troca e intercâmbio; e práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador (GAIRGER, 1999, p.31).

Torna-se primordial frisar a importância da existência desses conceitos, já que os mesmos servem como diretrizes fundamentais e imprescindíveis para que a prática de uma gestão solidária seja de fato realizada. Somente respeitando esses princípios os

empreendimentos chegarão aos objetivos solidários propostos pelo projeto da economia solidária. Os princípios descritos acima, originam-se de valores presentes nas lutas operárias como descreve Nascimento (2004, p. 02):

A reinvenção da Economia Solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros. Nesse sentido, Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão. Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”. Por sua vez, a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção.

Além dos conceitos relacionados à forma de gestão, Gaiger (1999) ressalta o conceito de desenvolvimento humano, intimamente ligado à existência da prática de autogestão, justamente um dos questionamentos feitos nessa pesquisa, que visa verificar se de fato esses princípios apresentados anteriormente, quando seguidos e implementados nos assentamentos, serão capazes de gerar pleno desenvolvimento.

Mediante o aparecimento do conceito de desenvolvimento, far-se-á necessário esclarecer sobre qual perspectiva o mesmo será compreendido. Ressalta-se que aqui, nesse trabalho, a compreensão de desenvolvimento parte do pressuposto da libertação, que somente poderá ser alcançada através da conscientização dos oprimidos, que são os principais interessados na transformação social (BOFF; ARRUDA, 2000).

Atualmente, em nossa sociedade, o conceito de desenvolvimento está amplamente ligado aos objetivos da sociedade capitalista, ou seja, desenvolvimento dentro dessa perspectiva é resumido ao desenvolvimento econômico. Partindo dos pressupostos trazidos pela teoria da libertação, a atividade econômica deve passar por uma redefinição, deve deixar de ser entendida somente como meio de satisfação das necessidades materiais do ser humano, ela precisa atingir todos os cidadãos, não apenas na satisfação dessas necessidades e no consumo de seus benefícios, mas, também, na própria atividade de produção. Se tiramos a liberdade criativa da pessoa de produzir e, sobretudo, repensar esse processo de produção, não conseguiremos atingir o desenvolvimento pleno do ser social, uma vez que, o mesmo permanecerá, em determinado momento, alienado (BOFF, 2002).

O entendimento adotado é que o desenvolvimento não pode ser reduzido a esta perspectiva de crescimento econômico, ele passa também por um processo de conscientização individual e coletiva, adotando a mesma perspectiva de Teilhard de Chardin, descrita por Boff e Arruda (2000).

A definição dada pela ONU e transcrita por Boff e Arruda (2000, P.17) tem uma perspectiva condizente com a que buscamos quando nos referimos ao desenvolvimento pleno:

Um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada indivíduo na base da sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele.

Dessa forma, considera-se que para o indivíduo ter de fato um desenvolvimento pleno, precisamos proporcionar ao mesmo uma série de condições que irão promover a esse indivíduo o desenvolvimento. Primeiramente necessita-se que o indivíduo seja instrumentalizada para se tornar consciente sobre a vida material a qual está posto, para que, ao mesmo tempo, consiga desenvolver uma consciência de classe, sendo capaz de articular seu pensamento para a busca benefícios para a coletividade.

Porém, para atingir essa condição, precisa-se que, gradualmente, o indivíduo avance, evolua, desenvolva-se de maneira mais restrita, ou seja, que ele se desenvolva economicamente, socialmente, culturalmente e politicamente. Essas seriam as fases que proporcionariam o desenvolvimento pleno do indivíduo e possibilitaria o surgimento de um pensamento crítico voltado para a coletividade.

Uma vez que se entende os empreendimentos de economia solidária como possuidores de uma forma de produção e gestão distintas da hegemônica, subentende-se que sejam capazes de possibilitar relações sociais e de trabalho distintas das convencionais.

A gestão organizacional fundamentada na economia solidária tem no seu cerne a promoção da solidariedade e a cooperação entre os associados, fato que a diferencia das competências exigidas e desenvolvidas por empresas convencionais, em que a competição é inerente ao processo organizacional.

Dessa forma, a gestão solidária acaba por possuir potencialidade de possibilitar um desenvolvimento humano pleno dos trabalhadores, já que está pautada em necessidades diferentes daquelas presas às amarras de um trabalho alienado, que só vislumbra a produtividade como meio de obtenção de lucro, e não como instrumento para que se alcancem benefícios comuns a todos trabalhadores (GAIGER, 1999; ARRUDA, 2001; SINGER, 2002;

NASCIMENTO, 2004; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; BENINI; BENINI, 2010; NOVAES, 2011).

Historicamente a economia solidária ganha força na década de 80, face à crise que vinha atingindo vários setores produtivos da economia brasileira durante as décadas de 1980 e 1990, gerando consequências devastadoras para a sociedade (desemprego e consequentemente, miséria).

Por volta de 1995, o poder público começou a vislumbrar na economia solidária uma alternativa para geração de trabalho e renda. Embora apenas em panorama regional, voltado à iniciativas isoladas em algumas cidades, portando, não sendo uma política de estado. A economia solidária passa então a ser tratada pelo Governo Federal como política pública de desenvolvimento local (SHIOCHET, 2009). Com isso, passou-se a compreender o cooperativismo como um instrumento de intervenção estatal em potencial. Porém, é importante ressaltar que:

[...] a economia solidária entrou na agenda das políticas governamentais como que “pela porta dos fundos”. Refiro-me aqui às iniciativas de cooperação econômica e autogestão surgidas no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda. Apesar de adotarem a perspectiva da empregabilidade (responsabilização do trabalhador pelo emprego ou desemprego), volumes substantivos de recursos destes programas foram apropriados pelo movimento social e sindical para a promoção de ações de qualificação profissional e apoio a projetos de geração de renda. Programas de geração de trabalho e renda também estavam presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local (SCHIOCHET, 2009, p.56).

Assim, podemos compreender que, em um primeiro momento, a economia solidária foi negligenciada pelo poder público, porém com os resultados positivos advindos dos empreendimentos locais, no que tange a superação de problemáticas sociais, passou a ser compreendida como uma medida eficiente frente às demandas sociais. Dessa forma, a economia solidária não surgiu como uma medida de governo, pelo contrário, teve sua origem por vontade popular, o governo apenas teve a percepção de seu potencial. Por isso Shiochet (2009) identifica as “portas do fundo” como a porta de entrada da economia solidária no âmbito das políticas públicas.

Com o aumento de cooperativas que assumiam o controle de empresas falidas, surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), que após algum tempo de sua fundação passou a trabalhar em parceria com o Governo Federal, reafirmando o interesse do governo em considerar a economia solidária e, mais especificadamente, as empresas autogestionárias, como alternativa de enfrentamento a crise.



Em decorrência desses fatos, os incentivos governamentais para esses movimentos iam crescendo, um exemplo disso foi o apoio e aproximação com ANTEAG (OLIVEIRA, 2015).

Atualmente, o cenário que encontramos ainda é desfavorável no que diz respeito à criação e implementação de políticas públicas que têm a economia solidária como fundamento. Não são todos os estados brasileiros que possuem legislações voltadas para os empreendimentos solidários, além do fato de não existir uma lei federal que verse sobre o tema. De acordo com Oliveira (2015), apenas graças ao apoio do governo local, referindo-se ao estado do Rio Grande do Sul, aconteceu um significativo crescimento no número de empreendimentos solidários. Esse fato corrobora para a seguinte problemática: as políticas realizadas em torno da economia solidária, até o momento, são políticas de governo, que precisam, ainda, serem transformadas em políticas de estado, ou seja, ainda configuram-se como políticas provisórias à espera da sua implementação como políticas de estado – permanentes (GAIGER, 2012).

A partir do momento em que a economia solidária passar a ser instituída como política de estado, espera-se que o desenvolvimento de políticas públicas concretas, que possam, de fato, destinar recursos materiais e intelectuais para o incentivo de empreendimentos solidários sejam criadas, dando uma maior visibilidade para toda a população e, possivelmente, aumentando o número de empreendimentos e de trabalhadores, uma vez que, muitas pessoas desconhecem o que é um empreendimento solidário ou a autogestão, deixando a economia solidária de estar submetida à vontades políticas efêmeras e descontínuas.

Contudo, não se pode negar que houve avanços legais na temática nas últimas décadas. Como principais medidas desenvolvidas podemos citar a criação, em 2003, da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) e a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que realizou um grande mapa dos empreendimentos solidários no Brasil, possibilitando que a SENAES pudesse ter uma percepção da atual conjuntura na qual estavam inseridos os empreendimentos. Nesse mapeamento não foi dado ênfase apenas sobre a localização desses empreendimentos, mas também sobre suas composições, investigando número de sócios e ganhos econômicos.

Outra iniciativa instituída pelo Governo Federal foi a criação do Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), que tem como finalidade, segundo a resolução do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nº 1.780 DE 19 de Novembro de 2014:

Art. 1º O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL tem por finalidade o reconhecimento público dos

Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas. (BRASIL, 2014, s/p)

Assim, o CADSOL é instituído como um instrumento capaz de facilitar o reconhecimento público das organizações coletivas de economia solidária por meio da identificação e cadastro dos empreendimentos, garantindo desse modo, a possibilidade dos mesmos terem acesso às políticas públicas (BRASIL, 2014).

Após essa sucinta contextualização de como a economia solidária vem sendo tratada no âmbito legal, analisaremos como ela vem sendo posta em prática na realidade objetiva brasileira.

Constatou-se, através dos dados obtidos pela SIES (2012) que, atualmente, na região Centro-Oeste existem cerca de 2.021 empreendimentos de economia solidária, sendo 55% deles destinado a empreendimentos de agricultura familiar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), compreende-se por agricultura familiar “aquela que é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado” (BRASIL, s/d)

De acordo com Singer (2001), dentro desses empreendimentos solidários que trabalham com a agricultura familiar, as cooperativas de comercialização são as que dominam a participação no mercado. Diante dessa constatação, temos um dado que substancia nossa pesquisa.

Tendo em vista que a maioria dos empreendimentos de economia solidária na agricultura familiar são cooperativas que possuem como finalidade a comercialização dos produtos, nota-se que a união dos produtores tem sido uma prática apenas momentânea. Isto é, a associação não tem ocorrido em todas as fases da cadeia de produção, fases estas que continuam sendo realizadas isoladamente por cada agricultor. Tal fato evidencia o caráter individualista que contradiz os princípios solidários expostos anteriormente.

No âmbito econômico, a desvirtuação das associações com relação aos princípios solidários, impede que os ganhos sejam potencializados, já que, unidos, os agricultores obteriam maior segurança dentro do mercado e os lucros seriam compartilhados entre todos os membros, mesmo que porventura alguma praga ou catástrofe natural atingisse um ou outro empreendimento. Outra situação interessante e inerente ao associativismo é a criação de redes

de cooperação elevando as relações de colaboração e interação para um novo patamar, a criação de movimento social muito mais amplo (SANTOS,2002; MELUCCI, 2001).

Se unidos, os produtores conseguiriam com mais autonomia lidar com o sistema de concorrência em que estão postos (SANTOS,2002), visto que para adquirir seus insumos enfrentam um oligopólio, em que só existe um grande vendedor e inúmeros compradores. Já na outra ponta do processo, na comercialização de seus produtos, vivem uma relação monopsônima, em que existe um grande número de ofertantes e poucos compradores, o que também prejudica os agricultores, já que pelo número de vendedores ser grande, acabam diminuindo seus preços em consequência da concorrência acirrada, já que o número de compradores é bem menor.

Na fase de comercialização, como dito anteriormente, os agricultores têm se unido para minimizar os efeitos de um mercado marcado por relações desiguais e pautadas na livre concorrência. Sobretudo, quando agricultores se unem em cooperativas ditas de economia solidária em apenas um momento da cadeia, somente naquele destinado à comercialização, mantendo todas as outras fases isoladas da participação coletiva e de princípios como a solidariedade e a cooperação, podemos indagar, se de fato está sendo gerado algum tipo de desenvolvimento, caso a resposta para essa indagação seja positiva, cabe o questionamento acerca de que tipo de desenvolvimento, seja econômico ou humano, esse tipo de união tem proporcionado aos trabalhadores envolvidos? De acordo com Germer (2005), ferrenho crítico do sistema de economia solidária, a motivação para esse tipo de associações, apenas no momento da venda, é apenas comercial, como uma aglomeração de pequenos capitalistas em busca de vantagens individuais.

É evidente que a união tem sido arraigada em momentos oportunistas para a obtenção de maiores lucros, não se distanciando de práticas realizadas por empresas capitalistas e demonstrando pouca preocupação com os conceitos citados anteriormente por Gaiger (1999). Ou seja, existe uma deturpação do conceito e significado real da economia solidária, diversos empreendimentos, taxados como solidários, em nada aproximam-se dos princípios da economia solidária que pretendemos estudar.

Feito esse esclarecimento, cabe ressaltar que os empreendimentos solidários, com os quais temos pretensão de trabalhar, são os que colocam em prática na vivência diária de seus empreendimentos os princípios aqui citados por Gaiger (1999) para que somente sobre essas condições, possamos verificar se a economia solidária teria potencial de apresentar-se como uma ferramenta capaz de gerar um desenvolvimento pleno para os associados.

#### **4. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A EXPROPRIAÇÃO DO CAMPONÊS**

Inicialmente, far-se-á necessário um breve esclarecimento a respeito do termo “questão agrária”. De acordo com Stédile (2011) o estudo da “questão agrária” pode receber diversos focos e orientações, a depender do objetivo almejado e da ciência que o fundamenta. O autor exemplifica tal afirmação citando os estudos sobre a temática a partir de quatro ênfases: da literatura política, a qual busca compreender a problemática da concentração de terra e sua influência política; da sociologia em que o estudo “questão agrária” significa explicar como se dão as relações sociais a partir da organização agrícola; da geografia que utiliza o termo aqui supracitado para explicar como a humanidade vai se apropriando da natureza e ocupando diversos territórios; e, por fim, da história, em que o foco está em explicar as lutas pelo poder a partir do monopólio sobre a posse da terra (STÉDILE, 2011).

Ao fazer menção a essas quatro frentes de pesquisa e utilização do termo supracitado, Stédile (2011) afirma que trabalhará com o conceito de “questão agrária” como: “um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (Stédile, 2011, pp. 15-16), definição que será compartilhada aqui neste presente trabalho, uma vez que apresenta-se condizente com a busca pela apreensão total do fenômeno, assim como pressupõe o método materialista histórico dialético.

##### **4.1 Da colonização das terras brasileiras até 1960**

Buscando então compreender a realidade agrária brasileira e todas suas mediações a partir das contribuições da economia política e da história, Stédile (2011) explica que antes da chegada dos portugueses em solo brasileiro, os nativos organizavam-se em tribos de, aproximadamente, 100 a 500 famílias unidas por algum vínculo parentesco organizando sua produção a partir do que hoje denominamos de comunismo primitivo.

Stédile (2011) esclarece que como a natureza era abundante no fornecimento de alimentos as tribos acabaram desenvolvendo poucas técnicas de agricultura e domesticação de animais, ou seja, permaneciam em um território enquanto era possível suprir as necessidades de sobrevivência do grupo, quando isso não era mais viável deslocavam-se para outros locais,

em outras palavras era um população marcada pelo nomadismo, sem qualquer vestígio de propriedade privada e suas consequências, por isso a definição de comunismo primitivo.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, financiados pelo capitalismo comercial do século XIV, invadiram nosso território habitado por cerca de 5 milhões de famílias (STÉDILE, 2011) e adotaram, segundo Stédile (2011) duas formas de dominação: a cooptação e a repressão, fazendo com o que a produção passasse a se organizar sob os moldes do capitalismo mercantil vigente na Europa naquele tempo.

Huberman (1999, p.108) explica que anterior à chegada do portugueses no Brasil, os espanhóis já haviam invadido parte da América do Norte e do Sul, descobrindo grandes fontes de metais preciosos - ouro e prata - , que eram levados em seus navios e alavancavam o mercado europeu.

Enquanto os mercadores da Inglaterra, Holanda e França amontoavam fortunas enormes no comércio, os espanhóis haviam descoberto uma forma mais simples de aumentar as somas de dinheiro de seu tesouro. Embora seus exploradores não tivessem conseguido descobrir uma rota para as índias que lhes proporcionasse lucros comerciais, esbarravam com os continentes da América do Norte e do Sul. E no México e Peru havia minas de ouro e prata de grande valor – à disposição deles, para o roubo.

Dessa forma, conforme afirma Stédile (2011), o primeiro objetivo dos portugueses na sua colônia brasileira era a extração de ouro, porém, percebendo a fertilidade do solo encontrado e a possibilidade de fornecer à Europa produtos tropicais até então encontrados apenas na Ásia e na África, tornaram a produção de cana-de-açúcar, algodão, café, cacau, tabaco e etc., a prioridade naquele momento.

Como os colonizadores encontravam-se regidos pelo capital mercantil europeu, tudo passa a ser produzido com a finalidade de se transformar em mercadoria sob o modelo de produção agroexportador, ou seja, objetivando-se no mercado europeu. Segundo Stédile (2011), os historiadores afirmam que nesse mercado agroexportador a produção era organizada a partir do modelo de Plantation, explicado por Stédile (2011, p.21) como:

Forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, com a prática monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., com o emprego de mão-de-obra escrava.

O autor ressalta que a propriedade das terras era de exclusividade da Coroa portuguesa, dessa forma, não existia a propriedade privada da terra, ou seja, não existia uma propriedade capitalista da terra. O que existia era uma concessão de uso da terra com direito a herança, que foi a forma que a coroa encontrou para despertar o interesse dos capitalistas de

investirem seu capital na produção de mercadorias para exportação. Os eleitos para tornarem-se capitalistas-colonizadores, eram escolhidos por critérios como a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu. (STÉDILE, 2011)

A produção agrícola brasileira após aproximadamente duzentos e cinquenta anos funcionando sobre as mesmas bases começa a se transformar. Por volta de 1850 as mudanças na Europa começavam a impactar a forma de produção implantada no Brasil. Segundo Stédile (2011) os ingleses passaram a pressionar a Coroa para a substituição da mão-de-obra escrava, por uma assalariada. Percebendo que esse seria um fim inevitável a Coroa, antes mesmo da abolição oficial da escravidão no Brasil passa a tomar medidas a fim de impedir que os futuros ex-escravos se apossassem das terras brasileiras.

A principal medida quanto a essa realidade, segundo Stédile (2011), foi a elaboração, em 1850, da primeira lei das terras do país, Lei nº601, que implantava no Brasil a propriedade privada das terras, transformando-a em mercadoria. A partir de então qualquer cidadão brasileiro poderia tornar-se proprietário privado de terras. Os detentores das concessões de uso poderiam transformar as terras em suas propriedades desde que pagassem por ela à Coroa. Conforme nos explica Stédile (2011, p. 23) esta lei “regulamentou e consolidou o modelo de grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”.

Diversas foram as consequências que a primeira lei da terra trouxe, principalmente, para os escravos. Stédile (2011) destaca que a mudança de estabelecer um valor que deveria ser pago a coroa para a transformação da terra em propriedade privada, foi tomada para impedir que os ex-escravos pudessem adquirir terras, já que não possuíam nenhum bem, continuando assim, entregues as vontades dos fazendeiros, agora “livremente”. Conforme sintetiza Stédile (2011, p.23), “a lei 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil”.

Dessa forma, podemos compreender como se deu o início da concentração de terras no Brasil, sobretudo nas mãos de quem já possuía dinheiro, fato que gerou nefastas consequências para os trabalhadores, principalmente os ex-escravos, que muitas vezes foram impedidos de obter seu próprio sustento e prosperar através da terra.

Enfim com a promulgação oficial da abolição da escravatura, em 1888, pela lei Áurea, os antigos escravos, agora homens livres para negociar sua força de trabalho, foram para as cidades em busca de alguma alternativa de sobrevivência, entretanto, chegando aos centros

urbanos se viram obrigados a se alojarem nos piores terrenos, existentes: encostas dos morros ou manguezais; uma vez que as melhores localizações já estavam ocupadas por quem possui condições de pagar por elas. Stédile (2011, p.24) afirma que “ a lei das terras é também a “mãe” das favelas nas cidades brasileiras”

Stédile (2011) afirma que o modelo agroexportador, até então vigente no Brasil, começa, a partir das mudanças mencionadas anteriormente, a entrar em crise. O *plantation* como modelo de produção se finda com o advento da abolição da escravidão, e em, 1914, com o início da primeira grande guerra mundial, o comércio entre as Américas e a Europa se interrompe, derrubando de vez o modelo agroexportador.

A solução encontrada pelas elites brasileira com o fim da mãos-de-obra escrava foi realizar de acordo com Stédile (2011), uma intensa propaganda nos países da Europa, com a intenção de atrair camponeses com a promessa de terras baratas e férteis. O autor afirma que aproximadamente 1,6 milhões de camponeses vieram para o Brasil entre os anos de 1875 à 1914, número que Stédile (2011) afirma ser o mesmo das estatísticas elaboradas por Darcy Ribeiro, anos antes, sobre o número de trabalhadores escravos no Brasil.

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes europeus foram divididos em dois grupos: os que recebiam lotes no Sul do país, tendo que pagar por eles depois, e os que se alojaram em São Paulo e Rio de Janeiro e foram obrigados a trabalhar sob o regime do colonato, o qual, segundo Stédile (2011) somente existiu no Brasil. De acordo com o autor sob esse novo regime aos trabalhadores era dada uma lavoura pronta de café, a qual deveria ser cultivada pelos imigrantes, sendo destinados dois hectares da terra para o cultivo de produtos destinados à sobrevivência da sua família. Em troca dos cuidados para com a lavoura os trabalhadores recebiam seu salário em café que poderia ser vendida junto ou separadamente das colheitas do patrão.

Assim, com esses imigrantes instalando-se no Sul e Sudeste do país foi se formando o campesinato brasileiro, que segundo Stédile (2011) também se fundou das populações mestiças originárias da miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população formava uma classe de trabalhadores pobres nascidos no Brasil, que não podiam adquirir terras devido a lei de terras de 1850, e então migravam para o interior do país. Essa população mesmo não possuindo propriedade sobre a terra ia ocupando o interior do país com uma produção de subsistência, provocando assim, “o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades.” (STÉDILE, 2012, p. 27)

De acordo com Stédile (2011) a crise no modelo agroexportador se estendeu para a política e a área institucional no Brasil, atingindo, sobretudo a classe hegemônica, resultou na queda da Monarquia por meio de um golpe militar realizado pelo próprio exército monárquico. O clima era de instabilidade e as revoltas populares ecoavam Brasil a fora, como o tenentismo e a coluna Prestes. Em 1930 alguns setores da recente burguesia industrial brasileira encabeçam uma revolução política tomando o poder que até então pertencia à oligarquia exportadora, surgindo assim um novo modelo econômico para a sociedade brasileira.

Esse novo modelo econômico tinha como característica uma industrialização que dependia economicamente dos países centrais, desenvolvidos, e também dos oligarcas rurais. Stédile (2011), parafraseando Florestan Fernandes, afirma que esse movimento ficou conhecido como industrialização dependente.

Todas essas transformações econômicas foram implantadas por Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945. Durante esse período, assim como afirma Stédile (2011, p.28) a agricultura ficou submetida política e economicamente à indústria, ou seja, a oligarquia rural perdeu seu poderio político, porém continuava como classe social.

As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não mais detêm o poder político. As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder – fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente.

Conforme a indústria ia se desenvolvendo com os projetos desenvolvimentistas de Vargas, surgem as primeiras agroindústrias e as indústrias de insumo agrícola, formando uma burguesia agrária de grandes proprietários de terra, que pretendiam modernizar sua produção e destiná-la ao mercado interno. De acordo com Stédile (2011, p.29), “Foi um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural e, em relação ao surgimento dos camponeses, é o período histórico em que eles são induzidos a se vincular totalmente às regras do mercado e a se integrar à indústria”.



Stédile (2011) salienta que nesse período os camponeses serviram como mão-de-obra barata para a indústria. Os camponeses não abandonavam o campo, mas enviavam seus filhos para a cidade iludidos pela propaganda enganosa da indústria capitalista enquanto provedora de melhores condições de vida. Por essa grande quantidade de força de trabalho disponível os salários pagos pela indústria mantinham-se baixo, pois “havia sempre um exército industrial de reserva nas portas das fábricas, à espera de emprego” (STÉDILE, 2011 p.30). Além disso, o autor esclarece que como o governo regulava rigorosamente o preço dos alimentos que chegava à cidade o salário dos operários continuava baixo.

Dessa forma tínhamos então de um lado camponeses que cresciam enquanto classe, mas que também vinham para a cidade trabalhar como operários remunerados ao limite da subsistência. E no campo enquanto pequenas propriedades iam se multiplicando, por outro lado, os latifúndios também ocupavam cada vez mais espaço da área rural.

De acordo com Stédile (2011), em 1960, a agricultura dependente capitalista começa a entrar em crise em um momento em que o camponês encontrava-se totalmente subordinado aos interesses do capital, sejam os pequenos proprietários que tinham sua produção voltada para o mercado, como os trabalhadores da agroindústria. Conforme salienta o autor, durante esse período de crise, diversas foram as interpretações feitas em busca de soluções para a problemática da questão agrária. Stédile (2011) afirma que a realidade agrária brasileira daquele período foi temática de amplo debate, inclusive entre os estudiosos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os quais se debruçavam sobre as possibilidades da reforma agrária.

Um desses estudiosos foi Caio Prado Junior (1907 – 1990), importante historiador brasileiro, que apresenta um panorama a respeito das condições de inserção dos trabalhadores rurais no mercado de trabalho e da necessidade e dificuldades referentes à instituição da reforma agrária naquele momento peculiar da crise da industrialização dependente.

Segundo Prado Junior (2011), o avanço da indústria sobre o campo nos anos precedentes à década de 1960 aumentou e acelerou a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos proprietários, os grandes latifundiários. Como consequência desse processo a classe trabalhadora rural tornou-se submissa ao grande poder do capital, que mais uma vez se mostra alheio às necessidades humanas e eleva as situações de miserabilidade no campo.

Prado Junior (2011) afirma que a única alternativa que os trabalhadores rurais encontram naquele momento para alcançar seus meios de subsistência é colocando-se a

serviço dos grandes proprietários submetendo-se as condições que lhes são impostas. É mediante tais condições que o autor menciona a emergência da reforma agrária.

É nesses termos que se propõe, no momento, o problema da reforma agrária, que tem assim suas raízes dialéticas no antagonismo e contradição entre a reduzida minoria de grandes proprietários que detêm o monopólio virtual da terra, e controlam portanto as oportunidades de ocupação e trabalho na agropecuária brasileira, e doutro lado, a massa trabalhadora do campo, que depende dessas oportunidades para conseguir seus meios de subsistência (PRADO JR, 2011, p. 80)

Para Prado Junior (2011), a reforma agrária possibilitaria que os trabalhadores obtivessem mais poder na luta por suas reivindicações, pois proporcionaria aos trabalhadores do campo opções de escolha, rompendo com o monopólio de oportunidades laborais comandado pelos grandes proprietários.

Para o autor a forma prática e viável de democratização da terra, naquele momento, era com a instauração de um imposto territorial rural, ou uma taxa efetiva dos produtos derivados da terra, uma vez que, os grandes produtores eram praticamente isentos dos mesmos. O autor justifica essa afirmação da seguinte maneira:

Não pode haver dúvidas que um dos fatores principais, se não o principal hoje em dia, que tem resguardado a concentração da propriedade agrária, herança colonial que perpetuou até nossos dias, impedindo o parcelamento daquela propriedade, sua distribuição mais equitativa e mobilização comercial mais ativa (condição essencial para o progresso da agropecuária), aquele fator é a isenção fiscal de que goza a propriedade fundiária rural. Graças sobretudo a esse privilégio fiscal, podem os detentores dessa propriedade conservá-la mal aproveitada, reservando áreas imensas incultas ou apenas semi aproveitadas unicamente para fins especulativos ou de prestígio pessoal. (PRADO JUNIOR, 2011, p. 81)

O autor esclarece que a isenção de impostos torna viável a concentração da terra, pois é a partir dessa isenção que a valor da terra no Brasil da década de 1960 alcança patamares exorbitantes que impossibilitam a efetividade de qualquer projeto de reforma agrária. Prado Junior (2011, p.81) afirma que:

Enquanto os preços da terra forem no Brasil o que são (particularmente nas regiões de maior importância), e excluída naturalmente a hipótese do confisco ou da estatização da propriedade fundiária, o que não se propõe na atual conjuntura, não haverá a mais remota possibilidade de um contingente apreciável de trabalhadores ascenderem à propriedade da terra, ou poderem aspirar por ela.

Dessa forma, o imposto cobrado sobre a propriedade da terra teria, segundo o autor, uma dupla função: tornaria inviável ao grande latifundiária manter grandes propriedades com uma produção pífia ou nula, o que os obrigaria a vender parte de suas propriedades, diminuindo assim a concentração da propriedade da terra; e, com o maior número de oferta de terras o valor da mesma decairia significativamente, tornando-se viável a proposta da reforma agrária.

Stedile (2011) menciona outros membros do PCB que da mesma forma escreveram sobre a realidade rural no Brasil na década de 1960, dentre eles: Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Moisés Vinhas. Em virtude do objetivo desta pesquisa e do pouco tempo que dispomos para concretizá-la, não será atentado especificamente cada viés dado pelos diversos autores, apenas salienta-se que na década de 1960 a realidade objetiva vivenciada pelos trabalhadores rurais já se encontrava subordinada aos interesses capitalistas e a reforma agrária tornava-se uma questão cada vez mais central no debate político.

De acordo com Miralha (2006) foi durante esse período, entre o final da década de 1950 e o início de 1960 que começam a surgir os movimentos militantes organizados a favor dos trabalhadores rurais. Nesse período, também, ressurgem as Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas, conforme nos explica Morais (2006), foi um movimento nacional de trabalhadores rurais fundados em 1945 e liderado por Luiz Carlos Prestes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). De acordo com autor, visto a dificuldade de organização dos trabalhadores do campo sob sindicatos, uma vez que o governo mostrava-se comprometido pelos interesses dos latifundiários, o PCB, promoveu uma grande mobilização desses trabalhadores e deu origem as Ligas Camponesas. Oliveira (2007, p.106) afirma que:

“Foi, portanto, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 40 a 60, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio.”

Conforme Morais (2006) nos explica, em 1947, com o banimento do PCB as Ligas Camponesas são fechadas e quase desaparecem do cenário brasileiro. Entretanto, em 1955 com a eleição de Juscelino Kubitschek e seu vice João Goulart, ressurgem garantias democráticas antes extintas, e as Ligas Camponesas renascem e se expandem.

De acordo com Oliveira (2007, p.108), “as Ligas Camponesas tornaram-se, pois, o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária que ensaiou uma organização de caráter nacional” e deveriam ser compreendidas

“Não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores assalariados do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país.”

Com o mandato de João Goulart, iniciado em 1961, Miralha (2006) afirma que os movimentos sociais começam a ganhar força, visto que o então presidente possuía ideias progressistas e compreendia a reforma agrária como um processo essencial para a completa modernização do Brasil.

Conforme nos explica Oliveira (2007), em 1962, é promulgada a Lei nº4.132, que ficou conhecida como o primeiro Estatuto da Terra, o qual instituiu a desapropriação por interesse social.

Embora a referida lei, naquele momento, representasse o primeiro passo para a aprovação de uma lei que instituísse a reforma agrária de fato no Brasil, Goulart, como afirma Oliveira (2004) ainda não estava satisfeito.

João Goulart defendia como forma de promover a viabilidade da reforma agrária, a proposta de uma mudança constitucional que proporcionaria a desapropriação dos latifúndios improdutivos mediante pagamento, a longo prazo, realizado por títulos da dívida pública (GONÇALVES JR, 2014). Porém, os senadores e deputados da época derrotaram a ideia do então presidente e mantiveram a norma de que a expropriação deveria ser feita após pagamento prévio e em dinheiro, ao proprietário da terra.

Gonçalves Jr (2014) fazendo menção às pesquisas realizadas pelo IBGE, afirma que em 1964, cerca de 33 milhões de brasileiros viviam em área rural e a massa desses trabalhadores rurais eram mal remuneradas e vivenciavam situações de miserabilidade.

Em 1964, durante o denominado “Comício das Reformas” (GONÇALVES JR, 2014), em que João Goulart tratava de suas famigeradas reformas de base, o mesmo informa à população de 200 mil pessoas, na Central do Brasil/ Rio de Janeiro, a assinatura de um decreto que instituiu a desapropriação de terras à margem de rodovias, ferrovias e açudes federais, indicando o início do que ele chamou de “carta de alforria do camponês abandonado” (GONÇALVES JR, 2014, s/p). Desse modo, João Goulart passa a ser

identificado por muitos parlamentares como uma ameaça à constituição, principalmente, no que concerne à reforma agrária, por ter feito discurso político em área não permitida, e por colocar em descrédito o Congresso Brasileiro da época (GONÇALVES JR, 2014).

Vale a ressalva de que, como afirma Mendonça (2006, p.36) “O programa fundiário de João Goulart não se propôs, em momento algum, acabar com o latifúndio, nem mesmo investiu radicalmente nas conhecidas reformas de base, pautando-se pelo “reformismo populista” apontado por alguns autores”. A autora salienta que as reações contra o governo de Goulart se deram, mais precisamente, pelas “alternativas contidas no movimento dos trabalhadores rurais e no movimento social pelas reformas em geral, que poderiam, eventualmente, sinalizar para uma reforma agrária na “marra” (MENDONÇA, 2006, p.36).

Enfim, em uma ação articulada pelas forças armadas brasileiras, em 1964, João Goulart é deposto de seu cargo e a esperança pela instituição das políticas de reforma agrária, preteridas pelo presidente deposto, é adiada. Quem assume a presidência do Brasil é o General Costa e Silva, que dá início a um período de 21 anos de governo militar, que ficou conhecido, popularmente, como Ditadura Militar.

Com os militares no poder os debates em torno da questão agrária brasileira tomam rumos diferentes daqueles propostos por João Goulart, o que será melhor abordado adiante.

#### **4.2 A reforma agrária: dos tempos da ditadura militar até a atualidade**

Com o governo dos militares no poderio político brasileiro, as propostas e estratégias de viabilidade do processo de reforma agrária são postos à margem das intenções políticas. De acordo com Miralha (2006, p.156) “o grande momento histórico de realização da reforma agrária e a diminuição das desigualdades sociais no Brasil foi sabotado e destruído por um pacto entre as elites”.

O pacto firmado entre a velha oligarquia e a burguesia industrial (MIRALHA, 2006), as elites brasileiras naquele período histórico, na busca pelo poder político e que resultou em uma ditadura de 21 anos, geraram, no que tange a questão agrária, um processo que ficou conhecido como “modernização conservadora” (MIRALHA, 2006, p.157).

De acordo com autor essa “modernização conservadora” tinha, por intermédio de créditos subsidiados pelo governo federal, o objetivo de proporcionar o desenvolvimento

tecnológico das médias e grandes propriedades no campo, tendo no crédito rural a mola propulsora desse fenômeno. Miralha (2006) salienta que esse crédito subsidiado dirigia-se, substancialmente, às atividades relacionadas à agro industrialização, como: assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro e armazenagem.

Entretanto, frente às pressões internas para a democratização da terra, um dos primeiros atos do governo militar durante seu primeiro mandato, foi a instituição do Estatuto da Terra, sancionado pelo Marechal Castelo Branco.

“Para além de seus aspectos antipopulares e autoritários, no entanto, o estatuto guardava um evidente cunho reformista, que pode ser exemplificado pela própria reforma agrária. Esta, ademais se inseria num conjunto de medidas vinculadas a uma estratégia geral cuja racionalidade prendia-se ao Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) [...] Tratava-se de fazer frente à crise econômica brasileira buscando, através da reforma fundiária, ampliar o mercado interno e configurar uma classe média rural consumidora de produtos industriais [...]” (MENDONÇA, 2006, p.38)

“Nesse mesmo sentido, Miralha (2006, p.157) afirma que: É interessante notar que essa modernização incentivou a compra de produtos de uma indústria que surgiu especializada em produzir produtos para a agricultura, que junto com a agroindústria, que compra os produtos produzidos pela agricultura formam então o complexo agroindustrial.” (MIRALHA, 2006, p.157)

Assim, o que motivou a aliança entre a burguesia industrial e os grandes proprietários rurais se torna evidente: o intercâmbio de capital entre elites, em detrimento das condições precárias vivenciadas pelos trabalhadores rurais. Miralha (2006) afirma que tais condições proporcionaram uma grande expansão do modo capitalista no campo, aumentando o uso de força de trabalho assalariada e os chamados “boias frias”-trabalhadores que residem na cidade, mas trabalham no campo sob condições precárias de remuneração e segurança.

Nesse sentido, Oliveira (2004) sinaliza para o fato de que, embora formalmente o Estatuto da Terra tenha sido um documento que visava à realização da reforma agrária em seu sentido amplo e respeitando as reivindicações dos movimentos sociais, na prática isso nunca teria sido a verdadeira intenção do governo militar.

Oliveira (2004) explica que, após a aprovação do Estatuto da Terra, o governo extinguiu a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e criou dois outros órgãos: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrária (INDA).

O período de existência dos dois órgãos promotores da contra-reforma agrária dos militares, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por

um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Aliás, este fato ganhou projeção nacional e internacional. Em nível nacional, acabou desembocando, em 1968, na constituição, pelo Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa (OLIVEIRA, 2004, p.122).

Além dos escândalos envolvendo os dois órgãos responsáveis pela implantação da reforma agrária no Brasil, o fato do governo militar só ter criado o Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária, após visita da ONU, em 1969, mostra a falta de vontade política para a transformação da realidade agrária no país em prol da democratização das terras brasileiras.

Tais medidas adotadas pelo governo militar que em conjunto constituíram “a modernização conservadora”, resultaram na transformação da agricultura brasileira e produtos positivos no que diz respeito à esfera econômica, Miralha (2006, p.159) cita três deles:

“a transformação da base técnica; o aumento médio da produtividade, graças aos insumos modernos; e, o aumento da produção agropecuária nacional, que possibilitou ao país mais divisas através do aumento das exportações de produtos agrícolas.”

Porém, são resultados positivos que se restringiram ao âmbito econômico, enquanto no social as consequências foram drásticas, principalmente para o trabalhador rural e o pequeno proprietário.

Dentre as mazelas originadas pelo processo de “mecanização conservadora”, podemos identificar o êxodo rural, pois, como salientado anteriormente, os incentivos de créditos não foram disponibilizados para todos os proprietários, e os pequenos se viram obrigados a abandonar suas terras em busca de melhores condições de vida nas cidades, além do uso das máquinas que dispensou grande quantidade de força de trabalho, e os trabalhadores também encontraram como alternativa de sobrevivências a vinda para a zona urbana. Miralha (2006) demonstra esse fato quando afirma que enquanto em 1950 a população rural no Brasil era de 63,8%, em 1980 não passou de 32,4%.

Além do êxodo rural, Miralha (2006) também identifica como consequência dos atos militares sobre a questão agrária a expansão da concentração fundiária e, conseqüentemente, a ampliação das desigualdades sociais, inclusive em caráter regional. Segundo o autor, as regiões Centro-Sul detinham o monopólio dos créditos rurais subsidiados pelo governo, enquanto o Norte e Nordeste brasileiros ficaram à margem do processo de modernização.

Assim, pode-se concluir que o período marcado pelo governo militar trouxe consequências devastadoras no que tange a questão agrária brasileira, propiciando expansão da concentração fundiária e das desigualdades sociais no campo.

Enfim, em 1985 o Regime Militar é deposto e José Sarney, por via indireta, assume a presidência do Brasil, dando início, após 21 anos, a um período chamado de Nova República. Durante a transição entre o governo militar e a “redemocratização” muitas foram as pressões populares que fundamentaram a Nova República. Tal contexto exigia do novo presidente manejo das demandas e ações concretas para um projeto de país democrático. Diante de tais circunstância, no que tange a questão da terra, é lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA).

De acordo com Mendonça (2012, p.91), o PRNA, tinha como objetivo:

“Conter a violência que grassava no mundo rural brasileiro – vitimando dezenas de trabalhadores abatidos sob a pecha de “invasores” da propriedade privada – na mesma proporção em que crescia a capacidade de organização e mobilização dos homens do campo”.

A autora explica que já em 1984, antes do governo militar ser extinto e diante de um contexto histórico em que a população clamava pelas “Diretas Já” e as demandas sociais eram reivindicadas, acontece o IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais.

Sobre o PRNA, Mendonça (2006) explica que não trouxe mudanças significativas ou que merecessem o cunho de revolucionárias, pelo contrário, com o PRNA resgatou-se o que já trazia o antigo Estatuto da terra promulgado por Castelo Branco: “ a preocupação em neutralizar alguns setores de grandes proprietários mediante o fio condutor da penalização da propriedade especulativa, desapropriando o que foi definido como terras improdutivas” (MENDONÇA, 2006, o. 91). Desse modo, o PRNA, difundido para a população durante o IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, objetiva-se na desapropriação das terras consideradas não produtivas, promovendo os assentamentos de trabalhadores rurais, sobre tudo no Norte e Nordeste brasileiro.

“Por certo, a reações dos segmentos de proprietários fundiários à proposta foi imensa. Tal aspecto de reações demonstraria com clareza o poder dos interesses ligados à propriedade fundiária, a ponto de emergir, de seu embate e em função da nova lei, uma nova agremiação [...] a UDR” (MENDONÇA, 2006, p.94).



Mediante a implantação do PRNA, os segmentos das classes dominantes atrelados à agroindústria brasileira mobilizaram-se para o enfrentamento político das propostas preteridas pelo governo federal. Enquanto a Sociedade Rural Brasileira recusava totalmente os pressupostos do PRNA, a Sociedade Nacional Agrária pretendia a elaboração de um novo documento para tratar sobre as reformas em âmbito rural.

Nesse contexto, liderada por Ronaldo Caiado e Plínio Junqueira Jr, emerge a chamada União Democrática Ruralista. “a agremiação teria nascido em junho de 1985, a partir de reuniões promovidas com destacados pecuaristas do Estado de Goiás, marginalizados do processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira” (MENDONÇA, 2006, p. 125). Tal agremiação tinha como objetivo a mobilização política e pragmática, inclusive com compra de armamentos e formações de milícias, para impedir a ocupação das terras consideradas improdutivas, que seriam destinadas aos assentamentos rurais. Em suma a UDR buscava “ a inviabilização tanto do PRNA quanto de qualquer tentativa de reforma agrária no país” (MENDONÇA, 2006, p. 126).

Durante a Constituinte, momento de elaboração da nossa atual Constituição Federal, a UDR permanecera pressionando os parlamentares para que os interesses dos proprietários rurais se sobressaíssem sobre os dos trabalhadores do campo. De acordo com Mendonça (2006), as ações políticas da UDR não se limitavam aos argumentos, existiu, mesmo que clandestinamente, conforme explica a autora, apoio financeiro, por parte da UDR, a alguns candidatos das eleições de 1986.

“Em meio [1988], a votação da reforma agrária se daria em clima de forte tensão e sob ameaça extramuros, dos quadros uderristas em defesa do princípio da sacralidade da terra produtiva. O clima de “terror” foi noticiado pela revista *Senhor*, que denunciava as “romarias” de “agro-men” e “agro-boys” dentro dos parlamentares pró-UDR, quanto a denunciar os “detratores” dos “interesses nacionais”, sobretudo o senador Mario Vocas, anunciado como “comunistas” a todos os cantos (MENDONÇA, 2006, p. 185).

De acordo com Mendonça (2006) a UDR sai vitoriada da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), fazendo com o que o texto que trata da reforma agrária no Brasil fosse aprovado sem qualquer conotação de justiça social ou limitações de latifúndios. Apesar da Constituição Brasileira subsidiar políticas de reforma agrária, a mesma encontra obstáculos para sua realização, isso por existir brechas na lei que, por esforço dos uderristas na época da ANC, tornam a democratização da terra uma polêmica política e jurídica. Nesse sentido,

conforme explica França e Silva (2012), duas questões merecem destaque, primeiramente a inserção do Art. 185 Na Constituição Federal.

“Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: (...) II – a propriedade produtiva. Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social”.

Para França e Silva (2012) o artigo supracitado representa vitória de grupos contrários a qualquer forma de reforma agrária no país. Segundo o autor, os critérios que estabelecem a uma área o título de produtiva ou improdutiva foram determinados em 1975, ou já, encontram-se desatualizados no que tange o progresso e a evolução da ciência e da tecnologia.

No Brasil, após a instituição da Constituição Federal, dos presidentes eleitos democraticamente temos, Fernando Henrique Cardoso, que se manteve como presidente durante o período de 1995 a 2000, seguido de Luiz Inácio Lula da Silva que assumiu a presidência em 2003, mantendo-se, após uma reeleição, até 2010, e sendo sucedido por Dilma Rousseff, presidenta que esteve em exercício de 2010 a 2016.

De acordo com França e Silva (2012), o governo liderado por Fernando Henrique Cardoso foi o que, em números estatísticos, o que mais assentou famílias na história brasileira. Segundo dados apresentados por França e Silva (2012), Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 2002 assentou 389.959 famílias, soma superior aos anos anteriores, desde a redemocratização em 1985, e sucessores, até o ano de 2006, último período contemplado pela supracitada pesquisa.

Entretanto, embora Fernando Henrique Cardoso tenha sido o presidente eleito democraticamente que mais colocou em prática a reforma agrária, França e Silva (2012) afirmam que o mesmo foi duramente criticado pelos movimentos sociais de luta pela terra, os quais afirma que o referido presidente agiu, principalmente, no favorecimento do chamado *Novo Rural*.

Este modelo corresponde a uma série de políticas direcionadas ao desenvolvimento do capital e do mercado, através da criação do Banco da Terra, o que tem destituído o sentido das formas históricas de lutas dos trabalhadores. Neste modelo a reforma agrária de mercado, como ficou conhecida, tem descaracterizado o conceito de reforma agrária enquanto luta social (FRANÇA; SILVA, 2012, p.6-7).

Nesse sentido, os autores concluem que as políticas de reforma agrária implementadas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tiveram como objetivo alocar os

assentamentos rurais na lógica do mercado. Assim, o que se sucedeu foi a tentativa de inviabilizar os movimentos sociais de luta pela terra, os quais tinha e continuam tendo como principal adversário o agronegócio. Além disso, França e Silva (2012) salientam que durante o referido governo, a criminalização dos movimentos sociais, inclusive os ligados à questão agrária, tomou grandes proporções, evitando a efetivação de uma verdadeira reforma agrária e servindo, apenas, para a contenção das tensões no âmbito agrário.

[...] Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, na realidade sua política de reforma agrária produziu pelo menos dois resultados lamentáveis: o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas, que em 2003, chegou a cento e vinte mil famílias, e a precarização dos assentamentos implantados, que foram implantados como projetos incompletos, que além de não terem infra-estrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento (FRANÇA; SILVA, 2012, p.7-8)

De acordo com o site do MST, Fernando Henrique Cardoso, enquanto presidente, destruiu as políticas de crédito agrário, voltado para a reforma agrária, e de assistência técnicas, ambas instituídas por Sarney, fato que prejudicou as famílias alocadas em assentamentos e favoreceu o empobrecimento dos trabalhos rurais oriundos da reforma agrária. Diante dessa realidade, o movimento afirma que o Brasil, durante esse período vivenciou o abandono da agricultura familiar por parte do Estado, que subordinou a mesma ao mercado internacional.

Com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao poder, em 2002, Silva e França (2012) afirmam que a realidade da reforma agrária, presente nos governos anteriores, se perpetua.

O governo Lula está imbuído no processo de modernização da agropecuária inserida em uma lógica de mercado global que por sua vez é encabeçada por empresas e instituições supranacionais que ao monopolizam o território nacional, geram processos de exclusão e precarização do trabalho. Neste sentido, o avanço das monoculturas tem provocado uma série de transformações no campo, acelerando o processo de expropriação de muitos camponeses, sobretudo nas fronteiras agrícolas, o que provoca um aumento significativo da violência no campo (FRANÇA; SILVA, 2012, p.8).

Os autores explicam que durante o governo de Lula, não se cumpriu as metas do II PNRA, que previa o assentamento de 900.000 famílias, sendo que desse total, apenas 42% foi cumprido. Além disso, Silva e França (2012) salientam que Lula, em troca no apoio político fornecido pelo agronegócio, privilegiou a não desapropriação de terras que interessavam à

multinacionais mantendo a reforma agrária como um política compensatória e não como política de desenvolvimento territorial que visa a desconcentração fundiária. Nesse sentido, Lula seguiu os mesmos caminhos de Fernando Henrique Cardoso, privilegiando as culturas exportadoras em detrimentos daquelas destinadas à alimentação básica dos brasileiros.

Naktani, Faleiros e Vargas (2012), afirmam que desde 2002 a concentração fundiária tem crescido no Brasil. Os mesmos explicam que enquanto em 2003 a área de grandes propriedades de terras era de 214.843.865 hectares, em 2010 aumentou para 318.904.739 hectares. Para os autores, esse significativo aumento se deu pela maior especialização da produção de *commodities primárias*, em detrimento da produção de bens de alta intensidade, devido à “valorização cambial com vistas a ganhos de produtividade nos setores exportadores, mineradores e de produção de petróleo, dada a crescente demanda mundial capitaneada pela China (NAKATANI, FALEIROS e VARAS, 2012, p.231)”. Além disso, os autores salientam que a compra de terras brasileiras pelo capital estrangeiro que visa à produção de etanol e produtos ligados à agroenergia, favorecem a especulação imobiliária dificultando a desapropriação de terras.

Dessa forma, a reforma agrária no Brasil não tem sido de fato um plano de governo, resumindo-se ao congelamento da “estrutura fundiária com políticas de compensação que garantam a viabilidade das pequenas propriedade, mas que não as ampliem, ou as ampliem até o ponto em que não ameacem a preponderância absoluta da grande propriedade ligada ao agronegócio de exportação” (NAKTANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p.236). Para os autores supracitados, exemplos dessas políticas compensatórias são o PRPNAF — Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o ATER — Assistência Técnica e extensão Rural, o Bolsa Verde e o Bolsa-Família, os quais têm como objetivo suprir a subsistências das famílias até que elas consigam adentram o mercado (NAKTANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

O governo liderado pela presidenta Dilma Rousseff, entre os anos de 2010 e 2016, é ainda, um período recente em que pesquisas sobre a questão agrária ainda são escassas. Entretanto, de acordo com dados divulgados pelo INCRA, desde Sarney até o ano de 2013, Dilma Rousseff foi a presidente brasileira que menos assinou decretos de desapropriação e a que menos assentou famílias desde o período de regime militar.

Nota-se, a partir das informações trazidas que a redemocratização brasileira não trouxe grandes mudanças no que se refere à reforma agrária, a qual embora esteja estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, ainda é uma realidade distante para o trabalhador rural. Uma

forma encontrada por esses trabalhadores marginalizados do campo de organização foi em forma de cooperativas.

Alguns dados corroboram a respeito da intensificação dos movimentos cooperativos no Brasil de maneira gradativa. Esses dados são importantes para reafirmar a relevante contribuição do cooperativismo para a economia brasileira como um todo, e principalmente no impacto na vida do trabalhador rural.

Segundo Dal Ri (1999) em maio de 1996 existiam 3391 cooperativas no Brasil, estando vinculadas a elas um montante de 4 milhões de associados, ainda no que tange esses dados era sabido que o setor agropecuário nesse período movimentava cerca de 16 bilhões anualmente, e que 5% do produto interno bruto (P.I.B.) do país na época, era gerado pelo cooperativismo.

O cooperativismo tornou-se popular entre a população brasileira entre as décadas de 70 e 80, segundo Dal Ri (1999) grandes cooperativas passaram a distribuir associados em diversas regiões do país, assentando os mesmos, para que dessem continuidade ao trabalho desenvolvido. Assimilando esse comportamento das cooperativas com uma espécie de reforma do ambiente rural brasileiro, essa atitude incomodou o governo militar (1964 – 1984) contrário ao desejo popular de instauração de uma reforma agrária.

Como forma de evitar a propagação dessa prática, o governo dos militares, segundo Dal Ri (1999), passou a praticar uma política que buscava a modernização do campo, baseada no desenvolvimento de empresas capitalistas agroindustriais, que voltavam suas práticas para a exportação. Dessa forma as cooperativas agrárias passaram a ser simplesmente uma ponte de transferência de recursos públicos para o setor privado, uma vez que, eram subsidiadas. Essa prática acabou por deturpar os reais objetivos das cooperativas, conforme relata Dal Ri (1999) essas cooperativas passam a ter como características a utilização de um número grande de trabalhadores assalariados, dessa feita as cooperativas em nada diferenciavam-se das indústrias capitalistas, pois visavam o lucro da cooperativa, mesmo que para isso fosse necessário realizar a exploração econômica de trabalhadores contratados.

Após o fim do regime militar, esse tipo de política deixou de ser incentivada e o mercado brasileiro se modificou, passaram a ser adotadas medidas neoliberais, realizando a abertura do mercado interno brasileiro para o mercado mundial, nesse momento, segundo Dal Ri (1999) revelam-se grandes problemas no cooperativismo, seguidos de escândalos gerados por corrupção.

Devido os acontecimentos Dal Ri (1999) destaca que um grupo de professores se manifestaram a respeito do cooperativismo, ressaltando sua validade, porém enfatizando que uma mudança estrutural deveria ocorrer para que o mesmo atingisse sua plenitude.

Com a acentuada crise que instaurou-se gradativamente na década de 80 e que atirou ao desemprego milhares de brasileiros nas cidades e a crescente dificuldade de trabalho e sobrevivência no campo, fizeram ressurgir por meio de uma rearticulação da organizações que representavam os trabalhadores, trazendo novamente o pensamento em prol de uma reforma agrária, nesse contexto conforme nos retrata Dal Ri (1999) surgiu, mais precisamente em 1984 o movimento dos sem-terra (MST), que passou a participar da luta em favor dos trabalhadores, pressionando politicamente, e também ocupando algumas terras de maneira articulada.

Apesar do cooperativismo não estar diretamente ligado aos princípios e objetivos do MST, o movimento cria em 1992 a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). O interessante é ressaltar a forma como o MST chegou a esse momento histórico, eles perceberam rapidamente que os assentados não conseguiriam sobreviver da terra adquirida de maneira isolada, devido à grande concorrência que existia na agricultura do Brasil. Identificada essa dificuldade inicial a preocupação do MST voltou-se para duas questões conforme no relata Dal Ri (1999) a primeira era encontrar uma forma de viabilizar a permanência dos assentados na terra, e a outra, era conseguir que o trabalhador, mesmo após receber a terra, continuasse engajado na luta política no MST.

A solução encontrada foi a fundação da Concrab e conseqüente incentivo de formas de organização coletivas nos assentamentos, vale ressaltar que a Concrab era desvinculada da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a justificativa para isso nos é dada no livro de Dal Ri (1999):

A criação da Concrab como entidade desvinculada da OCB teve como um dos objetivos construir um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores (DAL RI, 1999, p. 21).

A compreensão por parte do MST de que o cooperativismo é um importante meio de combate ao sistema hegemônico os fez buscar soluções no mesmo, porém, modificando sua ótica de funcionamento, diferenciando-se do conceito de cooperativismo burguês, que segundo o entendimento do MST, narrado por Dal Ri (1999) trabalhavam na ótica capitalista

de produção, sempre valorizando o interesse da empresa sobre os dos trabalhadores, o crescimento da empresa em detrimento da estagnação do trabalhador, priorizava os associados mais viáveis ao invés de propiciar condições para todos estarem no mesmo patamar.

As cooperativas associadas a Concrab, assim como todas as outras organizações cooperativas, são reguladas pela legislação cooperativista brasileira, que apresenta vínculos com a doutrina expressa pela aliança cooperativa internacional. Porém a Concrab buscava uma democratização das relações de trabalho, e isso, no seu entendimento não existia na interpretação dos princípios cooperativos, feita pela aliança cooperativa internacional, com isso a Concrab foi modificando a forma de participação dos trabalhadores dentro dos grupos cooperativos vinculados a ela, descentralizando o poder e modificando a concepção de divisão do trabalho, que advinha do modo de produção capitalista (DAL RI; 1999)

Conforme as modificações foram sendo inseridas e realizadas, criou-se uma dificuldade de identifica-las como relata Dal Ri:

Não obstante a dificuldade do MST e da própria Concrab em nomear estas modificações que vão sendo introduzidas, recentemente em seus documentos e alocações começa a aflorar o termo autogestão.

O termo autogestão vem fortemente vinculado a emancipação do trabalhador do comando do capital, agora ele mesmo é dono de seu tempo e trabalho. Sai a concorrência inescrupulosa e violenta e entra em pauta o crescimento conjuntos de todos os membros do empreendimento, não apenas no sentido econômico-financeiro, mas também o desenvolvimento humano, social e local. Um dos pressupostos que embasam tais empreendimentos é a denominada Economia Solidária, a qual será melhor abordada a seguir.

Antes de demonstrarmos os conceitos que devem ser apreendidos para se compreender o que é a economia solidária e, sobretudo, o que é a autogestão, é relevante ressaltarmos que, de acordo com Singer (2002), os benefícios que os empreendimentos solidários percebem vão além dos econômicos. Além da geração de trabalho e renda, relações de trabalho pautadas na solidariedade e não na competição, têm a potencialidade de se apresentar como um mediador para o desenvolvimento humano pleno.

Tal afirmação parte do pressuposto de que as formas de gestão pautadas na economia solidária encontram-se necessariamente fundamentadas na autogestão. Por autogestão entende-se a democratização do poder de decisão da organização. Quando o empreendimento organiza-se pelos moldes da autogestão, os trabalhadores associados têm autonomia para

pensar e deliberar sobre os rumos dos negócios que desenvolvem. Fato que proporciona aos mesmos maior autonomia, emancipação e conhecimento acerca do trabalho desenvolvido, possibilitando a superação da condição da força de trabalho como simples mercadoria. Desta forma, pode-se afirmar que o associativismo que tem como base os princípios da economia solidária, busca gerar benefícios que ultrapassam os limites econômicos, tais como: desenvolvimento local, social e humano (SINGER, 2008; SANTOS, 2002)

Para melhor compreendermos como se dá a prática dentro de um empreendimento de economia solidária, é necessário lembrar-mos dos conceitos fundamentais que Gaiger (1999) cita como sendo as bases para o modelo de gestão solidário, já citados anteriormente no texto com maiores detalhes, Autogestão, participação, igualitarismo, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIRGER, 1999).

Torna-se fator importante frisar a importância da existência desses conceitos, já que os mesmos servem como diretrizes fundamentais e imprescindíveis para que a prática de uma gestão solidária seja de fato realizada. Somente respeitando esses princípios os empreendimentos chegarão aos objetivos solidários propostos pelo projeto da economia solidária.

Além dos conceitos relacionados à forma de gestão, Gaiger (1999) ressalta o conceito de desenvolvimento humano, justamente um dos questionamentos feitos nesta pesquisa, que visa verificar se de fato esses princípios apresentados anteriormente, quando seguidos e implementados nos assentamentos, serão capazes de gerar tal desenvolvimento humano.

Mediante o aparecimento do conceito de desenvolvimento, far-se-á necessário esclarecer sobre qual perspectiva iremos compreendê-lo. Nesse trabalho utilizamos a ideia de que o desenvolvimento parte do pressuposto da libertação, que somente pode ser alcançada através da conscientização dos oprimidos, que são os principais interessados nas mudanças de paradigmas impostos por uma sociedade desigual e pautada na lógica do capital (BOFF; ARRUDA, 2000)

Atualmente, na sociedade contemporânea marcada pela exploração do homem pelo homem, extração de mais-valia e propriedade privada, o conceito de desenvolvimento está amplamente ligado aos objetivos do capital, ou seja, desenvolvimento, para a ideologia hegemônica e capitalista, está majoritariamente relacionado ao desenvolvimento econômico.

O entendimento adotado pelas vertentes críticas da administração e, mais especificadamente, pela economia solidária é de que o desenvolvimento não pode ser reduzido ao crescimento econômico, pois perpassa por um processo de conscientização



individual e coletiva, adotando a mesma perspectiva de Teilhard de Chardin, descrita por Boff e Arruda (2000).

A definição dada pela ONU e transcrita por Boff e Arruda (2000) é condizente a ideia de desenvolvimento pleno referenciada anteriormente:

Um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada indivíduo na base da sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele.” (BOFF; ARRUDA, 2000, p. 17)

Dessa forma, considera-se, a partir do paradigma adotado para essa perspectiva, que para que o indivíduo tenha de fato um desenvolvimento pleno, é necessária uma série de condições que irão propiciar a esse indivíduo alcançar tal patamar. Primeiramente é necessário possibilitar que o indivíduo se torne consciente sobre as condições objetivas de vida, isto é, consiga entender a realidade para além da ideologia hegemônica, sendo capaz de, posteriormente, desenvolver consciência de classes, articulando seu pensamento e práxis na luta pelos interesses coletivos. Porém, para atingirmos essa condição, precisamos que, gradualmente, ele avance, evolua, se desenvolva de maneira mais restrita no âmbito econômico, social, cultural e político. Essas seriam as fases que proporcionariam o desenvolvimento pleno do indivíduo e possibilitariam o surgimento de um pensamento voltado para a coletividade.

Uma vez que os empreendimentos de economia solidária têm a organização do seu trabalho pautados em princípios alheios e antagônicos aos proclamados e aplicados pela forma de produzir hegemonicamente capitalista, subentende-se que sejam capazes de possibilitar relações sociais e de trabalho distintas das convencionais.

A gestão organizacional fundamentada na economia solidária tem no seu cerne na promoção da solidariedade e a cooperação entre os associados, fato que a diferencia das competências exigidas e desenvolvidas por empresas convencionais, em que a competição, mesmo que velada pelos discussões de inclusão de “colaboradores” é inerente ao processo organizacional.

Dessa forma, a gestão solidária acaba por possuir potencialidades para possibilitar um desenvolvimento humano pleno dos trabalhadores, que abrangerá as questões econômicas, locais, sociais e humanas, já que está pautada em necessidades diferentes daquelas presas às amarras de um trabalho alienado, onde apenas se busca a produtividade como meio de obtenção de lucro, e não como instrumento para que se alcancem benefícios comuns a todos

trabalhadores (GAIGER, 1999; ARRUDA, 2001; SINGER, 2002; NASCIMENTO, 2004; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; BENINI; BENINI, 2010; NOVAES, 2011).

Historicamente a economia solidária ganha força na década de 80, face à crise que vinha atingindo vários setores produtivos da economia brasileira durante as décadas de 1980 e 1990, gerando consequências devastadoras para a sociedade (desemprego e consequentemente, miséria).

Por volta de 1995, o poder público começou a vislumbrar na economia solidária uma alternativa para geração de trabalho e renda. Embora apenas em panorama regional, voltado à iniciativas isoladas em algumas cidades, portando, não sendo uma política de estado. A economia solidária passa então a ser tratada pelo Governo Federal como política pública de desenvolvimento local (SHIOCHET, 2009). Com isso, passou-se a compreender o cooperativismo como um instrumento de intervenção estatal em potencial. Porém, é importante ressaltar que:

[...] a economia solidária entrou na agenda das políticas governamentais como que “pela porta dos fundos”. Refiro-me aqui às iniciativas de cooperação econômica e autogestão surgidas no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda. Apesar de adotarem a perspectiva da empregabilidade (responsabilização do trabalhador pelo emprego ou desemprego), volumes substantivos de recursos destes programas foram apropriados pelo movimento social e sindical para a promoção de ações de qualificação profissional e apoio a projetos de geração de renda. Programas de geração de trabalho e renda também estavam presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local (SCHIOCHET, 2009, p.56).

Assim, podemos compreender que, em um primeiro momento, a economia solidária foi negligenciada pelo poder público, porém com os resultados positivos advindos dos empreendimentos locais, no que tange a superação de problemáticas sociais, passou a ser compreendida como uma medida eficiente frente às demandas sociais. Dessa forma, a economia solidária não surgiu como uma medida de governo, pelo contrário, teve sua origem por vontade popular, o governo apenas teve a percepção de seu potencial. Por isso Shiochet (2009) identifica as “portas do fundo” como a porta de entrada da economia solidária no âmbito das políticas públicas.

Com o aumento de cooperativas que assumiam o controle de empresas falidas, surgiu a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), que após algum tempo de sua fundação passou a trabalhar em parceria com o Governo Federal, reafirmando o interesse do governo em considerar a economia solidária e, mais especificadamente, as empresas autogestionárias, como alternativa de enfrentamento a crise.

Em decorrência desses fatos, os incentivos governamentais para esses movimentos iam crescendo, um exemplo disso foi o apoio e aproximação com ANTEAG (OLIVEIRA, 2015).

Atualmente, o cenário que encontramos ainda é desfavorável no que diz respeito à criação e implementação de políticas públicas que têm a economia solidária como fundamento. Não são todos os estados brasileiros que possuem legislações voltadas para os empreendimentos solidários, além do fato de não existir uma lei federal que verse sobre o tema. De acordo com Oliveira (2015), apenas graças ao apoio do governo local, referindo-se ao estado do Rio Grande do Sul, aconteceu um significativo crescimento no número de empreendimentos solidários. Esse fato corrobora para a seguinte problemática: as políticas realizadas em torno da economia solidária, até o momento, são políticas de governo, que precisam, ainda, serem transformadas em políticas de estado, ou seja, ainda configuram-se como políticas provisórias à espera da sua implementação como políticas de estado – permanentes (GAIGER, 2012).

A partir do momento em que a economia solidária passar a ser instituída como política de estado, espera-se que o desenvolvimento de políticas públicas concretas, que possam, de fato, destinar recursos materiais e intelectuais para o incentivo de empreendimentos solidários sejam criadas, dando uma maior visibilidade para toda a população e, possivelmente, aumentando o número de empreendimentos e de trabalhadores, uma vez que, muitas pessoas desconhecem o que é um empreendimento solidário ou a autogestão, deixando a economia solidária de estar submetida há vontades políticas efêmeras e descontínuas.

Contudo, não se pode negar que houve avanços legais na temática nas últimas décadas. Como principais medidas desenvolvidas podemos citar a criação, em 2003, da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) e a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que realizou um grande mapa dos empreendimentos solidários no Brasil, possibilitando que a SENAES pudesse ter uma percepção da atual conjuntura na qual estavam inseridos os empreendimentos. Nesse mapeamento não foi dado ênfase apenas sobre a localização desses empreendimentos, mas também sobre suas composições, investigando número de sócios e ganhos econômicos.

Outra iniciativa instituída pelo Governo Federal foi a criação do Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), que tem como finalidade, segundo a resolução do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nº 1.780 DE 19 de Novembro de 2014:

Art. 1º O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL tem por finalidade o reconhecimento público dos

Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas. (BRASIL, 2014, s/p)

Assim, o CADSOL é instituído como um instrumento capaz de facilitar o reconhecimento público das organizações coletivas de economia solidária por meio da identificação e cadastro dos empreendimentos, garantindo desse modo, a possibilidade dos mesmos terem acesso às políticas públicas (BRASIL, 2014).

Após essa sucinta contextualização de como a economia solidária vem sendo tratada no âmbito legal, analisaremos como ela vem sendo posta em prática na realidade objetiva brasileira.

Constatou-se, através dos dados obtidos pela SIES (2012) que, atualmente, na região Centro-Oeste existem cerca de 2.021 empreendimentos de economia solidária, sendo 55% deles destinado a empreendimentos de agricultura familiar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), compreende-se por agricultura familiar “aquela que é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado” (BRASIL, s/d)

De acordo com Singer (2001), dentro desses empreendimentos solidários que trabalham com a agricultura familiar, as cooperativas de comercialização são as que dominam a participação no mercado. Diante dessa constatação, temos um dado que substancia nossa pesquisa.

Tendo em vista que a maioria dos empreendimentos de economia solidária na agricultura familiar são cooperativas que possuem como finalidade a comercialização dos produtos, nota-se que a união dos produtores tem sido uma prática apenas momentânea. Isto é, a associação não tem ocorrido em todas as fases da cadeia de produção, fases estas que continuam sendo realizadas isoladamente por cada agricultor. Tal fato evidencia o caráter individualista que contradiz os princípios solidários expostos anteriormente.

No âmbito econômico, a desvirtuação das associações com relação aos princípios solidários, impede que os ganhos sejam potencializados, já que, unidos, os agricultores obteriam maior segurança dentro do mercado e os lucros seriam compartilhados entre todos os membros, mesmo que porventura alguma praga ou catástrofe natural atingisse um ou outro empreendimento. Outra situação interessante e inerente ao associativismo é a criação de redes

de cooperação elevando as relações de colaboração e interação para um novo patamar, a criação de movimento social muito mais amplo. (SANTOS,2002; MELUCCI, 2001)

Se unidos, os produtores conseguiriam com mais autonomia lidar com o sistema de concorrência em que estão postos (SANTOS,2002), visto que para adquirir seus insumos enfrentam um oligopólio, em que só existe um grande vendedor e inúmeros compradores. Já na outra ponta do processo, na comercialização de seus produtos, vivem uma relação monopsônima, em que existe um grande número de ofertantes e poucos compradores, o que também prejudica os agricultores, já que pelo número de vendedores ser grande, acabam diminuindo seus preços em consequência da concorrência acirrada, já que o número de compradores é bem menor.

Na fase de comercialização, como dito anteriormente, os agricultores têm se unido para minimizar os efeitos de um mercado marcado por relações desiguais e pautadas na livre concorrência. Sobretudo, quando agricultores se unem em cooperativas ditas de economia solidária em apenas um momento da cadeia, somente naquele destinado à comercialização, mantendo todas as outras fases isoladas da participação coletiva e de princípios como a solidariedade e a cooperação, podemos indagar, se de fato está sendo gerando algum tipo de desenvolvimento, caso a resposta para essa indagação seja positiva, cabe o questionamento acerca de que tipo de desenvolvimento, seja econômico ou humano, esse tipo de união tem proporcionado aos trabalhadores envolvidos? De acordo com Germer (2005), ferrenho crítico do sistema de economia solidária, a motivação para esse tipo de associações, apenas no momento da venda, é apenas comercial, como uma aglomeração de pequenos capitalistas em busca de vantagens individuais.

É evidente que a união tem sido arraigada em momentos oportunistas para a obtenção de maiores lucros, não se distanciando de práticas realizadas por empresas capitalistas e demonstrando pouca preocupação com os conceitos citados anteriormente por Gaiger (1999). Ou seja, existe uma deturpação do conceito e significado real da economia solidária, diversos empreendimentos, taxados como solidários, em nada se aproximam dos princípios da economia solidária que pretendemos estudar.

Feito esse esclarecimento, cabe ressaltar que os empreendimentos solidários são considerados como tais quando colocam em prática, na vivência diária de seus empreendimentos, os princípios aqui citados por Gaiger (1999). Uma vez que a prática corresponde ao critério da verdade, somente quando essa condição é alcançada, pode-se compreender se a economia solidária tem potencial de apresentar-se como ferramenta capaz de gerar um desenvolvimento pleno para os associados.



## **5. A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SEUS ASPECTOS PARTICULARES-CONCRETOS: DIALOGANDO COM AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS E A INTERPRETAÇÃO DOS ATORES**

Esta pesquisa foi realizada a partir do levantamento de dados primários e secundários. Para a coleta, sistematização e análise, primeiramente valeu-se dos microdados do mapeamento dos empreendimentos solidários realizado pela SENAES, em todo o Brasil, consolidado no SIES. Posteriormente, por meio da técnica de pesquisa estudo de campo, foram coletados dados no assentamento Itamarati, maior assentamento da América Latina, localizado na zona rural da cidade de Ponta Porã - MS. Nesse momento da pesquisa, o contato com a realidade empírico ocorreu por meio das técnicas de entrevista semiestruturada e pela aplicação de um questionário com as três maiores cooperativas solidárias atuantes no assentamento, além da observação. Todas as observações e contatos com os sujeitos da pesquisa tiveram como orientação a busca de respostas sobre a orientação e práxis dos princípios constitutivas da chamada econômica solidária.

No que tange à análise e interpretação dos dados, buscou-se, conforme já anunciado, orientar-se pela perspectiva histórico-dialética. Com isto, por meio do entendimento de que o fenômeno estudado está inserido em uma totalidade e advém da materialidade, procurou-se identificar as contradições e os movimentos postos sobre o objeto de estudo. Dessa forma, a perspectiva de análise teve como orientação epistêmica a relação entre a universalidade dos processos de produção metabólicos existentes e as particularidades do objeto de estudo.

### **5.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A fim de desvelar a realidade brasileira e suas peculiaridades no que tange aos empreendimentos solidários oriundos de reforma agrária, debruçamo-nos sobre os dados levantados pela SIES. A respeito desse levantamento realizado temos o seguinte:

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária enquanto um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos

solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil (SENAES, 2013, p.1).

Durante o período de 2010 a 2012, o SIES realizou um mapeamento em todas as regiões do Brasil e identificou que há 19.708 mil empreendimentos solidários localizados em território brasileiro. As informações foram coletadas por meio da aplicação de um questionário contendo 171 questões, o que gerou um conjunto de dados desses 19.708 empreendimentos; 1.033 dos quais são oriundos de reforma agrária. Esse mapeamento teve como objetivo:

a) Constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária; b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização; c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária; e) Subsidiar a formulação de políticas públicas; f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária (SENAES, 2013, p.1).

De acordo com os dados levantados, e agora tendo foco na motivação para a organização de forma solidária, desses 1.033 mil empreendimentos solidários advindos da política de democratização da terra, 405 (32, 2%) afirmaram que a economia solidária é uma alternativa à condição de desempregados. Já 48,4% declararam que se organizam com base na economia solidária vislumbrando maior ganho proveniente de um empreendimento associativo e, 46,4% dos empreendimentos afirmaram que os ganhos advindos do empreendimento solidário servem como complemento da renda.

Nota-se, pelos dados apresentados, que as motivações para a associação dos agricultores em empreendimentos solidários não se restringem aos princípios da economia solidária, porém isto não significa que os mesmos não estejam inseridos no conjunto da práxis organizacional. Com efeito, ainda que as motivações sejam pessoais, o processo de estruturação – enquanto construção de/a informação/orientação da realidade – dos empreendimentos solidários pode ser compreendido como emancipador, uma vez que ao se praticar e experimentar a gestão coletiva e democrática, sejam por iniciativa ideológica ou necessidade material, tal processo permite compreender paulatinamente os próprios princípios propostos pela economia solidária – ainda que contraditórios face à realidade das demais organizações.



Como estamos inseridos em um modo hegemônico de produção em que a competição e o individualismo fazem parte das mediações que substancia a formação humana, é compreensível que os interesses particulares sobressaltam sobre os coletivos. A transformação de consciência e da compreensão sobre a realidade não acontece de forma natural e individual, é necessário um processo prático – e de práxis – do trabalhado para que haja uma compreensão da realidade para além da aparência, possibilitando a identificação das relações e nexos das quais é síntese. Nesse sentido destaca-se a importância política da economia solidária, isto é, sua relevância para além da questão econômica, mas como um compilado de princípios que embasam uma nova forma de organizar não apenas um empreendimento, mas a vida em sociedade.

Ainda de acordo com o mapeamento realizado pela SIES, no que tange aos maiores benefícios e conquistas percebidas pelos trabalhadores no que se refere à organização solidária, 58,8% dos empreendimentos afirmaram que uma alternativa ao desemprego foi a principal; 45,4% disseram que foi a geração de renda e os maiores ganhos para os sócios; 66,5% afirmaram que a autogestão e o exercício da democracia foram os maiores conquistas; 35,1% consideraram a integração do grupo como uma conquista, enquanto 53,4% consideraram o maior comprometimento social dos associados como fator de maior importância.

Ao analisar os dados apresentados supracitados, percebe-se que a economia solidária, de fato, apresenta-se, para os empreendimentos entrevistados, como um potencializador de desenvolvimento econômico, uma vez que promove a obtenção de maiores rendas e se apresenta como alternativa mediante o desemprego. No que tange os aspectos sociais, como as relações de trabalho, os dados também são positivos. Dos 1.033 mil empreendimentos enfatizados nessa pesquisa, 687 (66,5%) identificam a autogestão e exercício da democracia como grandes conquistas. Os dados mostram que os empreendimentos estão buscando exercitar os princípios da economia solidária, não se reduzindo aos fatores econômicos.

Outro dado interessante que nos desvela essa realidade, é que apenas 35,1% dos empreendimentos, ou seja, 363 dos 1.033 mil consideram a integração dos grupos como uma conquista. Pode-se constatar, a partir desses dados, as dificuldades encontradas para a implementação da rede de economia solidária e a visibilidade dos empreendimentos para com os diversos grupos existentes pelo país, o que permite dizer que ainda há muitos desafios. De fato, a fragmentação dos empreendimentos solidários e sua dependência dos mercados convencionais ainda é um grande obstáculo para o movimento como um todo.

A integração seria importante para fortalecer o movimento da economia solidária, e para possibilitar uma maior viabilidade econômica dos empreendimentos, uma vez que, estariam tratando com outros empreendimentos solidários, o que facilitaria as trocas e negociações entre os mesmos, pelo fato de estarem organizados sobre os mesmos princípios.

Como dito anteriormente, o processo de emancipação do trabalhador e do grupo – ou de negação dos processos dos quais o trabalho é estruturalmente alienado – para os verdadeiros preceitos da economia solidária – o que abrange um trabalho articulado em redes – não é uma tarefa fácil. Romper com a lógica concorrencial capitalista, para que se possa compreender a integração e troca de conhecimentos e ganhos entre os grupos como algo que beneficiaria o movimento solidário como um todo, ainda é um desafio.

Apesar do desenvolvimento econômico ter aparecido nos dados levantados como potencializador para a organização em forma solidária, na prática este tem sido, ainda, uma realidade distante – embora também se apresente como uma conquista.

No mapeamento elaborado pela SIES, quando os empreendimentos foram indagados sobre os principais desafios para sua sobrevivência, a geração de renda adequada aos sócios foi o item mais destacado como desafiante, englobando 77,4 % dos empreendimentos entrevistados. Na sequência, a viabilização econômica foi o desafio identificado por 702 dos 1.033 empreendimentos entrevistados, isto é, 68%. Já, 54,4% afirmaram terem como desafio a implementação da participação e autogestão, o que corrobora com a ideia de que é necessária uma formação contínua a respeito dos princípios da economia solidária, para que os objetivos dos empreendimentos sempre caminhem ao encontro dos ideais traçados pelo movimento.

Quando analisamos os empreendimentos solidários, oriundos da reforma agrária de maneira mais ampla, percebemos uma priorização de questões econômicas em detrimento dos objetivos humanos e sociais promulgados pela economia solidária. Dessa forma, tem-se a evidente dificuldade do movimento de economia solidária em transmitir e viabilizar seus princípios, dificuldades estas impostas pelo modo de produção hegemônico que medeia a prática da economia solidária, impondo-lhes limites ideológicos e econômicos.

No que tange os empreendimentos solidários oriundos de reforma agrária presentes no estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o mapeamento da SIES, totalizam-se em seis. Indagados sobre suas realidades, responderam aos questionários elaborados pela SIES e tem-se as seguintes informações apresentadas a seguir.

Sobre as atividades econômicas realizadas coletivamente, a produção e a comercialização dos produtos aparecem com maior destaque, sendo a primeira identificada por três e a segunda por cinco empreendimentos, como práticas coletivas. Um dos

empreendimentos identificou, também, como atividade econômica coletiva o uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas casas, fundo de pasto, etc.) e outro identifica com tal a obtenção de clientes. Dois empreendimentos identificam a aquisição de matérias-primas e insumos uma atividade coletiva. Já a prestação de serviços, a troca de produtos e serviços, a poupança, crédito ou finanças solidárias e o consumo, não foram identificadas por nenhuma dos seis empreendimentos como atividades econômicas realizadas coletivamente.

A partir das informações trazidas anteriormente, tem-se a realidade de que os empreendimentos solidários oriundos de reforma agrária localizados no estado de Mato Grosso do Sul, têm se organizado coletivamente em poucas atividades econômicas. Nota-se que é na comercialização que a união dos trabalhadores se dá mais efetivamente, enquanto as outras etapas do processo são realizadas de modo individual, o que demonstra a necessidade do fórum estadual de economia solidária intensificar suas ações, conscientizando os trabalhadores a respeito dos benefícios que os mesmo poderiam adquirir com a produção coletiva.

Ainda de acordo com o que nos traz o mapeamento realizado pela SIES, sobre as atividades econômicas identificadas pelos empreendimentos como principais, tem-se o seguinte resultado:

**Tabela 1** – Atividades econômicas identificadas como principais

Dentre as atividades econômicas realizadas pelo empreendimento indique qual a principal?	Agricultura familiar	
	Sim	Não
Troca de produtos ou serviços	0	6
Produção ou produção e comercialização	3	3
Comercialização ou organização da comercialização	3	3
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	0	6
Poupança, crédito ou finanças solidárias	0	6
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	0	6

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no SIES (2013).

Apesar de a maioria das atividades econômicas serem realizadas dentro dos empreendimentos solidários de forma individualizada, nota-se que as consideradas como principais são executadas coletivamente pelos trabalhadores: produção e comercialização dos produtos. Entretanto, nota-se que a falta de compreensão sobre a realidade no que tange à predominância da lógica concorrencial e suas consequências impossibilita os trabalhadores de se tornarem conscientes sobre a importância dos princípios que devem nortear o funcionamento de um empreendimento solidário. Gaiger (2008) afirma que quando alcançado

tal nível de conhecimento, a possibilidade de se construir uma realidade distinta da hegemônica, dentro dos empreendimentos solidários, torna-se mais efetiva.

Sobre a origem da matéria-prima e dos insumos para a produção dos produtos, os empreendimentos solidários oriundos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul, identificam como fonte empreendimentos de economia solidária, empresas privadas e os próprios associados, conforme demonstra a tabela 2 abaixo:

**Tabela 2** – Origem de matérias-primas e insumos

Qual a origem da matéria-prima ou do insumo?	Agricultura familiar	
	Sim	Não
Empreendimentos de Economia Solidária	3	3
Empresa privada	3	3
Próprios associados	1	5
Produtores (as) não-sócios	0	6
Instituições filantrópicas ou instituições não-mercantis	0	6
Órgãos públicos	0	6

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no SIES (2013).

Esses dados mostram um avanço interessante no sentido de corroborar para a construção de uma rede de comercialização de economia solidária. Percebe-se, a partir da tabela apresentada acima que, 50% (3) dos empreendimentos levantados adquirem a matéria-prima de outros empreendimentos solidários.

A implantação e o fomento de intercâmbio entre empreendimentos solidários, possibilita a quebra das relações baseadas no lucro e na competição, uma vez que, no geral, as negociações são permeadas por princípios solidários, o que possibilita uma negociação mais justa e benéfica para os trabalhadores associados em ambos empreendimentos, tanto o que produz matéria-prima como para o que adquire. Dessa forma, conseguem, nesse momento, romper com a lógica concorrencial imposta pelo sistema hegemônico, onde a obtenção de maiores lucros individuais é que permeia a compra e venda de insumos. Além disso, ao adquirirem produtos advindos de empreendimentos solidários, contribuem para a sobrevivência dos mesmos, fortalecendo o empreendimento e os trabalhadores subjacentes.

Nos mesmos dados trazidos pelo mapeamento da SIES, nota-se a outra metade dos empreendimentos pesquisados, ou seja, 3 deles, adquirem matéria-prima de empreendimentos privados. Esse fato evidencia que em alguns momentos da cadeia produtiva os

empreendimentos solidários são obrigados a lidar com a lógica de funcionamento capitalista. Isso se deve ao fato de que os empreendimentos substanciados pela lógica capitalista ainda estão em uma proporção muito maior no mercado do que os empreendimentos solidários, fato que dificulta o desenvolvimento econômico dos últimos, já que os mesmos passam a negociar com empresas que buscam exclusivamente o lucro. Como alternativa a esse tipo de situação, Singer (1998) destaca a importância dos empreendimentos solidários procurarem uma maior integração visando a criação da já referida rede de empreendimentos solidários.

No que tange a existência de dificuldade em comercializar seus produtos, dos seis empreendimentos, cinco afirmaram vivenciar tal realidade, identificando a dificuldade em manter a regularidade do fornecimento; a falta de capital de giro; a falta de registro legal para a comercialização; a falta de registro sanitário ou alvará; a concorrência e a existência de monopólios; o custo elevado do transporte; a precariedade das estradas para o escoamento da produção; e falta de estrutura adequada (local, espaço, equipamentos), como fatores que interferem negativamente na comercialização dos produtos.

Percebe-se que os empreendimentos solidários deparando-se com problemas típicos dos pequenos agricultores capitalistas, como: a falta de capital de giro e continuidade de fornecimento.

Vale mencionar que a concorrência com os grandes monopólios favorece a existência de tais dificuldades, pois como vendem grandes quantidades, conseguem estabelecer um preço baixo sobre seus produtos. Dessa forma, além de terem de concorrer com grandes empresas que usufruem da exploração força de trabalho, de incentivos fiscais e facilidades de crédito, possuindo uma produtividade elevada, os empreendimentos solidários ainda têm de conviver com a falta de estrutura nos assentamentos, ocasionada pela falta de políticas eficazes para o fomento desses negócios, deste modo convivem segundo Singer (2008) de uma “escassez de capital e insuficiente acesso aos mercados”, em consequência disso acabam por sacrificar seus próprios membros para conseguir competir no sistema concorrencial capitalista, Singer ainda destaca que esses problemas são mais corriqueiros nos primeiros anos do empreendimento, mas tendem a ser superados conforme o mesmo se desenvolve.

No que tange o pagamentos dos sócios, quatro dos seis empreendimentos afirmaram estarem conseguindo remunerar seus trabalhadores, e dois afirmaram que não. Essa informação demonstra que apesar das dificuldades encontradas nos empreendimentos solidários mais da metade deles 66% conseguem remunerar os associados, o que mostra que existe uma alternativa real para que os trabalhadores obtenham renda e melhores condições de vida. Sobre a busca de crédito nos últimos 12 meses, os empreendimentos afirmaram que:

**Tabela 3** – A busca de crédito ou financiamento nos últimos 12 meses

Quanto à busca de crédito ou financiamento, nos últimos 12 meses, o empreendimento	Assentamento de Reforma Agrária MS	
	Sim	Não
Não buscou crédito ou financiamento	5	1
Buscou e obteve crédito ou financiamento	1	5
Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	1	5

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no SIES (2013).

**Tabela 4** – Fatores que impediram a busca de crédito ou financiamentos

Por que o empreendimento não buscou crédito ou financiamento?	Assentamento de Reforma Agrária MS	
	Sim	Não
Não houve necessidade	4	2
Não houve acordo sobre a necessidade e oportunidade	1	5
Houve aconselhamento de assessoria para não buscar crédito	0	6
O empreendimento ainda está inadimplente (endividado)	1	5
Experiência fracassada de outro empreendimento	0	6
Os investimentos foram feitos com recursos próprios	2	4
O empreendimento obteve recursos de outras fontes não-reembolsáveis	1	5
Medo ou receio de contrair dívidas	1	5

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no SIES (2013).

Quando os empreendimentos foram questionados a respeito da busca de crédito ou financiamento nos últimos 12 meses, a maioria deles 66,64% (4) responderam que não buscaram crédito ou financiamento, outros 33,3% (2) empreendimentos buscaram crédito, 1 afirmou ter obtido o crédito desejado e o outro afirmou que apesar de ter buscado um crédito ou financiamento não teve seu pedido atendido.

Os empreendimentos foram questionados sobre os motivos que impediram sua busca por crédito ou financiamento, 33,3 (2) afirmaram que não houve necessidade, ou seja para 66,64% (4) dos empreendimentos existia a necessidade, isso aponta para algumas contradições, como apenas 33,3% (2) ter buscado financiamento ou crédito como vimos no quadro anterior, mesmo existindo a necessidade. 33,3 % (2) dos empreendimentos afirmaram ter investido com seus próprios recursos, o que mostra uma organização financeira desses empreendimentos, 1 empreendimento ainda afirmou que obteve recursos de outras fontes não-reembolsáveis. Um empreendimento afirmou que não houve acordo sobre a necessidade e

oportunidade, 1 afirmou que o empreendimento ainda esta inadimplente, e outro afirmou ter medo ou receio de contrair dívidas.

Sobre a necessidade atual de crédito ou financiamento, dos seis empreendimentos, quatro afirmam que ela existe, provavelmente a necessidade de obtenção de crédito é um reflexo ligado diretamente a dificuldade de comercialização apontada pelos assentamentos, do montante de 6 assentamentos, cinco declaram haver dificuldades para obtenção de crédito, sendo essas dificuldades dispostas da seguinte forma:

**Tabela 5** – Dificuldades atuais para obtenção de crédito e financiamento

Qual (ais) dificuldade(s)?	Assentamento de Reforma Agrária MS	
	Sim	Não
O empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro	3	3
Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento	4	2
Prazos de carência inadequados	3	3
Falta de aval ou garantia	3	3
Falta de apoio para elaborar projeto	3	3
Burocracia dos agentes financeiros	5	1
Falta de linha de crédito	4	2

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no SIES (2013).

A respeito das dificuldades atuais para a obtenção de crédito e financiamento as respostas são esclarecedoras, todas as perguntas a seguir tiveram pelo menos 50% (3) dos empreendimentos afirmando positivamente sobre elas, não possuir a documentação exigida pelo agente financeiro (3), Prazos de carência inadequados (3), falta de aval ou garantia (3), falta de apoio para elaborar projeto (3) e burocracia dos agentes financeiros. Os dois motivos com maior índice de incidência 66,64% (4), dos empreendimentos afirmaram que o fator que impossibilita a busca de crédito são as taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade dos empreendimentos, e a falta de uma linha de crédito para os empreendimentos, a resposta que aparece com maior percentual de respostas para as dificuldades de obtenção de créditos está a burocracia dos agentes financeiros.

Todas essas respostas a respeito da busca, obtenção ou não de crédito e as dificuldades para tal, nos fazem questionar sobre os motivos para que isso aconteça, se paramos simplesmente nas respostas dadas ficamos na superficialidade das causas e jamais

compreenderíamos os verdadeiros motivos, Singer em uma entrevista dada em 2008 esclarece-nos um pouco sobre o que acontece quando o assunto é acesso ao crédito:

Esse é provavelmente o maior gargalo, o maior desafio para a economia solidária: deixar de ser miserável e poder se tornar próspera. É o acesso ao capital, que os empreendimentos de economia solidária não têm...porque são pobres. Mas não têm acesso ao sistema financeiro porque o sistema financeiro é antipobre, tradicionalmente. O sistema financeiro formal está muito voltado aos grandes clientes, sejam governos ou empresas. Há um dito que banco só empresta para quem não precisa. Isso é verdade, porque quem precisa mais é quem não tem como garantir que vai devolver o que tomou emprestado; então o sistema exclui os pobres (SINGER, 2008, p. 302).

A resposta dada por singer vai diretamente no cerne da questão, os empreendimento precisam de acesso ao crédito, porem não o obtem pelo fato de serem excluídos pelo sistema financeiro capitalista, eles não apresentam os requisitos necessários para serem interessantes para os bancos capitalistas, isso reflete nas respostas dadas, os bancos praticam taxas incondizentes com a realidade dos empreendimentos, ou lhes impõe um excesso de burocrácias e exigências que impossibilita o acesso ao crédito por esses empreendimentos, mesmo assim conseguimos perceber nos empreendimentos solidários maiores ganhos econômicos para os associados, mesmo com todas as de viabilizar os empreendimentos dentro do sistema concorrencial capitalista, isso destaca as potencialidades da economia solidária.

Sobre a organização dos processos decisórios dos empreendimentos, quatro afirmaram que se organizam por meio de assembleias de sócios ou reunião do coletivo de sócios. Dois empreendimentos declaram possuir coordenação, direção e conselho diretor. No que tange a última atividade realizada para tomar decisões, um empreendimento afirmou que todos os trabalhadores estavam presentes, outro declarou que estavam presente em torno de metade e outro informou que estavam presentes menos da metade dos trabalhadores. Três empreendimentos declaram que em torno de 65% dos sócios estavam presentes.

Os dados supracitados demonstram que a prática da autogestão esta sendo realizada nos empreendimentos, uma vez que, os associados reúnem-se para que possam decidir os rumos da associação de maneira participativa, ou seja, todos estão diretamente envolvidos nas decisões que afetam os passos futuros da associação, pelo numero de participantes nas últimas reuniões podemos perceber que os associados tem consciência da importância da gestão participativa para o empreendimento, seguindo um dos princípios mais importantes da economia solidária, que é a prática da autogestão.

Outra questão importante a ser tencionada é a respeito da participação dos sócios, 50% (3) dos empreendimentos afirmaram que em média 65% dos membros participaram da ultima



assembléia, dada a importância de tal reunião para o futuro do empreendimento, podemos considerar como sendo um percentual de participação que precisa ser melhorado, nesse sentido cabe a ressalva de que a autogestão é um processo, e que a conscientização a respeito de sua importância por parte dos associados acontece de forma gradativa, a tendência é que com o fortalecimento do grupo aos poucos os trabalhadores vão se tornando mais conscientes a respeito da importância que cada um possui dentro da associação.

A SIES também indagou aos empreendimentos, se no último ano foi feita alguma atividade de sensibilização dos sócios, dos seis empreendimentos, apenas dois afirmaram que sim, essa informação levanta algumas questões importantes.

Como vindo sendo ratificado constantemente por esse trabalho, é necessário que exista uma formação constante dos empreendimentos solidários a fim de tornar a luta por melhores condições dos trabalhadores cada vez mais difundida. Conforme descreve Gaiger (1999), existem alguns conceitos básicos importantes para que os empreendimentos solidários consigam atingir de fato seus objetivos para a emancipação humana, dentre eles está o desenvolvimento humano, que deve ser atingido nos empreendimentos através da instrumentalização dos trabalhadores para a formação de uma consciência de classe e de luta, além de formação técnica e profissional. Além disso, Gaiger (1999) cita a necessidade de desenvolvimento de responsabilidade social, que a conscientização dos trabalhadores para uma ética solidária com práticas que melhorem a coletivo.

Tais objetivos são conquistados mediante sensibilização e formação constante a respeito dos princípios e práticas solidárias. O fato de apenas dois dos seis empreendimentos existentes no MS realizarem esse tipo de formação não significa que os outros empreendimentos não estejam evoluindo nos princípios da economia solidária, pois a plenitude solidária é um processo gradativo que pode ser compreendido e assimilado através da prática. Os dois empreendimentos que assenaram positivamente para a questão foram questionados sobre os seguintes temas:

**Tabela 6** – Temas abordados nas atividades de sensibilização

Quais foram os temas tratados?	Assentamento de Reforma Agrária MS	
	Sim	Não
Economia Solidária, autogestão, cooperativismo	2	0
Formação política e social	0	2
Gestão, contabilidade, questões jurídicas	1	1
Formação técnica ou profissional (atividades específicas, funções de produção, etc.)	1	1

Motivação, dimensão subjetiva	0	2
Questões de gênero	1	1
Questões étnicas e raciais	0	2
Organização do trabalho, saúde e segurança no trabalho	0	2
Questões ambientais	1	1

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no SIES (2013).

Os dois empreendimentos que responderam positivamente a respeito das atividades de sensibilização afirmaram que possuem uma formação ou conscientização a respeito da economia solidária e as práticas da autogestão e cooperativismo, práticas essenciais para que de fato a economia solidária se consolide como uma atividade real. Um dos empreendimentos ainda coloca em pauta alguns temas a respeito da gestão do empreendimento, relacionando questões contábeis e exigências jurídicas, essa prática faz parte do processo de autogestão, uma vez que permite ao trabalhador conhecer sobre todos os trâmites que envolvem o funcionamento do empreendimento. Um dos empreendimentos ainda afirma realizar uma formação técnica ou profissional, o que contribui para a emancipação e desenvolvimento humano dos associados.

A pesquisa realizada pela SIES questionou, também, se os empreendimentos solidários oriundos de reforma agrária de Mato Grosso do Sul, participavam de movimentos que têm como reivindicações demandas sociais. De acordo com as respostas, 50% (3) respondeu que sim e 50% (3) declarou que não. Dos três empreendimentos que participam de movimentos sociais, um está vinculado às reivindicações de luta pela terra e dois aos movimentos sindicais urbanos e rurais.

Por fim, a pesquisa da SIES abrangeu as temáticas de motivação para a criação do empreendimento, as principais conquistas e desafios encontrados no cotidiano nos trabalhadores associados. Sobre a motivação para a criação dos empreendimentos, obtivemos os maiores percentuais na seguinte resposta; Uma fonte complementar de renda para os associados, 4 empreendimentos, ou seja 66,65% do montante. Em segundo lugar com maior número de incidências temos dois motivos com resposta positivas em 50% dos empreendimentos, eles afirmaram que suas motivações foram relacionadas a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo 3 empreendimentos e outros 3 afirmaram motivação social, filantrópica ou religiosa como principais motivos para a criação dos empreendimentos. Apenas 33,30 % dos empreendimentos afirmaram ser uma alternativa ao desemprego, fato que inicialmente ocorria no Brasil com grande incidência na década de 90,

devido o grande número de desempregados que multiplicaram-se pelo Brasil, segundo Singer (2002) graças a algumas políticas adotadas pelo governo da época.

**Tabela 7 – Motivação para a criação do empreendimento**

O que motivou a criação do empreendimento?	Assentamento de Reforma Agrária MS	
	Sim	Não
Uma alternativa ao desemprego	2	4
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	3	3
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	4	2
Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as)	2	4
Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	1	5
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	0	6
Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar	0	6
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3	3
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	2	4
Alternativa organizativa e de qualificação	1	5
Incentivo de política pública (governo)	0	6
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	0	6
Fortalecimento de grupo étnico	0	6
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	0	6

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no SIES (2013).

Quando questionados sobre os motivos que levaram a criação do empreendimento temos respostas diversas, o primeiro questionamento foi se a criação do empreendimento foi uma alternativa ao desemprego, dois empreendimentos assinalaram positivamente, o que reforça a ideia da economia solidária de conseguir fornecer uma alternativa para pessoas excluídas do sistema sociometabólico hegemônico, as alternativas seguintes; obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e uma fonte complementar de renda para os associados corroboram com essa afirmação, tendo respectivamente tendo 50% (3) empreendimentos e 66% (4) assinalando positivamente nessas questões.

Nota-se que a alternativa com maior número de respostas positivas é a associação solidária como fonte complementar de renda para os associados, provavelmente o fato dos assentados no momento do recebimento da terra não receberem qualquer instrução ou recursos financeiros por parte do governo, além da terra, dificulta a sobrevivência desses agricultores de maneira isolada, desse modo os mesmos encontram uma alternativa de sobrevivência na associação solidária.

Outras respostas que chamam a atenção nesse quadro estão relacionadas a respostas negativas, onde a totalidade dos empreendimentos negaram ter como motivos atrelados a fundação dos empreendimentos o incentivo de políticas públicas ou serem uma organização econômica composta por beneficiários de políticas públicas, isso evidencia e legitima os empreendimentos solidário na sua criação, uma vez que foi uma alternativa que surgiu dos trabalhadores para os trabalhadores, sem influência do estado, legitimando a criação dos empreendimentos por desejo dos trabalhadores.

**Tabela 8** – Conquistas e desafios identificados pelos empreendimentos pesquisados

Quais as principais conquistas obtidas pelo empreendimento?	Assentamento de Reforma Agrária MS	
	Sim	Não
A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as)	6	0
A autogestão e o exercício da democracia	4	2
A integração do grupo/coletivo	6	0
O comprometimento social dos (as) sócios (as)	2	4
Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, infraestrutura, etc.)	1	5
A conscientização e compromisso político (com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais)	0	6
Quais os principais desafios do empreendimento?	Assentamento de Reforma Agrária MS	
	Sim	Não
Viabilizar economicamente o empreendimento	4	2
Gerar renda adequada aos (às) sócios (as)	6	0
Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os (as) sócios (as)	2	4
Efetivar a participação e a autogestão	2	4
Alcançar a conscientização e a politização dos (as) sócios (as)	2	4
Alcançar maior conscientização ambiental dos (as) sócios (as)	1	5
Promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária	4	2
Manter a união do grupo/coletivo	5	1

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base no SIES (2013).

A economia solidária, de acordo com Paul Singer (1998; 2001; 2002; 2003), possui como um dos seus principais objetivos gerar trabalho e renda de forma alternativa ao modo de produção capitalista, baseando-se na solidariedade e na gestão coletiva e democrática dos empreendimentos. Nesse sentido percebemos que, de maneira ampla, no estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere aos empreendimentos solidários oriundos da reforma agrária, a totalidade dos empreendimentos vem conseguindo atingir o objetivo de gerar renda para os

associados, isso demonstra o potencial da economia solidária em se consolidar como uma fonte possível de geração de trabalho e renda livre das amarras do sistema capitalista.

A integração dos associados é outra conquista que chama a atenção, uma vez que, também foi apontada como importante conquista pela totalidade dos empreendimentos. Outro dado que possui grande relevância é o fato de 66,64 % do empreendimentos enumerarem entre suas principais conquistas a prática da autogestão e da democracia, uma vez que, a autogestão é um elemento imprescindível para que, de fato a economia solidária possa ser praticada, sem ela não é possível falar em economia solidária, é justamente a capacidade dos trabalhadores de gerirem coletivamente o empreendimento, eles são os responsáveis por decidir os rumos do empreendimento, esse processo possibilita sua emancipação e desenvolvimento. (ARRUDA, 2001; SINGER, 2002; SINGER, 2008; MANCE, 2003; NASCIMENTO, 2004; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A respeito dos principais desafios enfrentados, os empreendimentos foram unânimes em responder que o principal desafio é gerar uma renda adequada para todos os sócios, 66,64% (4) dos empreendimentos ainda apontaram que viabilizar economicamente os empreendimentos é também um grande desafio, isso se deve ao fato dos empreendimentos solidários serem obrigados a atuar em um sistema concorrencial capitalista, ficam dessa forma sujeitos a competir com grandes latifúndios e a exploração da agroindústria, uma alternativa para esse problema segundo Paul Singer (2002) seria a associação dos empreendimentos em uma rede solidária, o que os transportaria para um ambiente livre interesses individuais. Nessas respostas temos uma série de problemas expostos, como a falta de políticas públicas adequadas para a realidade dos empreendimentos, o que poderia ajudar na viabilização dos mesmos, seja por meio da disponibilização de crédito, seja por meio de programas de aquisição de alimentos por prefeituras e o estado

Sempre que uma pesquisa como esta realizada pela SIES acontece, alguns pontos ficam falhos, seja por abrirem demasiadamente os elementos que caracterizam os empreendimentos como solidários, seja pela demora na execução. Desse modo, como forma de dar maior credibilidade a pesquisa, decidiu-se verificar, empiricamente, se os resultados trazidos pela pesquisa realizada pela SIES seriam ratificados.

Dessa maneira, tendo como objetivo compreender como se dá o funcionamento dos empreendimentos solidários, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a gestora do Banco Solidário ITA, responsável pela execução dos financiamentos, auxílio na gestão e fomentos disponíveis para os empreendimentos da região. O supracitado banco, encontra-se instalado dentro do assentamento Itamarati, hoje, distrito da cidade de Ponta Porã, é o maior assentamento da América Latina.

De acordo com a gestora entrevistada, o Banco Solidário ITA iniciou suas atividades em maio de 2011, com o auxílio de um braço da igreja, as irmãs franciscanas, e em paralelo com outra iniciativa, o núcleo de agroecologia. A criação do banco se deu a partir da identificação da demanda das dificuldades encontradas pelos empreendimentos da região para o acesso ao crédito.

Os bancos comunitários podem ser compreendidos como um empreendimento que adota as práticas da economia solidária, com o objetivo de possibilitar assistência e crédito para uma localidade específica, segundo Silva Junior pode ser definido da seguinte maneira:

“Um projeto de finanças solidárias de apoio às economias populares de municípios com baixo IDH, tendo por base os princípios da Economia Solidária e orientando-se para o desenvolvimento socioeconômico de um território” (SILVA JÚNIOR, 2007).

Deste modo, temos que o banco solidário tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento e emancipação dos trabalhadores da região em que atua.

Buscando facilitar a vida dos trabalhadores do assentamento Itamarati, em 2010, por intermédio da SENAES e das irmãs franciscanas, começaram a busca por recursos, por meio de doações feitas por pessoas da comunidade, acumularam um montante de 2.500 reais. Posteriormente, inscreveram-se no projeto da CARITAS, onde conseguiram, via financiamento de projetos, uma quantia de 10.000 mil reais. De todo o dinheiro arrecadado, 3 mil reais foram destinados à realização de uma capacitação dos envolvidos. Em 2011 o Banco Solidário ITA foi criado.

Segundo a gestora, o banco foi criado com a participação ativa dos membros da comunidade, além de ter dentro da administração do banco dois comitês, eles auxiliam na tomada de decisões ligadas à análise e concessão de crédito, além de serem responsáveis por acompanhar a utilização do crédito.

A gestora afirma que o banco passou a centralizar as decisões políticas dentro da comunidade, tornando-se uma instituição que auxilia a comunidade em aspectos para além dos econômicos. No que tange o aspecto econômico de acordo com a gestora, por meio da disponibilização de micro crédito, o banco busca possibilitar que os assentados sejam empoderados, melhorando suas condições econômicas, sociais e locais. Além disso, a instituição também realiza atividades que visam à conscientização dos empreendimentos a respeito dos princípios da economia solidária, além de auxiliá-los na utilização dos créditos adquiridos e na gestão das contas dos empreendimentos.

Conforme nos explica a gestora, o assentamento Itamarati é constituído por 50 mil hectares contendo, aproximadamente, 20 mil pessoas assentadas. A mesma relata que,

inicialmente existia uma facilidade de acesso ao crédito no assentamento via projetos do governo, entretanto, o dinheiro vinha direcionado para determinada função, não levando em consideração o que o trabalhador gostava ou sabia fazer, como resultado dessa situação, as pessoas não conseguiam fazer algo produtivo com o recurso que recebiam e acabaram endividadas.

Ainda segundo informações trazidas pela entrevista, diversos grupos políticos têm atuação dentro do acampamento, entre eles a CUT e o MST, sendo este último o movimento com maior expressão dentro do assentamento. O banco, além de disponibilizar microcrédito, também auxilia na gestão financeira das cooperativas existentes.

A gestora afirma que as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos estão na área de produção de hortaliças e frutas, a concentração nessas atividades ocorre pelo estímulo dado pelos programas de aquisição de alimentos. Ainda de acordo com a gestora, a produção é realizada de maneira individualizada e os trabalhadores juntam-se somente no momento da comercialização. A entrevistada afirma que não existem grupos no assentamento que pratiquem a produção coletiva, como também não é realizado nenhum tipo de organização da produção, cada agricultor planta o que achar melhor.

Um relato interessante é o fato das cooperativas possuírem equipamentos coletivos, os quais são disponibilizados de maneira rotativa para os membros das cooperativas, mediante uma escala de agendamento. Outro relato de suma importância da gestora foi em relação a posse da terra. Os assentados ganham 5 hectares, de propriedade particular, dispostos ao entorno de suas casas, onde eles realizam o cultivo de hortaliças, porém existem áreas de uso coletivo, a gestora do banco não soube dizer a quantidade exata de terras coletivas, nessas áreas que poderiam potencializar os princípios da economia solidária por meio de uma produção coletiva, ocorre o contrário, os trabalhadores preferem arrendar as áreas coletivas para terceiros, por encontrarem grandes dificuldades de produzirem coletivamente.

Diante do exposto no parágrafo anterior fica o questionamento, o que estaria impossibilitando a produção coletiva, um dos motivos pode ser a existência de diferentes grupos ligados a diversos movimentos sociais distintos, o que leva para um campo político com diferentes percepções, esse provavelmente é um dos motivos.

Apesar das dificuldade dos trabalhadores de associarem-se no momento da produção de maneira coletiva, a gestora afirmou que eles possuem um momento importante de cooperação, segundo ela os trabalhadores cooperam sempre que é necessário fazer algum tipo de implementação no banco comunitário ou nas casas dos moradores do assentamento, inclusive relatou que a expansão da sede do banco foi realizada pelos moradores do

assentamento, onde trabalharam reuniram-se desde o momento da produção dos tijolos ecológicos até a construção das estruturas da sede.

O banco possibilita através de reuniões e projetos de conscientização dos trabalhadores, a troca de experiências produtivas entre os trabalhadores, o banco ainda possui uma parceria com um grupo de agroecologia, existente dentro do assentamento, para auxiliar os assentados em questões agroecológicas, esses grupos se articularam na expansão da sede do banco ITA.

Existe também segundo a gestora, uma grande mobilização da comunidade para conquistar um objetivo comum a todos os grupos, que é a implementação de uma escola rural dentro do assentamento Itamarati, os esforços são direcionados para que o prefeito de Ponta Porã perceba a importância da escola para a comunidade do Itamarati.

Essas informações demonstram que existe dentro da comunidade uma preocupação com o desenvolvimento social dos moradores, uma vez que diversas ações são pensadas pelo banco e por diversos grupos existentes dentro do assentamento.

A partir das informações trazidas pela gestora do Banco Solidário ITA, surgiu a necessidade de buscar informações sobre o funcionamento dos empreendimentos solidários localizados dentro do assentamento Itamarati.

Assim, foi realizada a aplicação de um questionário em duas cooperativas solidárias localizadas no assentamento Itamarati. Para chegar ao objetivo proposto por esta pesquisa, as perguntas pertencendo ao questionário aplicado foram elaboradas a partir dos seguintes eixos de pesquisa formas de solidariedade; formas de comercialização; processo decisório; desenvolvimento humano e econômico e; percepção sobre a própria economia solidária

As cooperativas escolhidas foram: COOPERAI e Feira de Palmira – ambas indicadas pela gestora do Banco Solidário ITA como sendo as duas maiores.

**Quadro 1 – Formas de solidariedade**

<b>COOPERAI</b>	<b>FEIRA DA PALMIRA</b>
<b>A terra utilizada na produção pertence ao agricultor ou a cooperativa?</b>	
A terra utilizada pertence a cada um dos agricultores.	A terra pertence ao agricultor.
<b>Como é realizada a produção? Individual ou coletivamente?</b>	
Nós produzimos individualmente, cada um produz o que preferir.	Cada um produz de forma individual.
<b>Cada associado fica responsável por um produto? Como isso é definido?</b>	
A produção é de acordo com a cultura que o produtor se identifica melhor e de acordo com	Cada um fica responsável por um produto, cada um produz o que mais se identifica, o



suas condições para produzir, em certo momento tem uma produção que excede o mercado em outros momento falta produto ou tem muito produto de um e falta de outro, não se tem um cronograma de produção e nem um planejamento para cada produtor produzir um determinado produto o não todo com as quantias necessárias.	que mais gosta.
<b>Existem equipamentos de propriedade coletiva? Como foram adquiridos?</b>	
Sim, compra com recurso da cooperativa	Sim, temos equipamentos coletivos, nós compramos coletivamente, pertencem a associação

**Fonte:** Elaborado pelo autor

A respeito da propriedade das terras utilizadas na produção dos produtos das cooperativas ambos os empreendimentos assinalaram que as terras são de propriedade particular de cada um dos associados, como citado pela gestora do banco ITA; os associados possuem áreas de terra coletiva, porém por dificuldades diversas, como organização e comunicação, preferem arrendar as mesmas e dividirem os ganhos. Provavelmente isso ocorre porque dentro do assentamento existem diferentes grupos políticos distintos, desse modo, possuem diferentes visões a respeito do que deve ser feito com a terra.

De fato, esta situação apresentou-se como uma das contradições do fenômeno estudado, uma vez que, nas terras de propriedade coletiva os trabalhadores teriam a possibilidade de inserir no processo uma produção solidária, no entanto acabam arrendando as terras, mesmo que os ganhos sejam divididos entre os associados. Com efeito, conforme a literatura que foi consultada nesta pesquisa, a produção nessas terras de maneira coletiva teria a potencialidade de trazer ganhos que vão além dos econômicos, como o fortalecimento do grupo em diversos aspectos sociais e humanos, desenvolvendo a cooperação, troca de conhecimentos e integração dos membros<sup>2</sup>.

A produção em ambos os empreendimentos é realizada de maneira individual, talvez seja uma forma de permitir que o trabalhador faça algo de que gosta, desse modo cada um pode produzir o que mais lhe agrada, uma vez que não existe uma organização da produção. Ambos os empreendimentos afirmaram que os socios trabalham com atividades de que gostam, isso compactua para que a produção seja feita individualmente.

---

<sup>2</sup> Devido aos limites temporais desta pesquisa, não foi possível uma maior investigação sobre as determinações dessa constatação, o que seria apropriado para a compreensão da própria materialidade histórica, assim como a identificação das múltiplas determinações do fenômeno.

Quando questionados sobre a existência de equipamentos coletivos ambos os empreendimentos assinalaram que possuem equipamentos adquiridos coletivamente, o que mostra a força que o grupo proporciona para os associados. De fato, a propriedade coletiva de parte dos meios de produção possibilita a emancipação desses trabalhadores que readquirem a posse dos meios de produção que lhes foi tirada nos primórdios do capitalismo industrial. Dessa forma são empoderados, os equipamentos são utilizados rotativamente nas propriedades, mediante uma escala de utilização realizada mediante agendamento junto a administração dos empreendimentos.

**Quadro 2 – Formas de comercialização**

<b>COOPERAI</b>	<b>FEIRA DA PALMIRA</b>
<b>Como é realizada a venda dos produtos?</b>	
Vendemos tudo junto, a venda é feita principalmente pelos programas de PAA Programa de Aquisição Alimento CONAB e PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar.	A venda é feita em conjunto, reunimos a produção de todos os membros e vendemos juntos para conseguir um preço melhor.
<b>Com quem, normalmente, se comercializa os produtos?</b>	
PAA - CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, e PNAE Prefeituras Municipais e escolas Estaduais no Município de Ponta Porã.	Com o estado e o município

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Quando questionados a respeito do processo de venda dos produtos, cruzando as respostas com algumas informações da gestora do Banco ITA, identificamos que ambos os empreendimentos realizam a venda coletivamente, para obterem maior poder de barganha. Temos sempre que lembrar que a economia solidária está inserida dentro do sistema capitalista, dessa forma em diversos momentos tem que negociar com empreendimento não solidários que buscam sempre maximizar os lucros.

A maioria das vendas é feita para o município e estado segundo os empreendimentos, o que mostra que as políticas públicas estão sendo bem executadas na região. Os empreendimentos afirmaram que a maioria dos produtos são adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Apesar de serem importantes para os empreendimentos é necessário que se faça uma ressalva, os empreendimentos ficam presos ao cultivo dos produtos que os programas exigem, isso diminuí consideravelmente a autonomia dos associados, as políticas públicas que versam

sobre a aquisição dos produtos do campo de pequenos produtores é vinculada a uma visão de mercado concorrencial, impondo dessa forma aos empreendimentos solidários que os mesmos trabalhem com monoculturas.

**Quadro 3** – Processo decisório e de autogestão

<b>COOPERAI</b>	<b>FEIRA DA PALMIRA</b>
<b>Existem diferentes funções dentro do empreendimento?</b>	
Sim	Sim, existem funções, umas pessoas ficam na liderança.
<b>Como essas funções são estabelecidas?</b>	
Presidente, Vice-presidente e Secretário, Conselho fiscal e Suplentes	Por produção, cada vez que produzimos existe um encarregado por fazer os levantamentos.
<b>Existe rodízio entre as funções desempenhadas?</b>	
Sim, são substituídos 1/3 a cada ano e a cada 4 anos a eleição da nova diretoria podendo ser reeleita por dois mandatos	Sim, muda a cada período de produção
<b>Qual a sua função na associação/cooperativa?</b>	
Representar os associados, buscar informações, cursos, palestras..., buscar a compra de insumos de forma coletiva para facilitar e diminuir custo e buscar mercado para venda dos produtos dos sócios. Entre outros	Sou o atual Presidente

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Sobre a organização dos empreendimentos, ambos afirmaram que existem funções diversas dentro dos mesmos, o interessante é que os empreendimentos possuem políticas distintas para a definição das funções, apesar de ambos os empreendimentos possuírem funções fixas; a COOPERAI rotaciona após um período fixo, 1/3 a cada ano e a cada 4 anos a eleição da nova diretoria podendo ser reeleita por dois mandatos, enquanto o empreendimento Feira de Palmira faz o rodízio de acordo com os períodos de produção, ou seja, cada período possui um encarregado.

A respeito da escolha do presidente dos empreendimentos, ambos realizam a escolha mediante assembleia, o que aponta para a participação ativa e democrática dos associados no futuro dos empreendimentos, ainda afirmaram que as principais decisões a respeito dos rumos do empreendimento são tomadas também em assembleias, ou seja a prática da autogestão é percebida nos empreendimentos.

A autogestão é ponto-chave nesse trabalho, é através de sua prática que podemos verificar a existência do desenvolvimento humano dentro dos empreendimentos solidários,

uma vez que, através dela os trabalhadores podem expandir suas capacidades mentais e motoras, podendo modificar a lógica social imposta pelo sistema capitalista, onde o trabalhador a exemplo dos relatos de Taylor (1980), seria especialista em funções extremamente simples, isso ocorre porque não é permitido ao trabalhador pensar, em um trabalho alienado não é permitido ao trabalhador desenvolver uma atividade que por ele foi pensada, se o mesmo é contratado para apertar um parafuso, dificilmente irá conseguir se desenvolver, seja na função que executa, seja intelectualmente já que o trabalho que executa é apenas uma parte do todo, como por ele não é pensado, dificilmente o trabalhador terá a compreensão do que está fazendo.

A autogestão possibilita justamente a extinção do trabalho alienado, ela possibilita que o trabalhador passe por todas as fases do processo de produção e que o mesmo possa pensar o trabalho e decidir a respeito dos rumos do empreendimento, agora quando o mesmo executa uma função, a mesma foi pensada e decidida por ele, de maneira coletiva.

**Quadro 4 – Desenvolvimento humano, social e econômico**

<b>COOPERAI</b>	<b>FEIRA DA PALMIRA</b>
<b>Você trabalha com algo de que gosta?</b>	
Sim	Sim, trabalho com a terra e gosto disso.
<b>Como é a relação estabelecida com os outros membros da associação/cooperativa?</b>	
De forma clara e transparente, troca de informação e de opinião para o bem comum de todos.	Temos uma relação de produção, buscamos produzir e cumprir as metas.
<b>Por que buscou se associar?</b>	
Para participar, e obter conhecimento e benefícios oferecidos pela entidade.	Melhorar a minha produção e a comercialização.
<b>Qual o objetivo da associação?</b>	
Se fortalecer e fortalecer os associados;	O objetivo é conseguir gerar renda para os cooperados
<b>Quais os benefícios que você percebe de se organizar na forma de associação/cooperativa solidária?</b>	
Hoje vivemos em um mundo capitalista e individualista, mais para sermos fortes através de uma organização podemos vencer os desafios, se realmente fizermos e acreditar no grupo.	Percebemos como principal benefício a geração de renda familiar.
<b>Quais as dificuldades que você encontra no trabalho dentro da associação/cooperativa?</b>	
A tomada de decisão e recursos financeiros.	Nós vendemos principalmente para o município e estado, a maior dificuldade é vender para o comércio.
<b>Quais aspectos melhoraram a partir da associação/cooperativa?</b>	
Nossas condições melhoraram a partir da	Os rendimentos melhoraram, também tem

cooperativa, conseguimos aumentar os ganhos, temos um lugar melhor para morar. Por exemplo hoje posso trabalhar com algo que eu gosto de fazer, e também fico feliz por poder decidir junto com os companheiros o que vamos fazer, é como uma grande família.	mais tranquilidade para trabalhar, posso fazer as coisas mais tranquilo porque sei que tem várias pessoas, então sei que vou conseguir vender os meus produtos.
<b>Pretende continuar associado ou tem vontade de abrir seu próprio empreendimento?</b>	
Sim, mas se tiver opção de abrir meu próprio negócio de uma forma que possa continuar sócio, e quem sabe comercializar através da cooperativa.	Sim, pretendo continuar associado, porque é mais fácil de sobreviver.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Quando questionados a respeito da relação entre os membros cooperados tivemos duas respostas com ênfases diferentes. Na COOPERAI mediante a resposta dada pelo presidente, podemos observar um clima de cooperação e solidariedade entre os membros, porém na Feira de Palmira, observamos uma relação mais rígida embasada na relação produtiva, onde os membros ficam subornados a relações mais voltadas a questões produtivas, obviamente que seria necessário um estudo mais aprofundado para verificar as causas para esse comportamento que deve ser modificado.

Ambas as associações mostraram que os interesses dos membros estão em conformidade com os objetivos da economia solidária, uma vez que, buscam o crescimento coletivo e uma maior geração de renda para os associados, além de ser perceptível nos empreendimentos o entendimento do que é a economia solidária e quais as suas lutas.

A respeito das dificuldades enfrentadas ambas responderam que a principal fonte de preocupação está na comercialização dos produtos, ainda assinalaram para as dificuldades de tomada de decisão e a falta de alguns recursos financeiros.

Percebemos que no caso das cooperativas a economia solidária se apresentou como uma ferramenta capaz de gerar um desenvolvimento que supera o aspecto econômico, percebemos na fala do presidente da COOPERAI que existe um desenvolvimento social e humano também, uma vez que afirma que pode trabalhar com algo que gosta de fazer, fica claro também o desenvolvimento social, quando o presidente afirma que possuem um lugar melhor para morar, isso mostra as conquistas no que tange os aspectos da vida social no assentamento com a conquista de melhores condições de vida, além da cooperação do grupo e a prática da autogestão, no outro empreendimento o gestor concentrou-se apenas nos aspectos econômicos.

**Quadro 5 – Percepção de economia solidária**

<b>COOPERAI</b>	<b>FEIRA DA PALMIRA</b>
<b>Você conhece os princípios da economia solidária?</b>	
Um pouco, seria o caminho ideal e justo!	Sim.
<b>Qual a importância deles para o empreendimento?</b>	
É o meio pelo qual estar atendendo as necessidades do meio pelo qual está desenvolvendo e criando, com o objetivo de estar valorizando e a produção de forma igualitária, de quem vende, quem troca e quem compra.	A importância é que ela permite uma organização participativa para a associação, assim todos decidem juntos o que é melhor.
<b>Existe algum tipo de formação solidária?</b>	
Não, dentro do nosso empreendimento não temos nenhuma formação solidária, mas sempre buscamos o que é melhor para todos os membros.	Sim, temos uma formação solidária, para os membros entenderem o que é melhor para o coletivo, não mais no pensamento de ganhar sozinho.
<b>Existe algum tipo de formação política?</b>	
Não, não tem formação política.	Não.
<b>O empreendimento trabalha em parceria com outras instituições de economia solidária?</b>	
Não, trabalhamos apenas dentro da cooperativa, todos se ajudam.	Sim, trabalhamos em conjunto com outros empreendimentos solidários aqui do assentamento.
<b>A associação/cooperativa ainda participa das reuniões do MST?</b>	
Não, a cooperativa tem em seu quadro de associados todos os movimentos sociais (misto) e não é restrita apenas a um movimento.	Não.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Os respectivos presidentes das cooperativas COOPERAI e Feira de Palmira foram questionados a respeito de seu conhecimento sobre os princípios da economia solidária. Ambos afirmaram conhecer os mesmos, isso mostra que possuem consciência sobre os verdadeiros objetivos da associação solidária. Isso é ratificado quando são perguntados sobre a importância desses princípios: ambos assinalam com respostas que permeiam a autogestão e o desenvolvimento coletivo dos participantes.

Quando questionados se existe algum tipo de formação solidária apenas uma das cooperativas assinalou positivamente. A Feira de Palmira afirmou realizar uma formação solidária para seus membros. Já a COOPERAI apesar de não ter nenhum tipo de formação afirmou que buscam sempre o que for melhor para o coletivo. Esta resposta pode estar refletida na pergunta seguinte, quando questionados sobre parcerias com outras instituições

solidária novamente a resposta da COOPERAI foi negativa, enquanto que da Feira de Palmira foi positiva. Isso pode ser reflexo de uma maior conscientização por parte dos associados em função da capacitação solidária que recebem, percebendo que o ideal é a união entre todos os empreendimentos solidários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização desse estudo, chegamos a um momento crucial, em que posso formular minhas conclusões e questionamentos, embasado pelos autores da abordagem crítica, com os quais compartilho formas extremamente próximas de construir o conhecimento, e pelo resultados obtidos com a pesquisa.

Ao iniciar este trabalho, possuía mais dúvidas do que certezas a respeito da economia solidária e seu papel/função dentro do sistema capitalista. Deparei-me com autores que afirmavam categoricamente que a economia solidária era apenas uma forma reacionária – portando funcional e sem potencialidades transformadoras – de lidar com os problemas e que a mesma realizaria um desserviço ao pensamento crítico, não passando assim, de mais uma ferramenta de manipulação apropriada pelo sistema capitalista com o objetivo de afastar os trabalhadores do que realmente viria a ser importante: a extinção do sistema capitalista via uma revolução realizada pelo proletariado, ou seja, uma revolução política anterior ao movimento e transformação econômica/produtiva.

Porém, conforme me aprofundava no estudo do sistema capitalista e sua lógica de funcionamento, juntamente com os estudos realizados sobre a economia solidária, passei a compreender e a dar a devida importância a mesma.

Passei a buscar uma pergunta problema, algo que eu pudesse usar para confirmar minhas dúvidas a respeito da verdadeira função da economia solidária. Perguntava-me: seria a economia solidária, de fato, somente uma ferramenta do capital ou uma ferramenta capaz de emancipar os trabalhadores da alienação imposta pelo sistema capitalista? Com esse questionamento em mente e o interesse crescente pela economia solidária, comecei a frequentar algumas reuniões do Fórum Estadual de Economia Solidária, afinal, qual lugar poderia ser melhor para sanar meus questionamentos a respeito da economia solidária? Nessas reuniões comecei a ter elevado interesse pelas questões envolvendo o movimento dos sem-terra, uma vez que, nas reuniões existiam alguns grupos oriundos desse movimento que optaram por organizar-se de maneira solidária.

Comecei a direcionar minha pesquisa para grupos oriundos da reforma agrária, que adotaram como forma de organização os princípios da economia solidária. Dessa forma surgiu meu problema de pesquisa: seria a economia solidária uma ferramenta/mediação capaz de



gerar um desenvolvimento pleno para os trabalhadores membros dos empreendimentos oriundos da reforma agrária.

Com o objetivo de responder a esse questionamento, passei a aprofundar os meus conhecimentos a respeito do movimento dos sem-terra e toda a questão política envolvendo a questão histórica da luta pela terra no Brasil e no mundo. Juntamente comecei a estudar o pensamento de Marx, uma vez que, o “método marxista” foi utilizado para interpretar os dados coletados e a realidade empírica atual.

Finalmente, após longo processo de construção de conhecimento, e após a coleta, cruzamento e análise de diversos dados pertinentes aos objetivos aos quais esse trabalho se propôs, concluímos que a economia solidária, considerados seus limites e contradições dentro do sistema capitalista, apresenta-se como uma ferramenta/mediação capaz de proporcionar aos assentados um desenvolvimento que ultrapassa os simples objetivos econômicos, permitindo que os mesmos desenvolvam-se, e ainda que de maneira local, gerando um desenvolvimento social e humano, contribuindo para uma emancipação dos trabalhadores associados, uma vez que, permitem o desenvolvimento de diversas novas habilidades e funções para os associados, como por exemplo a decisão coletiva a respeito dos direcionamentos dos empreendimentos, ou as fortes relações sociais que embasam esse tipo de administração do empreendimento, ou melhor dizendo a prática da autogestão.

Para que fosse possível chegarmos a essa conclusão percorremos um longo trajeto, que iniciou-se com a real percepção do que o trabalho representa de fato na vida das pessoas, e o como o mesmo é importante para a constituição de um ser social, e sua capacidade de alienar ou desalienar esse mesmo ser, de acordo com sua lógica de execução e funcionamento na qual o trabalhador está inserido. Após a compreensão a respeito da importância do trabalho passamos ao estudo da heterogestão, forma administrativa inerente ao sistema capitalista, onde poucos mandam e uma grande massa executa um trabalho não pensado, não desejado e que se quer gera-lhe uma mercadoria que a ti pertence. Procuramos então entender a própria autogestão, antítese lógica da heterogestão/organização burocrática, pelo aquilo que não é, ou ainda, entender o ser a partir da sua própria alteridade.

Desse modo buscamos compreender a heterogestão e suas peculiaridades, para que posteriormente tivéssemos a capacidade de exemplificar as diferenças gritantes existentes entre a economia de mercado, coordenada por relações de heterogestão e a economia solidária, baseado em seu oposto, a autogestão.

Posteriormente fizemos uma recaptulação histórica sobre a questão agrária no Brasil, mostrando como o camponês foi expropriado dos meios de produção e atirado a relações

capitalistas de produção no campo. Foi necessário esse movimento para que fosse possível compreender a lógica atual de funcionamento do campo, e a legitimidade da luta dos trabalhadores sem terra.

Apesar de existirem pontos a serem melhorados dentro dos empreendimentos no que tange os princípios da economia solidária, como a produção de maneira coletiva, percebemos que existem grandes avanços, como a prática da autogestão, principal ferramenta para que de fato a economia solidária seja praticada, a busca pelo fortalecimento do grupo como um todo e a percepção de que não basta apenas o desenvolvimento econômico.

A pesquisa empírica revelou ainda que a economia solidária tem capacidade de apresentar-se como ferramenta/mediação capaz de propiciar um desenvolvimento abrangente e de qualidade, envolvendo as três dimensões consideradas primordiais, o desenvolvimento econômico, social e humano. Constatamos ainda ser possível basear as relações de mercado sobre um egiide distinto do que nos é apresentado pelo sistema hegemônico como sendo o único existente, baseando as negociações em relações solidária e horizontais, modificando as relações de perde/ganha impostas pela competição capitalista.

A economia solidária atualmente pode não ser revolucionária por si só, mas podemos interpreta-lá como uma ferramenta capaz de instrumentalizar os trabalhadores, capaz de fazelos compreender como funciona o sistema capitalista, para que no futuro, quando de fato ocorrer uma revolução, ela possa ser o instrumento que municiou os trabalhadores com o conhecimento necessário, para que os mesmos lutem contra a opressão imposta pelo capital.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. O “feminino criador”: socioeconomia solidária e educação. In: ARRUDA, M.; BOFF, L. (Org.) *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BENINI, E. A., BENINI, E. G. Reforma agrária no contexto da economia solidária. *Revista Nera*, Presidente Prudente, Ano 11, n. 13, p. 6-15, jul./dez, 2008.

BENINI, E. G. *Economia solidária em questão: estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicaseos*. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2008.

BENINI, E. A., BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. *Revista Organização e Sociedade*, Salvador, v.17, n. 55, p. 605-619, 2010.

BOFF, Leonardo. Saber cuifar Etica do Humano Compaixão pela Terra 8 Ed Petrópolis: Vozes, 2002 p.31-43, 69-156.

BOFF L, Arruda M. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*, Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Portaria Ministério de Estado do Trabalho Emprego - Mte Nº 1.780 de 19 de novembro de 2014. Institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários –

BRAZ, M.; NETTO, J. P. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1)

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

CADSOL. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Portaria-mte-1780-2014.htm>>. Acesso em 15 de mai. de 2015.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. *Revista Org & Demo*, Marília, v. 8, n. 1/2, 2007.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A economia solidária e desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: DAL RI, N. M. (Org.) *A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Tradução Leandro Konder. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FARIA, J. H. Economia Política do Poder – Fundamentos. Curitiba: Juruá, v. 1. 2011.

FAYOL, H. *Administração Industrial e Geral: previsão, organização, comando, coordenação e controle*. São Paulo: Atlas, 1990.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de., SILVA, Pablo Melquisedeque Souza e Silva, XXI encontro nacional de geografia agrária, a política de reforma agrária nos governos FHC e LULA e seus rebatimentos na região dp brejo, 2012

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, 2003.

GAIGER, L. I. Significados e tendências da economia solidária. In *Sindicalismo e Economia Solidária*. Reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT Nacional Grupo de Trabalho Economia Solidária, 1999.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v. 28 n° 82, 2012.

GERMER, C.M. A ‘economia solidária’: uma crítica com base em Marx. In: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. Anais...Campinas: IFCH, 2005.

Gonçalves Junior, Valter, Senado notícias  
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>

GOUNET, Thomas. Fordismo e toyotism o na civilização do automóvel. São Paulo, Boitempo, 1999 .

Guanziroli, C. E.; Romeiro, A. R.; Buainain, A. M.; Di Sabbato, A.; Bittencourt, G. A. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HARVEY, David. Para entender o capital: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 21 edição. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA – INCRA. Reforma agraria. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Acesso: set. 2016

LURIA, A.R. Curso de psicologia geral. 2. ed. Volume 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. O Capital. Livro III, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968; I, 2, 1968a; III, 4, 1974; III, 5, 1974a e III, 6, 1974b

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_(1844). Manuscritos econômico-filosóficos. Lisboa, edições 70, 1993.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.) *A outra economia acontece*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MENDONÇA, S. R. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964-1990. in MENDONÇA, S.R.; STEDILE, J. P. (Org). *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento 1964-1990* São Paulo: Express/ao Popular, 2006.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de Reforma. Revista NERA. Presidente Prudente, Ano 9, n.8, p.151-172, Jan./Jun. 2006.

MORAES, J. Self-management as too to organize counter-hegemony. *Revista Organização e Sociedade*, Salvador, v.17, n. 55, p. 585-604, 2010.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. *Teoria Geral da Administração*. 3. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

MOTTA, F. C. P. *Organização e poder*. São Paulo: Atlas, 1986.

MOTTA, F. C. P. *Teoria das Organizações. "Evolução e Crítica"*. São Paulo: Atlas 1986.

NASCIMENTO, C. *A autogestão e o "novo cooperativismo"*. Brasília: Textos para discussão/SENAES, 2004.

NASCIMENTO, T. C. *Dependência e independência dos empreendimentos econômicos solidários para com os demais agentes econômicos no Estado de Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2015.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez. N° 110, pag. 213 a 241. 2012

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*, São Paulo, 1ed, Expressão Popular, 2011

NOVAES, H. T. As bases sócio-históricas do socialismo autogestionário: a contribuição de István Mészáros. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino "A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro" In CARLOS, A. F. A. (org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002, pp.66-110

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. (2004). O campo brasileiro no final dos anos 80. Em J. P. Stédile (Org.), *A questão agrária na década de 90* (pp. 45-67, 4ª ed.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

OLIVEIRA, J. A. *Economia solidária: análise das políticas públicas aplicadas no Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2015.

RIOS, G. S. L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Prado Júnior, C. - *A revolução brasileira*. São Paulo, 1977.

SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHIOCHET, V. *Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios*. In: Ipea boletim mercado de trabalho n° 40. Brasília, 2009.

SILVA, Edvaneide Barbosa da. *Educação e Reforma Agrária: práticas educativas de assentados do sudoeste paulista*. São Paulo: Xamã, 2004.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Org.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia Socialista: socialismo em discussão*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SIES. *Sistema Nacional de informações em Economia Solidária*. Microdados. CD-ROM. Brasília, 2013.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres, Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento socioeconômico de territórios: investigando as singularidades destas experiências de finanças solidárias. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, XXXI, 22-26 de setembro de 2007, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Anais..., 2007.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

STEDILE, João Pedro e FERNANDES Bernardo Maçano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro(org). *A Questão Agrária Brasileira: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*, vol.4. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SUERDIECK, Sidnei Silva: *A administração enquanto ciência social: limites e possibilidade de superação da dicotomia empirismo versus racionalismo por meio do materialismo dialético*. Bahia: portal de periódicos, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2009

TAYLOR, F. *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas, 1980.

TONET, I. *Método Científico uma abordagem ontológica*, São Paulo, 1.ed., Instituto Luckacs, 2013.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo : Ática, 1977.

VENTURA NETO, Eduardo Augusto heterogestão e autogestão, duas formas de controle da produção e do trabalho no capitalismo contemporâneo: a experiência da COPALA / Eduardo Augusto Ventura Neto. – Belém: UFPA, 2010.

YIN R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

ZANELLA, L. C. H. (2009). *Metodologia de estudo e de pesquisa em administração*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.